BERNARDO NOVAIS DA MATA-MACHADO

O SERTÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS

- Síntese Histórica -

1690 - 1930

Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política/FAFICH/UFMG, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Orientador:

. Prof. Roberto Borges Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Belo Horizonte

1985

Dedico a Marília,
e a nossos filhos
Leonardo, Mariana e Marcos.

"A ignorância do passado do S. Francisco explica falhas fundamentais e lamentáveis de nossa história pátria. A ignorância do presente daquele vale exprime e exemplifi_ca, ao mesmo tempo, esse perigo, largo, em que temos incorrido tantas vezes, vivendo no litoral, mas pensando, de contínuo, co_mo se a nossa cabeça estivesse... na pró_pria Europa".

(CARDOSO, Vicente Licinio. À margem da história do Brasil. São Paulo, Nacional 1933)

SUMÁRIO Pág.

1. O PROJETO

1. O PROJETO

A escolha do tema dessa dissertação deve-se, em primeiro lugar, a inexistência de pesquisa semelhante em nossa historiografia. Embora apreciado pelos artistas, que ali buscaram inspiração para suas obras (basta citar Guimarães Rosa), o sertão mineiro permanece praticamente desconhecido dos nossos cientistas sociais. O pequeno investimento feito pelos historiadores nessa região reflete, por um lado, o isolamento econômico, político, social e cultural a que ela foi submetida durante quase toda a sua história; por outro lado, revela a prioridade que os pesquisadores deram ao estudo das regiões cuja evolução esteve atrelada ao mercado externo (a mineradora e a cafeeira) em detrimento daquelas vinculadas ao abastecimento interno (as áreas agro-pastoris do norte e do triângulo mineiro).

Diante das regiões interiores com poucas relações com o mercado externo, a ciência social brasileira assumiu posições antagônicas. João Ribeiro[1], em sua "História do Brasil", considerou o rio S.Francisco como "o grande caminho da civilização brasileira" por ter sido o cenário da mineração do ouro e da pecuária, os dois grandes fatores de povoamento no Brasil. Logo depois, Euclides da Cunha[2], ao discorrer sobre o sertão, considerou-o como "o cerne vigoroso da nossa nacionalidade" porque ali reuniram-se as correntes de povoamento que partiram do norte e do sul, estabelecendo no interior a "continuidade territorial que faltava em parte na costa". Mais tarde, Vicente Licínio de

---

[1]RIBEIRO, João. História do Brasil. 15 ed. Rio de Janeiro, São José, 1954. p. 137.

[2]CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p. 81.

Cardoso[3] diria que o rio S.Francisco constituiu a "base física da unidade brasileira" e que sem ele não teria sido possível manter a integridade do Império após a Independência. Recentemente, historiadores e economistas como Celso Furtado[4] e Fernando Novais[5] deram maior atenção aos ciclos exportadores da economia brasileira, considerando as regiões não-exportadoras como "periféricas", "dependentes" ou de "subsistência".

Ambas as posições denunciam a falta de conhecimento empírico a respeito da evolução histórica dessas áreas. Entretanto, teses recentes demonstraram a necessidade da pesquisa do mercado interno para a compreensão da formação social brasileira. Alcir Lenharo[6], estudando o abastecimento do Rio de Janeiro no início do século XIX, descobriu a importância econômica e política adquirida pela elite de produtores do sul de Minas Gerais, em parte responsável pela declaração de independência do país. Roberto Borges Martins[7], ao pesquisar a economia escravista em Minas, demonstrou a marcante presença do elemento escravo em atividades não vinculadas ao mercado externo e desmentiu a opinião já consagrada de que a mineração do ouro, em decadência, teria fornecido o braço escravo para a ascendente lavoura cafeeira.

---

[3]CARDOSO, Vicente Licinio de. A Margem da História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1933. p. 49-50.

[4]FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

[5]NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Sao Paulo, Hucitec, 1979.

[6]LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação; O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Sao Paulo, Simbolo, 1979.

[7]MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego a Escravidão numa Economia Não-Exportadora. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, FIPE, 13 (1), jan/abr, 1983.

A presente dissertação, ao contemplar o sertão noroeste de Minas, região não exportadora ligada ao abastecimento interno, pretende seguir o caminho aberto por esses pesquisadores que, através do estudo empírico, fizeram avançar o conhecimento sobre a história de Minas e do Brasil.

Em segundo lugar, este trabalho pretende ser um ponto de partida para a realização de uma história regional de Minas Gerais. Como observou John Wirth[8], é fundamental o fato de Minas não ser uma região mas um mosaico de sub-regiões com histórias peculiares, diferenciadas pelo tempo e pelas características sócio-econômicas. Iniciar o estudo pelo noroeste mineiro deve-se ao pequeno investimento feito no local pelos historiadores, e à sua posição geográfica no sertão brasileiro que possibilita a projeção da pesquisa para além das fronteiras de Minas.

A bibliografia pesquisada refere-se basicamente ao Vale do São Francisco, do qual faz parte o sertão noroeste de Minas. Como critério metodológico, optei pela organização do material recolhido através da seleção dos aspectos econômicos, políticos e sociais que considerei relevantes para uma síntese histórica da região.

Deve ficar claro que a maioria das fontes utilizadas são secundárias e que o estudo tem um caráter exploratório; é uma primeira aproximação da história da região. Um maior aprofundamento dos temas aqui discutidos será possível somente através de um estudo de campo onde sejam consultadas as fontes primárias localizadas nos arquivos municipais.

Os marcos cronológicos, 1690 e 1930, referem-se a situações gerais e não a fatos específicos da história da região. O

---

[8] WIRTH, John D. O Fiel da Balança; Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 41.

primeiro delimita o final da conquista do sertão brasileiro, a derrota e escravização dos nativos, e o início do povoamento da região sob o jugo da colonização portuguesa; a Revolução de 30 marca o processo de centralização política e econômica do Brasil republicano, quando o Vale do São Francisco começou a sair do isolamento no qual se encontrava, passando a ser objeto de medidas de integração ao âmbito da economia nacional.

A periodização utilizada - Colônia, Império e República - teve como objetivo simplesmente facilitar a organização das matérias porque a região, como será visto, teve características sócio-econômicas semelhantes em todo o período estudado.

As pesquisas foram realizadas no Arquivo Público Mineiro, na Biblioteca Pública Estadual "Luís de Bessa" (Coleção Mineiriana), na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e na Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. Apesar de ter feito uma viagem à região, em 1977, e realizado estudos e entrevistas no local[9], o trabalho deve ser considerado como bibliográfico em sua maior parte.

Embora transpareça no texto uma cosmovisão pessoal e um enfoque contemporâneo de fatos passados, limites impostos a qualquer historiador, busquei ser antes narrador que intérprete. Isto porque considero que a história de Minas precisa ser conhecida antes de ser interpretada. Até bem pouco tempo, a historiografia mineira se ocupou em desvendar o período colonial e mesmo este permanece obscuro em diversos aspectos. O período imperial só

---

[9]Nessa ocasião redigi um relatório de pesquisa, intitulado "Formação Histórica da Região Noroeste de Minas (1960-1967)" que fez parte do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais (PLANOROESTE), realizado pela Fundação João Pinheiro em convênio com a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS).

começou a ser estudado recentemente por força da tese de Francisco Iglésias[10], "Política Econômica do Governo Provincial Mineiro", um marco da moderna historiografia local.

Pelo mesmo motivo, o desconhecimento geral da história de Minas, optei por realizar uma síntese em lugar de escolher um assunto específico. Acredito que desta maneira estarei contribuindo para despertar a curiosidade sobre temas ainda não trabalhados e assim incentivar a multiplicação das pesquisas. Ficarei satisfeito se esta dissertação for útil aos estudantes e professores de história e contribuir, de alguma maneira, para melhoria do ensino.

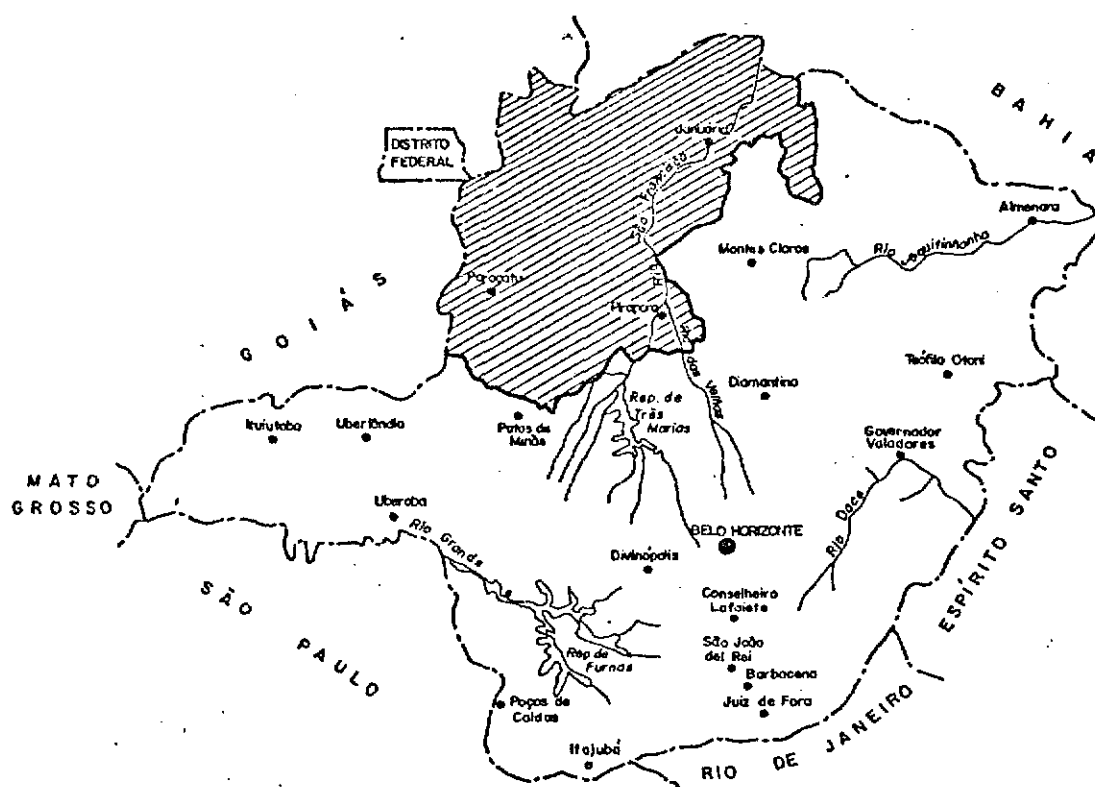
Não posso deixar de registrar o meu agradecimento à Fundação João Pinheiro, nas pessoas do seu ex-diretor, Sr. Affonso Celso Ávila, e de seu ex-Presidente, Prof. Aluísio Pimenta, que me concedeu bolsa de estudos para a concretização deste trabalho.

Desejo agradecer também a Leila Regina Ferreira, que me ajudou na tradução da obra de James Wells, intitulada "Exploring and Travelling Three Thousand Miles Trough Brazil (From Rio de Janeiro to Maranhão)"; a Afonso Borges Filho, que fez a revisão e o copidesque do texto, e a Francisco Batista Teixeira pelos mapas.

Foram também muito úteis as críticas e comentários feitos por Siegfried Fuchs e Roberto D'Affonseca Gusmão embora as opiniões aqui emitidas devam ser consideradas como de minha inteira responsabilidade.

---

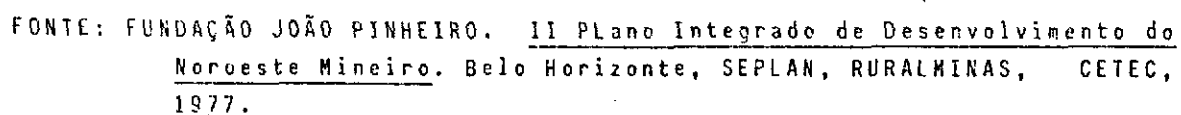
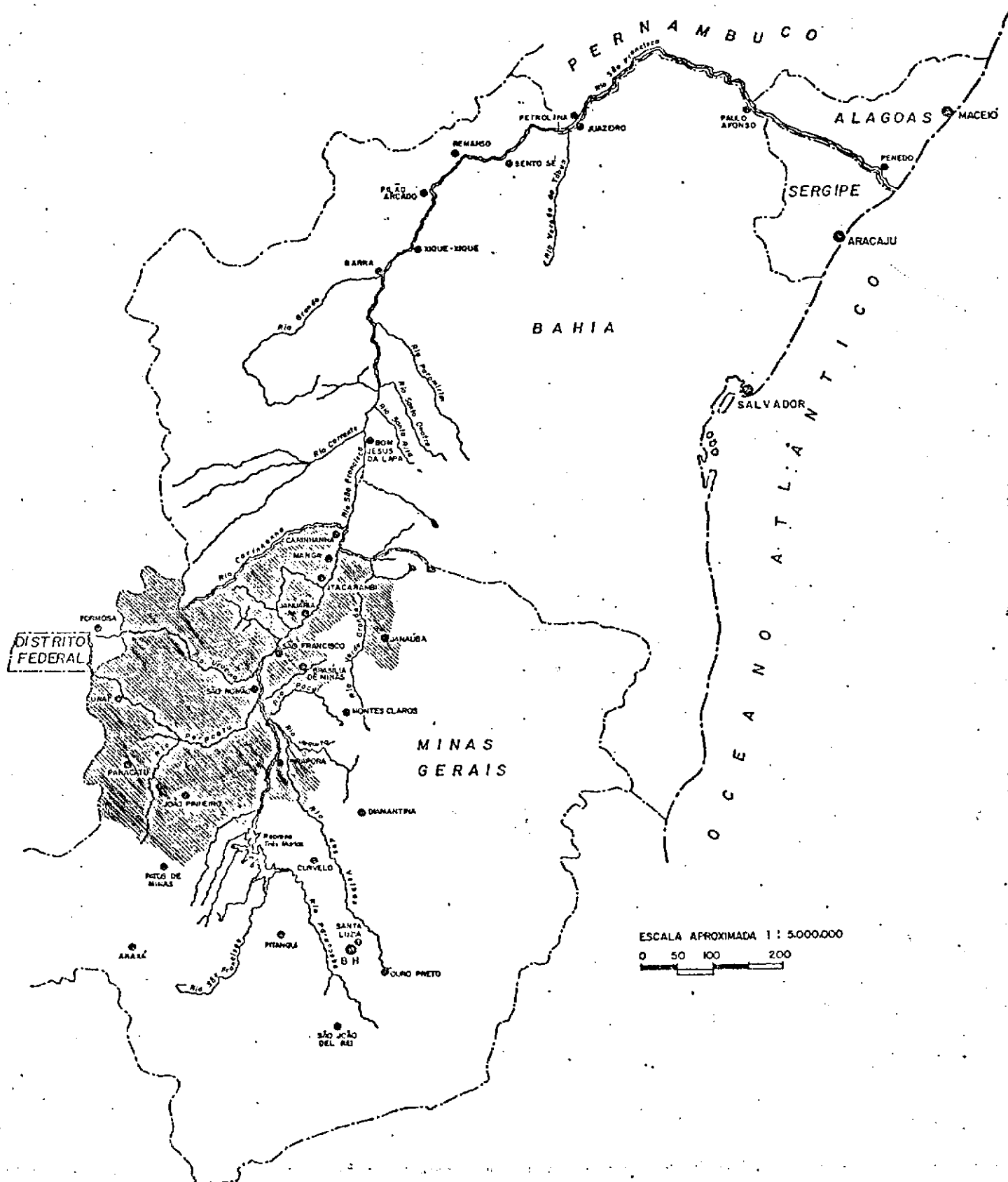
[10] IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Provincial Mineiro; 1835-1889. Rio de Janeiro, INL, 1958.

MAPA 1
Mapa de Situação do Sertão Noroeste de MG

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. II Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro. Belo Horizonte, SEPLAN, RURALMINAS, CETEC, 1977.

MAPA 2

O Sertão Noroeste de Minas

RIOS PRINCIPAIS E ATUAIS CIDADES

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. II Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro. Belo Horizonte, SEPLAN, RURALMINAS, CETEC, 1977.

MAPA 3
A Região Noroeste no Vale do São Francisco

FONTE: PIERSON, Donald. O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro, SUVALE, 1972.

2. O PANORAMA DA REGIÃO

2. O PANORAMA DA REGIÃO

A região noroeste de Minas ocupa uma área de 116.982 km² que corresponde a 19% da área total do Estado. Banhada pelo rio São Francisco e seus afluentes, Paracatu, Urucuia e Carinhanha, ela conta com inúmeros braços secundários, além de pequenos córregos e riachos perenes. Das regiões banhadas pelo rio São Francisco, esta é, sem dúvida, a mais favorecida em relação ao volume d'água. Até a construção das grandes barragens, posteriores à década de 40, a vida no grande rio era regulada pelas secas e pelas enchentes. À semelhança do Nilo, no Egito, após as chuvas e o vazamento das águas, uma extensa faixa de terra fertilizada pelo húmus era aproveitada pela população ribeirinha para a chamada "agricultura de vazante".

As terras afastadas, conhecidas como os "Gerais", formam extensos chapadões cobertos por vegetação de cerrado e entremeados por veredas. Apesar do solo pouco fértil os "Gerais" constituem campos naturais de pastagem que apresentam, em alguns pontos, baixadas salobras onde o sal pode ser aproveitado pelo gado. Mais ao norte, de Januária para cima, o cerrado é substituído pela caatinga com vegetação rasteira e solo arenoso.

O termo "sertão", segundo o viajante inglês Richard Burton,[11] é a contração do aumentativo "desertão", muito usado na África e na América do Sul. No Brasil, o termo é utilizado desde os tempos coloniais para designar as regiões semi-áridas do interior do país, escassamente povoadas e dominadas pelo regime pastoril. O sertão brasileiro engloba todo o norte de Minas Gerais e parte dos Estados de Goiás e do Nordeste. O sertão mineiro, tanto a leste quanto a oeste, apresenta características físicas e

---

[11] BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabara ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte, Itatiaia, Sao Paulo, USP, 1977. p. 143.

humanas comuns. Entretanto, a região noroeste se particulariza pela presença do rio São Francisco, que atravessa grande parte do interior brasileiro, fazendo a ligação entre os Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O sertão noroeste de Minas foi ocupado simultaneamente pelos vaqueiros que seguiram o curso do rio desde a Bahia e Pernambuco, e pelos bandeirantes paulistas que, movendo guerra ao gentio, fundaram povoados e se estabeleceram como grandes criadores.

A pecuária, praticada em regime extensivo, foi a atividade econômica predominante. É possível fazer distinção entre uma economia voltada "para fora", através da exportação de gado para as regiões litorâneas, e uma economia "para dentro", fundada no aproveitamento dos recursos florestais, na agricultura, na caça e na pesca. As relações econômicas com o litoral foram pequenas se comparadas com as trocas inter-regionais estabelecidas no interior. A via navegável do rio São Francisco facilitou as relações com o Estado da Bahia, sendo Juazeiro, ponto terminal da navegação, um centro comercial que estabelecia relações com os estados do Norte e do Nordeste. O relevo suavemente ondulado dos "gerais", possibilitou o contato relativamente fácil com o vizinho estado de Goiás e, através do Rio das Velhas, fêz-se a ligação com a região central de Minas.

A organização econômica gerou uma sociedade constituída essencialmente de proprietários, vaqueiros, camaradas e agregados. O escravo negro praticamente não foi empregado, excetuando-se Paracatu, sede de mineração aurífera, e Januária, onde os engenhos de cana empregaram a mão-de-obra africana. No início do século XVIII, quando o ouro foi descoberto no centro de Minas, e na segunda metade do século XIX, ao se desenvolver a lavoura cafeeira, o rio São Francisco foi utilizado como rota de tráfico

de escravos negros da zona açucareira nordestina para as regiões do ouro e do café. O escravo indígena, contudo, foi largamente utilizado nos primeiros anos do povoamento.

Segundo Luis Flores de Morais Rêgo,[12] a figura capital é o vaqueiro:

> "... preposto dos proprietários e de alguma maneira associado, recebendo determinada quota dos produtos da fazenda, isto é, um bezerro para quatro do proprietário. Sob a direção do vaqueiro trabalham seus filhos e parentes para coadjuvá-lo nas lides pastoris, e também assalariados por conta do proprietário, camaradas (...) Constitui-se assim o agregado inicial da sociedade pastoril: a fazenda. Ao lado, em terras adjacentes, consideradas de domínio das fazendas, assistem famílias não possuidoras de gado, de escassos recursos, que se dedicam à plantação, os agregados".

Ainda de acordo com o mesmo autor:[13]

> "Cada proprietário de fazenda conta com os seus vaqueiros, camaradas e agregados, todos seus clientes. Por sua vez, os proprietarios agrupam-se entre parentes, subordinados aos mais opulentes e influentes, constituindo clãs que dominavam regiões extensas (...)
>
> As famílias dominantes têm origens obscuras; possivelmente algumas provêm dos primeiros ocupantes do território. Não obstante, muitas famílias de proprietários rurais derivam de vaqueiros enriquecidos e de elementos adventícios estabelecidos na cidade e que, por motivos diversos, o comércio ou a política, lograram realizar fortuna em gado.
>
> As diferenças sociais entre a classe elevada dos fazendeiros e as mais humildes, desde os vaqueiros até os humildes agregados, mitigam-se

---

[12] RÊGO, Luis Flores de Morais. O Vale do São Francisco; Ensaio de monografia geográfica. São Paulo, Renascença, 1945. p. 183-4.

[13] Idem, Ibidem, p. 194.

> pela instituição interessante do compadrio: os filhos tem como padrinhos membros da classe elevada que passam a tratar os pais de compadres.
>
> Fica estabelecida uma ligação mais íntima, que autoriza certas liberdades e assegura proteção mais decidida, sem que por isso seja destruída a distinção de classes".

As pequenas cidades e vilas funcionavam como elementos de organização do meio rural, locais de um pequeno comércio, dominados pelos proprietários das fazendas e sedes do poder político. Da colônia à República, a organização política fundou-se no poder pessoal dos proprietários sustentados por sua parentela. Sob a designação de "potentados", no período colonial e "coronéis", no Império e na Primeira República, os grandes proprietários ditaram a ordem política no sertão. As lutas entre famílias rivais, pela conquista do mando local foram uma constante em toda história da região:

> "... os coronéis se devoravam entre si, muito mais do que devoravam seus apaniguados: "situação" e "oposição" se chocavam em entreveros sangrentos, muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados".[14]

A violência política, entretanto, não foi privilégio das elites. O fenômeno do banditismo social, contrapartida do coronelismo, surgiu com intensidade na Primeira República, e teve na pessoa de Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, seu mais significativo representante no sertão mineiro.

Em linhas gerais, são essas as principais características da região noroeste de Minas. Até 1930, e mesmo depois, a região manteve praticamente os mesmos traços: economia agro-pastoril, sociedade estratificada com predomínio do "compadrio", organização política baseada na ordem privada. Atravessou os séculos

---

[14] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. IN: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1977. t.3, v.1, p. 104.

isolada das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário.

O isolamento da região foi rompido algumas vezes, em curtos períodos, nos quais ela se relacionou economicamente com áreas mais desenvolvidas: durante a mineração do ouro na região central de Minas e em Goiás, quando o sertão abasteceu as minas de produtos de subsistência; através da exportação de algodão nos momentos em que a produção norte-americana não chegava à Inglaterra (Guerra da Independência e Guerra da Secessão), e durante um curto período no início do século XX, quando a febre da borracha atingiu a região, rica em maniçoba e mangabeira, árvores das quais se extraiu o látex.

A política econômica dos governos, desde o período imperial, teve uma meta básica: integrar a região às economias desenvolvidas do país para unificar o mercado interno e garantir a unidade e a integridade nacional. Contudo, a situação de isolamento e atraso persistiu mesmo após as estradas de ferro terem alcançado o rio São Francisco e a navegação a vapor ter sido implantada. Em 1937 Carlos Lacerda[15] viajou pela região e observou que apesar da maior facilidade de comunicação, a ligação com o litoral era praticamente irrisória. Quem percorre hoje a região, após a construção de Brasília, das grandes represas e das estradas de rodagem, tem ainda a mesma sensação de atraso, como se o tempo ali tivesse parado.

Essa situação, entretanto, denota interpretações várias, porque apesar da farinha de mandioca ainda ser produzida ali com técnicas do século XVI, em Pirapora já existe um moderno parque industrial.

---

[15] LACERDA, Carlos. Desafio e Promessa; o Rio São Francisco. Rio de Janeiro, Record, 1964. p. 44.

O desenvolvimento do noroeste mineiro esteve sempre a quém do crescimento das regiões que se voltaram para o mercado externo. Enquanto as relações de produção capitalista se implantaram rapidamente no litoral do país, no sertão configurou-se uma realidade que pode ser considerada como pré-capitalista ou arcaica.

3. PERÍODO COLONIAL

3. PERÍODO COLONIAL

Nesse período, dois movimentos populacionais determinaram a ocupação da região noroeste de Minas; partindo de Pernambuco e Bahia, a pecuária se expandiu ao longo das margens do rio S. Francisco; de São Paulo partiam os bandeirantes à cata de riquezas minerais e, principalmente, do braço escravo indígena.

3.1. Os Currais da Bahia e Pernambuco

A criação de gado começou no governo de Tomé de Souza em função do abastecimento da zona açucareira. Na síntese de Nelson Werneck Sodré,[16] a expansão pastoril atravessou três fases: a da vizinhança das lavouras de cana, a da coexistência, e a da separação entre as atividades agrícolas e pastoris. Nesta terceira fase, a pecuária alcançou o sertão, sendo beneficiada pela presença de água, pastagens naturais e terrenos salinos.

Duas famílias, a de Garcia Ávila (Casa da Torre) e a de Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte), receberam grandes sesmarias (na margem direita e na esquerda do rio São Francisco, respectivamente) e se especializaram na criação de gado. Segundo Antonil,[17] a Casa da Torre possuía 260 léguas pelo rio S. Francisco acima e a Casa da Ponte 160 léguas desde o Morro do Chapéu até a barra do rio das Velhas. Na impossibilidade de ocupar tão vastas sesmarias, seus proprietários arrendavam parte das terras, recebendo dez mil réis de foro por ano. Os arrendatários, após quatro ou cinco anos de trabalho, passavam a ser donos de uma

---

[16] SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1973. p. 88-9.

[17] ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 95.

entre quatro crias nascidas. Dessa forma, os currais se alastraram rapidamente:

> "O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões."[18]

Em 1711 Antonil[19] traçou a geografia e a estatística dos currais. Calculou em quinhentas mil as cabeças de gado da parte da Bahia e em oitocentos mil as de Pernambuco. Nessa época, ainda segundo o autor, a pecuária já tinha alcançado o rio das Velhas.

Aém de alimento, o boi era utilizado para tração dos engenhos, transporte em pequenas distâncias e o seu couro tinha diversas utilidades:

> "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cur-

---

[18] ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial(1500-1800). 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira INP, 1976. p. 124.

[19] ANTONIL, André João. op. cit. p. 93-6.

> tume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz".[20]

O couro, além do uso local, era exportado para outras regiões em broacas que serviam para embalar produtos como o tabaco, o sal e o algodão, e na forma de sola, utilizada na fabricação de sapatos.

Além do gado bovino, criava-se também cavalos, elemento indispensável ao homem no transporte das boiadas para o litoral e na vistoria pelas pastagens. St. Hilaire,[21] no início do século XIX, observou que o habitante do sertão, "por mais pobre que fosse, sempre tinha o seu cavalo". O mesmo autor descreveu o caráter extensivo da pecuária:

> "Nessa região, como no resto da província, o gado passa todo o ano nos campos; não é recolhido a currais, e colonos existem que, só possuindo dois escravos tem, no entanto, vários milhares de cabeças de gado. (...) O que, torna, aliás, fácil o trabalho dos vaqueiros, é que o gado vacum adota um lugar fixo para repousar, e escolhe sempre a borda dos pântanos e lugares úmidos. Durante a estação da seca, o gado refugia-se dentro das matas; mas pelo mês de setembro ateia-se fogo às pastagens, uma relva tenra brota dentro em pouco tempo, e então, as vacas saindo de seus esconderijos vão pastar a erva nova".[22]

A mão-de-obra negra foi pouco empregada no sertão. Sendo uma região periférica e de poucos recursos, só utilizou os escravos africanos no período da mineração aurífera em Paracatu. A pecuária era uma atividade exercida predominantemente pelos filhos dos proprietários ou por homens livres. Os dados de Roberto

---

[20] ABREU, J. Capistrano de. op. cit. p. 127.

[21] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1975, p.352.

[22] Idem, Ibidem, p. 313.

Martins,[23] relativos ao ano de 1873, demonstram que o número de escravos da região não passava de 10.000, o que correspondia a 3% da população escrava de Minas Gerais.

Nos primeiros tempos da ocupação o elemento indígena, caçado impiedosamente pelos bandeirantes paulistas, contribuiu na condição de escravo para a expansão da pecuária e garantiu o curto período de prosperidade da região entre 1690 e 1736.

Paralelamente à pecuária, os vaqueiros plantavam uma pequena roça destinada ao seu próprio consumo. A mandioca, já conhecida dos índios, foi o principal componente da agricultura de subsistência, sendo seguido do milho, do feijão e da cana-de-açúcar, esta transformada em rapadura e cachaça. A carne de boi, a farinha de mandioca e outros produtos agrícolas, acrescentados dos frutos, da caça e da pesca, complementavam a alimentação dos vaqueiros. Um documento anônimo,[24] datado provavelmente de 1705, comenta as vantagens que usufruiam os viajantes do sertão:

> "... porque em todo ele acham águas tão abundantes como as do Rio São Francisco, farinhas em bastante quantidade, carnes de toda a espécie, peixe, frutas, laticínios, cavalos para se conduzirem, pastos para eles e casas para se recolherem sem risco de Tapuias, nem de outros inimigos".

A existência do sal da terra, abundante no setor médio inferior da bacia (entre Xique-Xique e Juazeiro) e a ocorrência esparsa de terrenos salinos, os barreiros, no setor médio inferior,

---

[23] MARTINS, Roberto Borges. Growing in Silence: The Slave Economy of ninetteenth-century Minas Gerais, Brazil. Nashville, 1980. (Tese de doutorado, Vanderbilt University)

[24] INFORMAÇÕES sobre as minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 57: 159-186, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.
(Todas as citações em português antigo foram vertidas para a ortografia brasileira atual.)

foram fundamentais para a expansão e manutenção da pecuária, pois o sal era o alimento básico das boiadas:

> "Geralmente, os lugares onde floresce o sal são insignificantes, de 10 a 20 passos de extensão, e o sertanejo os chama barreiros.
> É com razão que lhes atribue grande valor, pois as propriedades que possuem esses depósitos naturais valem 100 vezes mais do que as outras, que não os possuem.
> O barreiro assegura a saúde dos rebanhos e uma grande economia para os fazendeiros, que, sem eles, teriam de comprar grandes quantidades de sal, ou de limitar bastante o número de cabeças de gado".[25]

Viajantes estrangeiros como Martius, St. Hilaire e James Wells noticiaram a avidez com que o gado lambia as terras salitradas. No sertão noroeste mineiro, essas terras não eram tão abundantes que dispensassem a importação de sal. Transportado em canoas e ajoujos, o sal proveniente da Bahia e vendido nos portos do rio, era distribuído por todo o norte de Minas.

Combinando vários fatores, como a existência de amplas pastagens, a ocorrência do sal da terra, a parca exigência de mão-de-obra e a presença de um mercado consumidor, localizado especialmente no recôncavo baiano e em Recife, a pecuária expandiu-se por todo o Vale do São Francisco.

3.2. Os Paulistas

A expansão dos currais pelo sertão do S. Francisco se fez às custas de guerras contra os nativos com o objetivo de escravizá-los. Os paulistas, especialistas nessa empresa, atuaram em todas as regiões do país. No sertão norte-mineiro, destacaram-se os

[25] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. São Paulo, Nacional, 1944. v. 257A, p. 323.

figuras de Matias Cardoso, Januário Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira. Depois de massacradas as tribos, os bandeirantes fundaram povoados e se estabeleceram definitivamente na região. Muito apropriadamente, Diogo de Vasconcelos afirmou:[26]

> "... a escravidão era a riqueza da época; e os potentados não perdiam ensejos de aumentá-la à custa dos maiores sacrifícios (...) Eram expedições que, portanto, fascinavam; minas de riquezas mais certas que as de ouro".

O primeiro povoado fundado na região foi o de Matias Cardoso:

> "... depois dos arraiais fundados por Fernão Dias em caminho do país das esmeraldas, foi este de Matias Cardoso o mais antigo do nosso território. Além dos fins comuns que se propunham tais estabelecimentos, tendentes ao descortínio do país, ao suprimento das bandeiras e à segurança dos caminhos, o de Matias Cardoso teve por motivo o serviço militar da campanha contra os índios do Ceará e do Rio Grande, fortificados no sertão daquelas capitanias".[27]

A Januário Cardoso é atribuída a fundação dos arraiais de São Romão e Porto do Salgado, hoje Januária. A Antônio Gonçalves Figueira, os de Manga, Barra do Rio das Velhas (Guaicuí) e Formigas (Montes Claros), todos edificados com os mesmos objetivos do primeiro. As terras adjacentes foram repartidas por Januário Cardoso a seus parentes de São Paulo. Seus primos, Capitão Francisco de Oliveira e D. Catarina Cardoso do Prado, ocuparam terras do alto-médio São Francisco; o sobrinho, Matias Cardoso de Oliveira, instalou-se na região do Urucuia; Domingos do Prado Oliveira em Pedras do Angico (São Francisco) e Salvador Cardoso Oliveira, em Pedras de Baixo (Pedras de Maria da Cruz). Derrotadas

---

[26] VASCONCELOS, Diogo L.A.P. de. História Média de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. p. 25.

[27] Idem, Ibidem, p. 20.

as nações indígenas, os paulistas ali si fixaram com seus escravos nativos e tornaram-se grandes criadores de gado.

Com a descoberta das minas de ouro, o povoado de Matias Cardoso, hoje Morrinhos, tornou-se ponto de passagem obrigatório dos comboios que se dirigiam ao centro de Minas, vindos da Bahia. Os principais povoados da ribeira do São Francisco, no período colonial, foram os portos distribuidores de sal - Morrinhos, São Romão e Guaicuí - e os centros distribuidores de produtos agro-pecuários - Pedras de Maria da Cruz e Januária.

O autor do documento anônimo[28] confirmou o estabelecimento dos paulistas na região:

> "Das vilas de São Paulo para o rio de São Francisco descobriram os paulistas antigamente um caminho a que chamam Caminho Geral do Sertão pelo qual entram e cortando os vastos desertos que medeiam entre as ditas vilas e o dito rio, nele fizeram várias conquistas de Tapuias (...) e com tão continuada frequência facilitaram o trânsito daquele caminho que muitos deles transportando por eles suas mulheres e famílias mudaram totalmente os seus domicílios de São Paulo para as beiras do dito rio de São Francisco, nas quais hoje se acham mais de cem casais, todos paulistas, e alguns deles com cabedais muito grossos".

A respeito da polêmica sobre a ocupação do sertão norte-mineiro, que dividiu os historiadores Salomão de Vasconcelos e Urbino Viana (que defenderam a primazia dos baianos) e Affonso Taunay[29] (que defendeu a primazia dos paulistas), o que é importante ressaltar é que ambas as correntes de povoamento resultaram

---

[28] INFORMAÇÕES sobre as Minas do Brasil. op. cit. p. 159-86.

[29] A respeito desta polêmica ver TAUNAY, Affonso de E. História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Imprensa Oficial, 1948. t.9, p. 329-58.

na instalação de grandes fazendas de criação e que estas já haviam se firmado antes mesmo dos descobrimentos auríferos.

Não resta dúvida que o rebanho norte-mineiro proveio do baiano e, nas palavras de Taunay,[30] inspiradas em Urbino Viana, "a lição do sertanista baiano, povoador 'fazedor de fazenda', serviu ao paulista mameluco e preador de índios". De resto, a estrutura política e social originada de ambas as correntes foi a mesma. Tanto o português Manuel Nunes Viana, procurador de D. Isabel Maria Guedes de Brito (Casa da Ponte), e afazendado no rio Carinhanha, quanto os paulistas Matias Cardoso e o filho Januário Cardoso, eram mestres de campo e comandantes de guerra contra o gentio; eles estabeleceram na região o domínio da ordem privada, fundada nas relações de parentesco.

3.3. O Noroeste e as Minas de Ouro

No final do século XVII, um grande contingente populacional dirigiu-se ao centro de Minas Gerais, atraído pelos descobrimentos auríferos. A própria Coroa incentivou essa corrida:

> "... a preocupação de facilitar o acesso às minas e de incrementar o povoamento não era desinteressada. Visava apenas aumentar a produção de ouro e, com isso, auferir mais quintos. Era uma política fiscal e não social".[31]

Indivíduos de todas as partes do país, inclusive da Metrópole, se dirigiram à região mineradora acalentados pelo sonho de riqueza imediata. Ao especializar-se na extração do ouro, a agricultura ficou relegada a segundo plano, sendo necessário o

---

[30] TAUNAY, Affonso de E. História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Imprensa Oficial, 1948. t.9, p. 332.

[31] ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP, 1951. p. 39.

estabelecimento de relações comerciais com outras regiões; o sertão do São Francisco tornou-se então o principal fornecedor das minas. De lá vinham as boiadas e os gêneros alimentícios, destacando-se a farinha de mandioca, a rapadura, a cachaça e o peixe; por lá passavam comboios de escravos que eram vendidos nas minas e produtos importados provenientes do porto de Salvador.

Neste período, surgiram os primeiros problemas: o ouro começou a ser desviado para o interior, região onde a Metrópole não exercia controle fiscal nem tributário; em contraponto, a produção açucareira, que já vinha sofrendo a concorrência das Antilhas, viu escoar rapidamente para as minas a mão-de-obra escrava, fato que acelerou ainda mais a sua decadência.

A Corte portuguesa, notando a péssima situação que ficaram os engenhos e a lavoura brasileira, iniciou, a partir de 1701, uma série de medidas restritivas ao comércio das regiões mineradoras:

> "O governo da Metrópole e seus prepostos, visando de preferência impedir o desencaminho dos quintos do ouro do que obstar o povoamento dos sertões do norte, vedaram toda e qualquer comunicação entre estes e as Minas Gerais, por via terrestre, no começo do século XVIII..."[32]

Devido à necessidade de suprir o mercado mineiro, foi aberta uma exceção, em 1703, ao comércio de gado; no entanto as restrições aos outros produtos nunca foram respeitadas, pois contrariavam as leis naturais que regem as trocas econômicas. De acordo com o documento anônimo, foram cinco as razões que impossibilitaram o cerco impingido pela Coroa ao sertão:

1) a urgência que os habitantes da região mineradora tinham dos produtos de primeira necessidade, pois nem São Paulo,

---

[32] TAUNAY, Affonso de E. op. cit. t.9, p. 358.

nem o Rio de Janeiro conseguiam abastecer as minas satisfatoriamente. Além do gado, o sertão fornecia farinha, cavalos, sal da terra, peixe seco e outras mercadorias; 2) as vantagens que os senhores da terra e os comerciantes do sertão auferiam com o comércio das minas pois vendiam os seus produtos a preços bem mais altos do que nas praças de Salvador e Recife, sendo que o tempo de condução era bem menor; 3) a facilidade e a comodidade que o rio São Francisco trazia ao transporte de mercadorias, se comparado aos outros trajetos, que partiam do Rio e de São Paulo. No primeiro caminho, encontravam-se fazendas de gado e casas de vaqueiros, onde os viajantes podiam pernoitar e se abastecer. Além disso, não enfrentavam as serras e podiam, na volta, chegar em quinze dias à Cachoeira de Paulo Afonso navegando pelos rios das Velhas e São Francisco; 4) o poder e o caráter dos moradores do sertão:

> "... todos são absolutos que qualquer vaqueiro, ou paulista metido com sua escopeta pelos matos daqueles sertões, nem todos os exércitos da Europa serão bastantes para o impedirem que entre, e saia por donde quizer; e é digno de reparo que para evitar os perigos só usam deste refugio os que eles chamam vis, e pobres, porquanto os ricos, e que entre eles são grandes, tem pela maior honra arranjarem-se as ocasiões de maior temeridade, contendendo, ou descompondo as pessoas de maior esfera sem respeito a leis divinas ou humanas".[33]

5) a corrupção que se estabeleceu nos postos fiscais; os paulistas, encarregados pela Metrópole da cobrança dos impostos e vigilância dos caminhos do sertão, deixavam passar os comboios à custa de subornos.

Na categoria de "homens absolutos", podemos citar o português Manuel Nunes Viana e os paulistas Domingos do Prado, Maria

---

[33] INFORMAÇÕES... op. cit. p. 159-86.

da Cruz e Pedro Cardoso; o primeiro foi chefe da conhecida "Guerra dos Emboabas"[34] e os três últimos, líderes dos motins do sertão, congnominados de "Sedição de 1736" ou "Conjuração do São Francisco". Os dois levantes podem ser analisados num só contexto: a luta dos potentados do sertão contra as proibições impostas e o controle fiscal e tributário exercidos pela Coroa através dos paulistas ou pelas autoridades metropolitanas da região mineradora.

Manuel Nunes Viana, afazendado na região dos rios Carinhanha e Jequitaí, era administrador das terras de Dª Isabel Guedes de Brito, filha de Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte). Logo que foram descobertas as minas de ouro, ele se transformou numa das maiores figuras do contrabando baiano. Considerava as terras do rio São Francisco, até as cabeceiras do rio das Velhas, como pertencentes à Bahia e, portanto, sob a sua responsabilidade direta; não aceitava a jurisdição da Capitania de Minas e São Paulo, e cobrava, ele mesmo, o aforamento de tais terras. Além de poderosos contatos comerciais em Salvador, o régulo exercia uma verdadeira liderança entre os habitantes do sertão. Conseguiu, quando ameaçado, impedir a entrada de mercadorias na área mineradora, provocando a escassez de gêneros alimentícios e até mesmo a fome naquela região.

Além da Guerra dos Emboabas, já bastante analisada, os conflitos entre Nunes Viana e o Conde Assumar, entre 1717 e 1720, demonstraram o poder do primeiro e a ausência de controle metropolitano sobre o sertão do São Francisco. A leitura de Affonso

---

[34] Não nos aprofundamos na Guerra dos Emboabas por considerarmos que o tema já foi bastante explorado. Sobre o assunto ver: ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII, e GOLGHER, Isaías. Guerra dos Emboabas. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1982.

Taunay[35] permite um resumo dos acontecimentos.

Manuel Nunes Viana pretendia arrematar o contrato dos direitos das passagens de cargas, negros e gados que do sertão dirigiam-se às minas. Vendo-se frustrado por uma manobra do Conde de Assumar, — o então governador da Capitania de Minas e São Paulo transferiu de Sabará para Vila Rica a praça da arrematação, e concedeu a outros os direitos reinvindicados pelo regente do São Franscico, — Nunes Viana, em represália, impediu os invernistas localizados no rio das Velhas de remeterem as boiadas para a área mineradora, proibindo também a remessa de peixe seco. Em carta[36] de 1718 ao ouvidor da comarca de São Paulo, o Conde mostrou a sua preocupação:

> "O famoso Manuel Nunes Viana bem conhecido pelos levantes (...) veio aqui nesta região e como saiu daqui insatisfeito do modo com que o tratei foi fazendo das suas pelos confins deste Governo lá junto para os currais da Bahia aonde foi causa de se levantar o povo para que houvesse o motivo de que não entre gados neste país; e eu desejava retrucar-lhe pelo mesmo jogo sendo eu quem lhos embaraçasse, porém não faço essa diligência sem saber o número dos currais da Curituva me podem aqui introduzir (...) Se for possível vir 18 a 20 mil cabeças de gado então mandarei certamente fechar os currais da Baía (...) Franquearemos e facilitaremos tudo para sitiar Manuel Nunes Viana como aqui ele nos quer fazer".

Assumar revelou desconhecer a pecuária do sul do país, pois São Paulo não tinha condições de abastecer as minas e já vinha, a algum tempo, sofrendo escassez de carne. Na tentativa de fazer avançar o alcance da máquina política e fiscal da Metrópole,

---

[35] TAUNAY, Affonso de E. op. cit. t.10. p. 77-120.

[36] MOTINS promovidos por Manuel Nunes Viana no sertão do rio das Velhas. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (1-2) : 211-220, Jan/jun 1900.

o Conde resolveu fundar uma vila em Papagaio (Curvelo). Viana, seus parentes e prepostos, aliados ao Padre Antônio Curvelo, vigário do Arraial de Matias Cardoso, levantaram o povo do lugar e impediram a fundação da nova vila. Os habitantes de Papagaio, pressionados por Viana, se recusaram a aceitar a jurisdição do governador de Minas e São Paulo e declararam-se foreiros de Dª Isabel Guedes de Brito.

O desespero de Assumar chegou a tal ponto que pensou em renunciar. Dificultava sua luta contra Viana o fato deste último ter ligações políticas e econômicas com a Bahia, até então sede do poder metropolitano no Brasil. Na perspectiva do Vice-rei, Viana era um defensor daquela Capitania. Vencer o régulo pela força militar era impossível. Não haviam forças suficientes na Bahia ou em Minas para fazer frente ao exército de negros e mulatos de Nunes Viana, que tinha também o apoio dos grandes proprietários do sertão.

Restou ao Conde Assumar a luta verbal através de cartas ao Rei de Portugal, D. João V e ao Vice-rei na Bahia, o Conde de Vimieiro, nas quais criticava duramente Nunes Viana e defendia a legitimidade da jurisdição mineira sobre as terras do Vale do Rio das Velhas. D. João, assumindo as dores de Assumar, emitiu a ordem régia de 16 de março de 1720 criando a Capitania de Minas e estabelecendo os limites com a Bahia no Rio Verde e com Pernambuco, no Carinhanha. Desta maneira, incorporou-se à nova jurisdição todo o Vale do Rio das Velhas e mais os do Paracatu, Urucuia e parte dos Vales do Rio Verde e Carinhanha.

Nunes Viana, despojado do poderio sobre estas terras, retirou-se para Salvador. Convocado à presença do Rei, utilizou sua influência e obteve, em 1727, o hábito de Cristo para si e para o seu filho, dinheiro para as filhas religiosas e os cargos de Alcaide-mor da Vila de Maragogipe e Escrivão da Ouvidoria do

Rio das Velhas, este último exercido por procuração. Faleceu em Salvador em 1738.

Embora Nunes Viana tenha sido derrotado, o sertão continuou sendo dominado pelos grandes proprietários e o rio São Francisco ainda era a principal via de contrabando e descaminho do metal precioso. A máquina fiscal da Metrópole não alcançava aquelas paragens onde somente o imposto do dízimo era cobrado enquanto a população das minas vivia sobrecarregada com o "quinto". Na terceira década do século XVIII, a Coroa mostrou-se insatisfeita com a arrecadação dos quintos. Resolveu então substituí-lo pelo imposto da "capitação" que correspondia mais ou menos ao que hoje chamamos de Imposto Sobre Serviços. A capitação atingia mineradores, criadores de gado, comerciantes e artesãos. A criação desse sistema tributário provocou protestos em toda a Capitania, culminando com a insurreição feita pelos potentados do sertão:

> "... por mais que Martinho de Mendonça a princípio quisesse disfarçar por insignificante, para não confessar a enorme responsabilidade dos fatos, não achamos na história de Minas tempestade de mais temerosa em todo o período colonial".[37]

O movimento iniciou-se através de reações isoladas de grandes proprietários que se associaram numa luta contra a Metrópole. Os primeiros protestos vieram do Coronel Antônio Tinoco, na Barra do Rio das Velhas, de André Gonçalves Figueira, de Montes Claros, e de Matias Cardoso de Oliveira, do Urucuia. Os potentados se reuniram na Semana Santa do ano de 1736 no arraial de Morrinhos (Matias Cardoso), sob a direção de Domingos do Prado Oliveira e D. Maria da Cruz. Com o apoio do Padre Antônio Mendes Santiago, os grandes proprietários traçaram os rumos da

---

[37] VASCONCELOS, Diogo L.A.P. de. op. cit. p. 128.

conspiração. Sobre a extensão do movimento, escreveu Frei Pedro Caixito.[38]

> "Em S. José das Pedras dos Angicos (atual São Francisco), Domingos Prado Oliveira, senhor e dono, não teria dificuldades de formar com escravos, índios e libertos uma tropa de 300 homens ou mais. No baixo Urucuia, Matias Cardoso Sobrinho juntara 600 homens entre Tapuias, negros e vaqueiros livres. No Jequitaí está o Dr. Miguel Nunes e outros descendentes de Manuel Nunes Viana que estão ainda indecisos esquecendo-se que do sertão saíram também emboabas".

A estes, somavam-se ainda as tropas do Padre Antônio Mendes Santiago, de D. Maria da Cruz e do seu filho Pedro Cardoso que, posteriormente, viriam a ser considerados, com Domingos do Prado, os cabeças da revolta. Maria da Cruz, até hoje cantada em verso e prosa como a grande heroína do sertão, era proprietária da Fazenda do Capão, localizada perto do arraial das Pedras de Baixo, hoje Pedras de Maria da Cruz. Segundo Diogo de Vasconcelos,[39] a fazenda era uma das mais prósperas do sertão:

> "Teares de algodão; cortumes e oficinas de couros; tendas de ferreiro e de carapinas, escolas de leitura e de música; e, além disso, armazens de fazenda, davam-lhe um movimento de grande centro comercial, principalmente dos gêneros de que se abasteciam as Minas: solas, tecidos de algodão e produtos de engenhos de cana e de mandioca. Todos estes gêneros, sem se falar do principal, que era o gado, nem dos cavalos que por lá passavam, ou nasciam, dão-nos a idéia do que foi o sertão do S. Francisco no tempo da revolta.

---

[38] Esta informação está no jornal "Vila Risonha", de São Romão que foi pesquisado em 1977 na casa de uma professora local. Infelizmente as anotações se extraviaram, não sendo possível indicar a data do periódico. Frei Pedro Caixito, residente em Paracatu é especialista nos Motins do Sertão, possuindo vários documentos a respeito.

[39] VASCONCELOS, Diogo L.A.P. de, op. cit. p. 131.

> (...) Pedro Cardoso, que não só se ocupava em sua fazenda, mas tirava grandes lucros do comércio, importando sal, ferragens e gêneros da Bahia, foi um dos mais fortes potentados do sertão".

O plano concebido pelos grandes proprietários era o de reunir as tropas no arraial de Salgado e marchar sobre São Romão, povoado que se tornara a ponta de lança da administração portuguesa no sertão desde que, em 1720, foi erigido ali um julgado. O arraial contava com uma casa de registro, duas dezenas de dragões e uma tropa de ordenanças encarregada de impedir o descaminho do ouro e manter a ordem no sertão. Ao juiz de São Romão deveria ser entregue o livro de matrícula dos contribuintes do novo imposto para ser posteriormente enviado à Intendência de Sabará. Se vitoriosos, os amotinados ocupariam São Romão e seguiriam até Senhor do Bonfim das Macaúbas (Bocaiúva), unindo as tropas de Pedras de Cima (São Francisco) e Brejo das Almas (Francisco Sá), conquistando para a causa Miguel Nunes na Barra do Jequitaí; ali fariam coligação com os amotinados de Papagaio (Curvelo) e rumariam para a sede da Comarca (Sabará), depois Mariana e por fim, a capital, Vila Rica.

São Romão foi atacada duas vezes; a primeira, sob o comando do Padre Antônio Mendes Santiago, que, segundo Diogo de Vasconcelos,[40] teria se impacientado, não aguardando a reunião das tropas dos diversos proprietários. O Padre depôs as autoridades do lugarejo e fez aclamar novas, mas não conseguiu resistir por muito tempo:

> "Com efeito, no dia 24 de junho, o sitio no Brejo do Salgado distante mais de 150 léguas desta Vila se amotinaram os moradores, e marcharam até o Arraial de S. Romão, constituindo Juízes do povo, e Cabos; e naquele arraial entraram coi

---

[40] Idem, ibidem, p. 132.

> sa de duzentas pessoas armadas que fizeram (guiados pelo Vigário Antônio Mendes Santiago) escrever um termo sedicioso, e publicar editais de manifesta rebelião: assim se conservaram três dias até que um Domingos Alves Ferreira com a voz de S. Majestade, e ajudado de alguns parentes e amigos se senhoreou do Corpo da guarda e fez espalhar os amotinados".[41]

A segunda investida a São Romão foi feita por Pedro Cardoso, que partiu de Brejo do Salgado comandando um exército de negros, mulatos e índios:

> "Tinham saído pela segunda vez do Brejo do Salgado os amotinados, e agregando-se os moradores, uns como cúmplices, dos seus intensos e outros violentados com temor das insolências que cometiam contra os que achavam sossegados e com maior número, constituindo general das armas, mestre de campo, secretário de governo, Juiz e Procurador do Povo; cometeram na marcha as mais atrozes barbaridades, publicando bandos com pena de morte, confisco de bens, matando e violentando mulheres, queimando e roubando casas, como fizeram a Domingo Alves Ferreira que tinha desfeito o outro motim, e a de seu cunhado João de Meirelles, aos quais se verifica fizeram mais de vinte mil cruzados de perda"...[42]

De posse do arraial de São Romão, os amotinados partiram para a Barra de Jequitaí onde esperavam obter o apoio de Miguel Nunes de Souza, filho e herdeiro de Manuel Nunes Viana, e de outros poderosos fazendeiros da região. Na opinião de Diogo de Vasconcelos, a divulgação dos atentados cometidos pela "horda infrene" provocou a recusa dos potentados do Jequitaí a se incor

---

[41] MOTINS DO SERTÃO e outras ocorrências em Minas Gerais durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, conforme correspondência deste com o governo da Metrópole. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 1 (4) : 649-672, out./dez. 1896.

[42] Idem. Ibidem, p. 651.

porarem ao exército de Pedro Cardoso. Frustrada a adesão, o exér cito se desfez. Na visão de Martinho Proença,[43] a causa da dissolução do tumulto foi outra:

> "... Na realidade, a verdadeira causa de se desfazer foram os avisos que os Cabeças disfarçados receberam das Minas Gerais com a certeza de que se mandava não só marchar o Destacamento que se tinha retirado, mas se reforçava, e se tomavam todas as medidas convenientes para o castigo dos rebeldes".

De fato, o destacamento chegou pouco tempo depois a Brejo do Salgado e, durante a noite, prendeu toda a população do lugarejo. Os cabeças da revolta foram enviados para Vila Rica, entre eles, Maria da Cruz e o filho Pedro Cardoso.

Através da correspondência de Martinho Proença,[44] tem-se uma idéia da composição social dos amotinados:

> "Em todas estas inquietações se podem considerar três gêneros de Cabeças: os primeiros, e principais, são homens poderosos no país, e estabelecidos nele, que acostumados a viver sem outra lei que a da sua vontade, procuraram impedir o pagamento da Capitação não tanto para não pagarem, como pelo receio de que com a introdução de intendente e Correição haveria uma grande facilidade para o castigo das insolências que com frequência cometem: estes se retiraram logo que souberam ia Ministro tirar a devassa e alguns contra quem houve bastante prova, se acham com os bens sequestrados. Também se podem reputar segundos cabeças, e na aparência são as primeiras, quatro ou cinco pessoas que tinham pouco, ou nada a perder, e ocultamente instigados, dos outros começaram os motins, concitando uns e violentando outros, alguns dos quais se tinham retirado, culpados, nas inquietações dos Tocantins. Estes, por-

---

[43] Idem, Ibidem, p. 652.

[44] Idem, Ibidem, p. 652-3.

> ser mais aparente o seu delito, se retiraram tanto que se desfez o tumulto; e em terceiro lugar parecem cabeças o General, Secretário e o Juiz do Povo, ainda que realmente não o são, porque nestes empregos introduziram maliciosamente gente meio rústica e tanto que entendo, conheciam a atrocidade do delito, como se colhe das perguntas, principalmente de Simão Corrêa, um mestiço que nunca entrou em povoado a quem fizeram General das Armas".

O governador interino acrescentou ainda os padres, especialmente o Vigário Antônio Mendes Santiago. A descrição não é suficiente para compor o quadro social dos revoltosos, mas permite supor a existência de três grupos distintos. O grupo dirigente, não há dúvida, era composto pelos grandes proprietários do sertão, entre os quais se encontrava o Padre Santiago. O grupo inferior, segundo o missivista, de "gente meio rústica", era provavelmente composto por agregados; e no grupo médio, situavam-se os vaqueiros e pequenos proprietários. Portanto, o movimento contou com a ampla participação das camadas que compunham a sociedade sertaneja, fato que o distingue de outros levantes ocorridos em Minas no período colonial, como a Sedição de Felipe dos Santos e a Inconfidência Mineira. Em recente tese sobre o assunto, Carla Anastasia[45] sugere que a Sedição de 1736 apresenta duas facetas:

> "... uma, ligada aos interesses dos potentados do sertão agro-pastoril do São Francisco de continuarem excluídos da subordinação externa, assegurando a continuidade não só de sua autonomia política como do controle do excedente, gerado pelas trocas com a região mineradora e, a outra ligada aos interesses das camadas mais baixas da região onde se pode vislumbrar um relativo

---

[45] ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. Belo Horizonte, 1983. mimeo. (Tese Mestrado. Dep. Ciência Política, FAFICH, UFMG).

> questionamento das formas autoritárias de dominação interna exercidas pelos grandes proprietários de terras".

A primeira parte da interpretação é aceitável, mas com reservas. O desenrolar da luta mostrou que os proprietários não estavam unidos em torno de um mesmo objetivo. Na primeira investida a São Romão, o padre Santiago não contou com o apoio dos outros proprietários, como havia sido combinado e, de posse do arraial, enfrentou a oposição de outro grande proprietário, Domingos Alves Ferreira, que encarnou os interesses metropolitanos. Posteriormente, Pedro Cardoso foi o único proprietário a comandar o exército de amotinados e teve que desistir diante da defecção dos potentados do Jequitaí. O que os fatos demonstram é que o movimento não estava suficientemente organizado ou talvez que os grandes proprietários agiram na defesa de interesses próprios.

O relativo questionamento do poder autoritário dos fazendeiros, qua Anastasia atribuiu à participação popular, não tem sustentação nos fatos. Houve, é certo, abuso de poder da "gente meio rústica", que comandava os destacamentos, mas estes foram condenados pelos próprios revoltosos pelo que se deduz da narração:

> "E como o chamado Mestre de Campo, assistido de negros, mulatos e índios cometia as maiores desordens, os mesmos amotinados fizeram com o chamado General das Armas que o mandasse prender e sentenciasse à morte o que com efeito se executou junto a São Romão"...[46]

Não há dúvida, entretanto, que a Sedição de 1736 foi uma luta entre os potentados do sertão e o poder da Metrópole; e que perderam os grandes proprietários, pois foram presos e tiveram seus bens sequestrados.

[46] MOTINS DO SERTÃO... op. cit. p. 651-2.

A Sedição foi o marco final do domínio econômico do sertão do São Francisco nas trocas com a região mineradora. O cerco estabelecido pela Coroa deu início a um período de isolamento que durou até a primeira metade do século XX.

3.4. O Ouro em Paracatu

Caso peculiar na história do sertão noroeste de Minas é o da cidade de Paracatu. Lá, como na região central, foi descoberta e explorada grande quantidade de ouro. A mineração gerou, durante o século XVIII, uma organização política e social semelhante àquela que se desenvolveu no centro de Minas: presença da máquina burocrática da Metrópole e da escravidão negra. Entretanto, o povoamento inicial de Paracatu não se deve à mineração de ouro mas sim ao estabelecimento de fazendas de criação. O povoado teria se originado antes do descobrimento das jazidas, servindo como entroncamento dos caminhos que se dirigiam às minas de Goiás. Waldemar de Almeida Barbosa,[47] em longo verbete a respeito da cidade, escreveu:

> "A região de Paracatu foi sendo povoada inicialmente por elementos vindos da Bahia, via S. Romão. Temos notícia, no primeiro quartel do século XVIII, de um morador nas cabeceiras do Paracatu, vindo da cidade de Salvador: Tomás do Lago Monteiro que, alegando que já servira de Alferes do Têrço de Auxiliares da "cidade da baía", pediu e obteve, com data de 26 de janeiro de 1722, a patente de coronel do Paracatu, a fim de, com maior autoridade, combater o gentio bravo e, desta forma, facilitar as expedições e a procura do ouro (Cód. 21, fls. 66/66v. A.P.M.)".

---

[47] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Promoção-Família, 1971. p. 337-41.

O autor segue arrolando uma série de sesmarias concedidas na região, todas elas para proprietários de rebanhos cavalar e vacum. Afonso Arinos de Melo Franco[48] corrobora a hipótese da região ter sido inicialmente povoada pelas fazendas de criação.

> "Antes do descobrimento do ouro nas terras que ficam ao poente do Rio de S. Francisco, já esta região, atravessada pelas bandeiras a que aludimos, se tornara conhecida dos criadores de gado. O famoso e ainda bastante misterioso Manuel Nunes Viana estendia os seus domínios pelos sertões do urucuia. O arraial de Morrinhos, fundado na primeira metada do século XVII pelo paulista Matias Cardoso de Almeida, nas divisas da Bahia com a futura capitania de Minas foi, provavelmente, o ponto de irradiação deste largo movimento do gado rumo ao sudoeste, acompanhando o curso do S. Francisco e dos seus afluentes da margem esquerda. As terras iam ficando livres do gentio pela caça que lhes faziam os preadores de escravos e, nas regiões assim limpas, os paulistas introduziram aos poucos os seus rebanhos".

Quanto ao surgimento do arraial, as opiniões são divergentes. Oliveira Melo[49] julga que ele teria surgido entre 1690 e 1710, já vivendo da exploração do ouro sem que seus habitantes comunicassem a descoberta, a fim de se manterem livres de impostos. Já Mello Franco[50] sugere que o arraial surgiu entre 1736, data da abertura do caminho que ligava as recém-descobertas minas de ouro de Goiás aos centros criadores do sertão, e 1744, quando foi comunicado ao governador da Capitania de Minas Gerais as descobertas de Paracatu. Waldemar Barbosa[51] sustenta:

---

48 MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. Um Estadista da República. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1955. p. 9-10.

49 MELLO, Oliveira. Paracatu Perante a História. Patos de Minas, Folha Diocesana, 1964.

50 MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. op. cit. p. 14.

51 BARBOSA, Waldemar de Almeida. op. cit. p. 338.

> "Não há dúvida que, em 1736, quatro diferentes caminhos para Goías passaram a fazer junção em Paracatu: a Picada de Goiás, cuja construção foi permitida por despacho do governador Gomes Freire de Andrade, de 8 de maio de 1736; a de Pitangui a Goiás, também autorizada em 1736 ao requerente Domingos de Brito e seus sócios; a que passava por S. Romão, onde desembocavam caminhos de Minas, da Bahia e de Pernambuco; e o caminho que transpunha o S. Francisco na passagem do Espírito Santo, nas proximidades da barra do rio Abaeté. A Picada de Goiás e a que passava por S. Romão eram as mais frequentadas (...) Ora, se estes quatro caminhos diferentes iam juntar-se em Paracatu, de onde apenas um continuava para Goiás, é bem possível que aí nesse entrocamento houvesse, então, casas de hospedagem, e, provavelmente algum povoado com recursos para os viajantes. Que o arraial é anterior ao manifesto das minas de ouro, não há dúvida".

A data precisa da fundação do arraial não é a questão fundamental. O importante é colocar que a região foi ocupada inicialmente através da expansão da pecuária pela margem esquerda do rio S. Francisco e que, logo após o descobrimento do ouro em Goiás, se iniciou o intercâmbio comercial entre a nova área mineradora e o sertão noroeste de Minas.

O descobrimento das minas de Paracatu foi manifestado em 1744 por José Rodrigues Fróis, que pertencia a uma família paulista. Segundo St. Hilaire:[52]

> "Os sucessos de José Rodrigues Fróis ultrapassaram suas esperanças. Retirou do Córrego Rico uma quantidade de ouro considerável, e levou para Sabará o fruto dos seus trabalhos. Foi nomeado guarda-mor e lhe concederam a data de preferência, que é de uso conceder aos que descobrem minas. Fróis voltou a Paracatu com grande número de homens que queriam partilhar os tesouros das novas minas; muitas pessoas vieram tam

---

[52] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás. São Paulo, Nacional, 1937, p.260.

> bem de Goiás; enfim a reputação das riquezas da região foi em breve tal, que vários portugueses europeus atravessaram o deserto para se fixarem em Paracatu".

Diogo de Vasconcelos[53] sublinhou a participação de elementos vindos de Diamantina. A ordem régia de 23 de abril de 1743 que decretou o monopólio real sobre a extração de diamantes, provocou a expulsão de inúmeros garimpeiros que então dirigiram-se a Paracatu.

A cidade, como suas congêneres da região central de Minas, conheceu o período de riqueza e posterior decadência:

> "... não durou mais que alguns lustros a fase de esplendor em que os habitantes da longínqüa povoação recebiam mercadorias finas da Europa, davam-se ao luxo de improvisar representações do teatro de Voltaire e, enquanto as damas polvilhavam de branco os cabelos, faziam empoar de ouro puro as cabeças das mulatas de estimação.
>
> Paracatu acompanhou de perto o movimento do declínio econômico que iria dar causa à Inconfidência Mineira. Antes de 1770, temos indícios de que o ouro se estava esgotando, e com ele o fausto da vida social. Em 1784 o truculento governador da capitania D. Luis da Cunha Meneses, já mandava sequestrar os bens de vários moradores ricos do arraial, por falta de pagamento de impostos".[54]

St. Hilaire esteve na cidade em 1819 e atestou a decadência através de dados estatísticos: a população, que em 1766 era de 12.000 habitantes, reduzira-se a 3.000, ou seja, à quarta parte. A população restante se compunha de:

> "... pequeníssimo número de brancos, geralmente pobres (...) Existem em Paracatu muitos mulatos; mas são os negros livres e crioulos que

[53] VASCONCELOS, Diogo L.A.P. de. op. cit. p. 210.

[54] MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. op. cit. p. 21-2.

> formam hoje em dia a maior parte da população dessa vila. Suas mulheres fiam algodão para fazer tecidos grosseiros; alguns homens tem ofícios, a maioria vai, de tempos em tempos, procurar um pouco de pó de ouro nos córregos vizinhos. Quase todos vivem em extrema pobreza"...[55]

St. Hilaire observou ainda que grande número de casas se achavam desocupadas e mal conservadas mas, por outro lado, sugeriam a existência de algum movimento comercial:

> "Vêem-se em Paracatu grande número de tabernas e várias lojas bem sortidas. Poucos comerciantes tem transações diretas com o Rio de Janeiro; a maioria manda vir de São João Del-Rei os artigos de que carecem e enviam, em troca, couros crus e algodão".[56]

Pelo visto, a decadência da mineração na cidade foi relativamente sanada pelo retorno às atividades agro-pastoris. Quando a localidade foi elevada à condição de vila, em 1798, novos impostos foram estabelecidos para o sustento da Câmara Municipla e, através deles, pode-se ter uma noção da economia local:

> "... convocados para se tratar do estabelecimento das rendas da mesma Câmara depois de darem cada um livremente os seus votos, acordaram uniformemente, que visto não ter a Câmara outras rendas mais do que as provenientes das afiliações, e das cabeças de gado que se cortam nos açougues, às quais não são bastantes, para as despesas públicas necessárias, se estabelecesse o pequeno foro de oitenta réis por braça em todas as casas, quintais e propriedades desta vila (...) excetuando-se somente as casas e quintais existentes nos arrebaldes desta vila pertencentes a pessoas pobres e miseráveis (...) Que de cada surrão de sal da terra que entrar para esta Vila, e seu termo se pague a Câmara vinte réis, e de cada

---

[55] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 261-2.

[56] Idem, Ibidem. p. 266.

> couro de boi que sair desta vila, e termo para fora pague o comprador vinte réis"...[57]

Além da criação de gado e exportação do couro, a cidade vivia também da agricultura:

> "O rendimento das minas irá, sem dúvida, diminuindo continuamente; mas a vila de Paracatu encontrará recursos que lhe advêm do título de comarca; encontrar-lo-á principalmente nos produtos dos seus arredores, e na venda do gado que nutrem suas pastagens.
>
> As terras dos arredores de Paracatu prestam-se a todas as culturas. A cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca aí se desenvolvem igualmente bem".[58]

A decadência de Paracatu, assim como nas outras regiões mineiras, não pode ser atribuída à escassez do metal. O autor acima citado dizia que as minas ali localizadas eram "ainda bem ricas"; apenas o ouro superficial havia sido extraído havendo necessidade de técnicas mais desenvolvidas para atingir o minério do fundo das serras:

> "Entretanto, a falta de capitais e de escravos não permite que se empreendam explorações em maior escala, e outra causa, a raridade das águas, também é um obstáculo. Quando os primeiros mineradores se vieram estabelecer nesta zona, todos os córregos estavam marginados por florestas; foram cortadas, e a água tornou-se muito menos abundante".[59]

Acrescenta ainda que para renascer a mineração, esforços

---

[57]CREAÇÃO DE VILAS no Período Colonial. Paracatu. Cópia authentica de todos os autos que se fizeram no estabelecimento da Villa do Paracatu do Príncipe, extrahida dos livros competentes da Câmara da mesma Villa. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, 1 (2) : 347-372, abr/jun. 1896.

[58]SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 268.

[59]Idem, Ibidem, p. 267.

isolados (na época, três ou quatro pessoas se dedicavam à extração) não trariam resultados e sugeriu a formação de sociedades que angariassem fundos para arcar com as despesas preliminares:

> "Mas, como as fortunas aqui são atualmente muito medíocres, tais sociedades são, talvez, impossíveis: além do mais, a apatia, a falta de ordem, uma desconfiança bastante justificada não permitiram até este dia (1819), que o espírito de associação penetrasse nos costumes dos brasileiros. Por outro lado, talvez fosse uma desgraça para o país, que estrangeiros disso se encarregassem, porque levariam para suas pátrias o fruto dos seus trabalhos".[60]

Entretanto, saindo de Paracatu rumo à fronteira de Goiás, St. Hilaire viu um canal com cerca de doze léguas, que havia sido construído por uma "sociedade de mineiros" e que se destinava a levar água até uma das minas dos arredores. O canal, porém, não resolveu o problema:

> "Contando com grandes lucros, tomou adiantamentos consideráveis, mas a lei da capitação foi promulgada antes que ela começasse a reconstituir os capitais. A lei exigia o pagamento anual de cinco oitavas de ouro por escravo. A sociedade, já onerada, não pode resistir à carga tão grande; seus escravos foram apreendidos por conta da fazenda real, e ela se dissolveu sem ter obtido o menor resultado".[61]

Portanto, a decadência da mineração não deve ser atribuída apenas à escassez de ouro ou mesmo de água, e nem à ausência de espírito associativo entre os mineiros. A voracidade fiscal da Coroa, aliada ao desinteresse pelo progresso técnico da extração foram as causas reais desse declínio.

---

[60] Idem, Ibidem, p. 268.

[61] Idem, Ibidem, p. 275.

4. O PERÍODO IMPERIAL

4. O PERÍODO IMPERIAL

4.1. A Economia Regional

4.1.1. O Isolamento do Vale do São Francisco

Com a decadência da mineração, rompem-se os vínculos comerciais entre o sertão e as minas, dando início a um longo período de isolamento daquela região que, sob certos aspectos, perdura até nossos dias. O noroeste voltou-se para dentro, mantendo uma economia de subsistência com escassa circulação de moeda e fraca vinculação ao mercado interno e externo.

Os sinais desse isolamento se fizeram sentir antes da decadência das minas. A carta régia de 1701, que proibiu o comércio pelo caminho do sertão pode ser considerada o marco inicial, porque mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou a preocupação de isolar a região; comportamento que a Metrópole manteria durante todo o período colonial. Desta maneira, não só incumbiu os paulistas de confiscarem os comboios que vinham do norte, como estabeleceu "contagens" para a cobrança de impostos sobre as mercadorias que seguiam em direção à zona mineradora:

> "Fica já dito que o estabelecimento das contagens nesta Capitania foi feito para subsídio dos quintos, devendo pagar certa contribuição todo o gênero que fora da Capitania entrasse para ela. Estas contagens deviam, em consequência disto, ser erigidas todas nas extremas da mesma Capitania, o que não ocorreu assim; circularam com elas tão somente o território de minas, deixando de fora todo o sertão. É certo que estes povos que ficavam de fora, nada deviam pagar pelos seus gêneros, pois que eram moradores da mesma Capitania, e os ditos seus gêneros criados ou fabricados nela. Não obstante essa razão e justiça, foram obrigados a pagar. Ainda mais: muitas contagens, porque correndo o tempo viram que ainda diante delas haviam algumas opulentas fazendas,

> foram mudadas para o interior da mesma Capitania, sob calor de outros pretextos, e a requerimento dos contratadores, que então traziam aquelas rendas arrematadas; porém tudo a fim de deixarem para fora estas mesmas fazendas, e de lhes cobrarem as imposições de seus gêneros, cujas artes foram repetidas cada vez mais, de maneira que ficaram quase todas as contagens fora dos seus devidos lugares, e ao redor das povoações de minas, deixando de fora todos os sertões da Capitania".[62]

José Vieira Couto[63] referiu-se à pecuária do sertão sugerindo que a concorrência e a superprodução teriam desvalorizado o gado, mercadoria antes muito lucrativa:

> "Restava-lhe porém, ainda outro grande recurso, as suas criações: estas vista a facilidade dos seus transportes, e o alto preço por que se vendiam, podiam bem sobrepujar os dois obstáculos das despesas dos carretos e das contagens; e então um boi que valia 10 ou 12 oitavas, podia bem com a contribuição de 1.500, que por cada um se pagava nas contagens; as fazendas de criar se aumentaram, multiplicaram muito estas criações; a concorrência dos vendedores cresceu, e por conseguinte, devia também abater muito do preço este gênero; a 3 ou 4 oitavas se reduziu o valor deste boi.
>
> Desta maneira este único recurso entrou então a participar também da sorte dos mais gêneros de cultura, isto é, a não poder com a contribuição e a ir em quebras o seu comércio; na verdade que nada deve ficar de grangearia a um criador do sertão que vende um boi por tal preço; ele paga o dízimo quarto; despende com a custeação da fazenda; corre o risco a esta criação, e por fim de tudo contribui para a contagem; pouco ou nada certamente lhe deve restar".

---

[62] COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 10 (1-2) : 55-166, jan/jun. 1904. p. 117.

[63] Idem, Ibidem, p. 118.

Outro fator que contribuiu decisivamente para o isolamento foi o estabelecimento de relações comerciais entre os mineiros e outras regiões da colônia e da Capitania. A abertura do "caminho novo" (em direção ao Rio de Janeiro), fez com que as mercadorias européias que antes vinham de Salvador, passassem a ser transportadas por esta nova rota. O mesmo se deu com o comércio de escravos que se fazia entre a zona açucareira baiana e pernambuca e as minas, através do São Francisco:

> "A abertura do 'caminho novo' que ligou o Rio de Janeiro às minas prejudicou bastante o intercâmbio da Bahia com as Gerais, principalmente no que se refere ao comércio de importação de artigos europeus e de escravos africanos. (...) Com tal intercâmbio, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro cresceu e desenvolveu-se tanto que, em 1763, reunia todos os elementos para poder roubar à situação de Capital administrativa do Brasil".[64]

Para atender ao mercado carente, logo outras regiões se especializaram nos produtos exigidos pela área de mineração. Os paulistas, que a princípio não produziam o bastante para suprir a região, estabeleceram currais nos campos de Paranaguá e Curitiba, abriram caminho para os centros de criação de muares no sul da colônia e ligaram as minas ao mercado europeu através do porto de Santos.

No interior da Capitania de Minas Gerais, uma nova região, o sul (comarca do Rio das Mortes), se especializou na produção agro-pecuária, iniciando uma concorrência com os produtores do sertão.

Se a todos esses fatores - a proibição do comércio, a distância, o estabelecimento de contagens e a concorrência de

---

[64] ZEMELLA, Mafalda. op. cit. p. 80-1.

outras regiões - somar-se a cobrança do imposto da capitação, a repressão exercida pela Coroa e o confisco dos bens dos líderes da Conjugação do São Francisco, compreende-se porque não foi possível ao sertão acumular riqueza suficiente para fazer frente à decadência da mineração.

Em contraponto à situação de isolamento, deve-se colocar alguns fatos observados. A comercialização de gado e peles de animais continuou a ser realizada com a Bahia e, em menor escala, para o Rio de Janeiro. Estabeleceu-se um comércio inter-regional, nada desprezível, entre as localidades do médio São Francisco e entre estas e as províncias de Goiás e do Nordeste. Portanto, o isolamento não significou falta de produtividade. Contando com os seus próprios recursos, a população desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais. Essa economia será objeto de análise nos itens seguintes.

4.1.2. Recursos de Origem Vegetal

A utilização dos recursos naturais foi a alternativa da população sertaneja para obter os produtos necessários à subsistência. Dentre os recursos de origem vegetal, merecem destaque os frutos silvestres, as ervas medicinais, as madeiras de lei e as palmeiras, em especial o buriti, abundante naquela época nas veredas do sertão. Nelson de Sena,[65] no anuário de Minas Gerais, reproduz uma notícia que reporta os usos do buriti:

> "São essas as serventias do buritizeiro: - da madeira e fibra do seu tronco fazem-se: balsas

[65] SENNA, Nelson de. Annuário de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918. p. 1147.

> ou jangadas, cabos, cordas, embiras, fitas para segurar foguetes, portas, catres, giráos, cercas (do pau e do talo), palanques ou estrados, esteiras, vinho, vinagre, salva-vidas, carocha ou capote, doce, azeite (da massa e do caroço da fruta), farinha, estiva ou ponte, quibano, bandeijas, chapéus, cobertas de parede e teto das casas (duração 20 anos), caixas, caixetas para doce, paiol para legumes, cadeiras, mesas, pasta para livros, rolhas, espanta-ratos, capoeiras para aves, redes, ripas, balaios, tipiti, (ralos ou prensa de espremer a massa de mandioca), urupemba, gaiolas, arapucas, e pentes de teares, tendo ainda outras aplicações domésticas e industriais".

Spix e Martius,[66] que estiveram na região antes de St. Hilaire, afirmaram que o doce de buriti, a saieta, era um artigo do sertão "despachado até a costa". A importância econômica desta palmeira era tal que famílias de São Romão costumavam dar em dote às filhas um certo número de buritis.

Infelizmente, a população local não teve o cuidado necessário à preservação de tal riqueza. Já em 1918 apelava-se aos poderes públicos para que essas árvores fossem protegidas da devastação indiscriminada.

Outras espécies de plantas úteis, como a carnaúba, a macaúba, e o pau-pobre eram largamente utilizadas. Da carnaúba fabricava-se a cera, da polpa da fruta da macaúba extraía-se um óleo utilizado para iluminação e fabrico de sabão, e da amêndoa, o óleo extraído era usado na alimentação. O pau-pobre era aproveitado também na manufatura de sabão e possuía virtudes purgativas.

As ervas e plantas medicinais eram inúmeras e largamente utilizadas. St. Hilaire,[67] quando em Januária, foi acompanhado

---

[66] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. t.5, p. 184.

[67] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia; Sao Paulo, USP, 1975. p. 348.

em suas herborizações por um especialista nessas plantas e comentou:

> "Nessas regiões, onde não existem médicos, encontram-se, em grande número de povoações, pessoas de idade, que se dedicam a procurar conhecer vegetais úteis, que recolhem as tradições de seus antepassados; fazem, às vezes, experiências e dão conselhos aos doentes".

Algumas dessas plantas, especialmente a ipecacuanha, eram comercializadas com o Rio de Janeiro. Joham Emanuel Pohl,[68] passando pela fronteira Rio-Minas, anotou a presença desta erva medicinal entre os produtos que pagavam taxas no registro de Matias Barbosa, para serem enviadas à Corte.

Entre as madeiras de lei, destacam-se o cedro, a aroeira, o jacarandá, o vinhático, o bálsamo e o tamboril e, segundo Richard Burton,[69] que viajou pela região em 1865, as matas ricas nestas espécies se encontravam na foz do rio Pardo e enveredavam para o norte.

A madeira foi muito utilizada para a fabricação de canoas e barcas. Uma observação de Burton,[70] quando passou pela foz do rio Carinhanha, sugere que os troncos eram comercializados com a Bahia:

> "Naquele ponto, são abatidas muitas árvores de grande porte, especialmente cedros; os troncos são ajuntados para formar balsas ou jangadas, de maneira a flutuarem com mais segurança rio abaixo".

Muito provavelmente, as madeiras de lei eram conduzidas até os estaleiros localizados na costa baiana e serviam a fabri-

---

[68] POHL, Joham Emanuel. Viagem no Interior do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1976.

[69] BURTON, Richar. op. cit. p. 223.

[70] Idem, Ibidem, p. 223.

cação de navios. Com o aparecimento dos primeiros vapores, a partir de 1870, muita árvore desta natureza foi abatida para servir como combustível. Noraldino Lima,[71] que viajou em 1925 pelo rio São Francisco, surpreendeu-se com a *quantidade de aroeira*, madeira de alta qualidade, que era queimada nos vapores. Este autor, repórter na missão do presidente do Estado de Minas Gerais, Sr. Mello Vianna, anotou também que o cedro e a aroeira eram enviados para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e "até para Havre", segundo informação que recebera.

As matas foram devastadas sem nenhum critério. Em 1918 Nelson de Sena[72] afirmava que no município de Januária ainda era avultada a quantidade de matas virgens, riquíssimas em madeiras de lei. Um recente relatório da Fundação João Pinheiro[73] estima:

> "Os diversos tipos de matas ocupam cerca de 19.700 km² correspondendo a 17% da região, sendo que, deste total, 13% são representados por matas secundárias em diversos estágios de regeneração e rebrota (capoeiras) e apenas 4%, ou 4.746 km², constituem formações florestais em estado natural (...) Diversas espécies de madeira de lei e essências nobres ocorrem nos diversos tipos de matas remanescentes, mas estes maciços estão representados atualmente por pequenas manchas esparsas e descontínuas na região"...

4.1.3. Recursos de Origem Animal

A caça foi intensamente praticada na região. Além de alimento, os animais selvagens forneciam suas peles, que serviam

---

[71] LIMA, Noraldino. No Valle das Maravilhas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1925. p. 82.

[72] SENNA, Nelson de. op. cit. p. 804.

[73] FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro, 2. Belo Horizonte, SEPLAN, RURALMINAS, CETEC, 1977. v. 1, p. 54.

para a confecção das vestimentas dos vaqueiros e eram um produto de exportação de excelente aceitação no mercado. Saint Hilaire[74] assim observou o interesse dos sertanejos pela caça:

> "Existem, nessa região, caçadores que passam uma parte do ano quase da mesma maneira que os índios. Deixam a casa, não levando consigo senão a espingarda, pólvora, chumbo e sal; metem-se pelos matos, nutrem-se da caça que abatem, e não voltam às vezes senão ao cabo de muitos meses, carregados das peles dos quadrúpedes que abateram".

A confecção de roupas com base nas peles de veados tinha em Januária o centro produtor e distribuidor:

> "Um traje completo custa 5$000 a 25$000 e é muito superior, mais macio e mais duradouro do que aquele que um alfaiate de Londres fornece por £5. Os couros preferidos são os de veado, suçuapara, catingueiro e mateiro; um tipo inferior é o couro de caititu. O miolo de boi é usado para amaciar o couro, que se torna parecido com a casemira".[75]

As peles de onça, lontra, anta, raposa, ariranha, sucuriú e outros animais utilizadas na fabricação de bolsas, malas, roupas e calçados, eram exportadas para o Rio de Janeiro, via Santa Luzia e para Salvador, via Juazeiro. Essas peles eram altamente valorizadas, pois os artigos delas confeccionados serviam às faixas privilegiadas da população. As plumas da ema, usadas para a fabricação de objetos ornamentais, tinham excelente aceitação no mercado europeu:

> "Como não se come a carne da ema, ela é caçada por desporto e por causa de suas belas penas. Com elas se fazem lindos espanadores, que obtém alto preço na Baía e no Rio de Janeiro, e são exportadas para a Europa".[76]

---

[74] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 317.

[75] BURTON, Richard. op. cit. p. 165.

[76] SPIX, J. B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 197.

Este comércio foi tal que, por volta de 1940, a ema estava praticamente extinta na região.

A pesca, assim como a caça, foi amplamente praticada e, devido à alta piscosidade dos rios, essa atividade foi a base da alimentação dos habitantes locais. Carlos Lacerda[77] afirmou que o peixe assegurou a sobrevivência e o isolamento dos que viviam no Vale.

Entre as diversas espécies que habitavam os rios da região, estão as traíras, piranhas, corvinas, piaus, bagres, piabas, mandins e matrinchãs; o surubim e o dourado, por seu sabor, merecem destaque especial. Após a vazante das águas do rio São Francisco, formavam-se várias lagoas adjacentes onde os alevinos cresciam para na próxima cheia tomarem o caminho do rio. Em torno desses lagos instalavam-se, na época das pescarias, verdadeiras povoações, e devido à abundância, somente uma parte era consumida pelos pescadores; o restante era posto a secar no sol e vendido. Richard Burton,[78] ao passar pelo porto de Pirapora, assinalou:

> "... sua característica principal é constituída por enormes redes e grandes peixes, cortados e pendurados em armações de madeira, secando ao sol. Os moradores não exportam sua produção, limitando-se a vendê-la aos tropeiros que por ali passam".

O mesmo autor,[79] estando em Barra do Rio das Velhas (Guaicuí), anotou o preço dos peixes e afirmou que eram bem baratos, à exceção do surubim salgado, de valor elevado por causa do preço do sal. Saint Hilaire,[80] depois de provar o surubim, afirmou

---

[77] LACERDA, Carlos. op. cit. p. 65.

[78] BURTON, Richard. op. cit. p. 169.

[79] Idem, Ibidem, p. 160-1.

[80] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 340

que ela era "infinitamente superior ao bacalhau da Terra Nova, que é preferido, no entanto, no país, sem dúvida porque é aí mais raro". Noraldino Lima,[81] em 1925, lamentava que se consumisse tanto bacalhau em nosso país e "fique o surubim, como até agora, entregue apenas ao paladar dos nossos barranqueiros e a pequena exportação que tem tido..." Lacerda,[82] em 1937, comentou a demanda do surubim seco:

> "O surubim seco, especialidade regional com o nome de 'surubilhau' - bacalhau do São Francisco - já vem rendendo há anos modestas quantias. Em 1921, por exemplo, início da intensificação desse produto, a venda de peixe seco para a Bahia, via Juazeiro, rendeu 2 mil contos".

Infelizmente, a construção das grandes barragens, aliada ao controle das enchentes no rio, vem diminuindo consideravelmente a pesca no grande riò. Com a regularização da vazão, as grandes cheias não ocorrem mais e as inúmeras lagoas marginais, que funcionavam como criadouros naturais, perderam o contato com o rio e secaram.

Entre os recursos de origem animal, devem ser mencionados ainda o mel e a cera das abelhas. St. Hilaire[83] arrolou as diversas espécies encontradas no sertão e acrescentou:

> "Não nos devemos admirar de que os habitantes do sertão empreguem o mel como alimento. Existe nessa região, na Província de Minas em geral, e provavelmente em todas as partes quentes do Brasil, grande número de espécies diferentes de abelhas, que produzem um mel muito límpido e isento desse travo desagradável que tem o da Europa".

Spix e Martius,[84] quando passaram pela região de Contendas

---

[81] LIMA, Noraldino. op. cit. p. 340.

[82] LACERDA, Carlos. op. cit. p. 65-6.

[83] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 332.

[84] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 185.

(Brasília de Minas), também comentaram a extraordinária variedade de espécies de abelhas e afirmaram que muitos sertanejos viviam exclusivamente da produção da cera e do mel.

4.1.4. Recursos de Origem Mineral

A região noroeste é, na sua quase totalidade, pobre em recursos minerais, contrastando com o alto São Francisco, rico em ouro e minério de ferro. Referências à exploração de ouro e do diamente nas regiões de Pirapora, São Romão, São José das Pedras dos Angicos (São Francisco) e próximo à Paracatu, nas margens do rio Stº Antônio, encontram-se na obra de Richard Burton.[85] No entanto, a extração do diamante não chegou a ser uma atividade intensiva nem proporcionou a formação de vilas, sendo praticada por um número reduzido de garimpeiros.

O mesmo não ocorreu com o salitre, presente nas grutas de pedra calcárea nas proximidades de Formigas (Montes Claros), Contendas (Brasília de Minas), Coração de Jesus, Porto do Salgado (Januária) e Manga. Este mineral, matéria-prima para a fabricação de pólvora, foi explorado clandestinamente até o início do século XIX, quando da instalação da fábrica da Lagoa de Freitas, no Rio de Janeiro, e da fábrica de Vila Rica. A produção era enviada a estas duas fábricas. Até então, conforme Eschewege,[86] to da pólvora era fornecida pelos armazéns de Portugal, sendo adquirida nos depósitos. Em contraponto ao monopólio real, existia a exploração do salitre e o fabrico clandestino da pólvora, realizado pelos caçadores do sertão para o seu uso próprio e comercialização. Esta pólvora era vendida pela metade do preço estipulado

[85] BURTON, Richard. op. cit. p. 170, 202, 206.

[86] ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwing von. op. cit. p. 312.

pela Coroa. Martius[87] documentou, nas proximidades de Porto do Salgado, o cortejo fúnebre de uma criança acidentada numa fábrica clandestina:

> "Como esse fabrico é severamente proibido aos particulares sem especial privilégio, compreendi o acabrunhamento do pai ao justo castigo, pois ele havia preparado para o filho uma cova no campo Santo de Salgado. Assim nos lembramos também de que, mesmo aqui, no meio da natureza impoluta, solitária, o destino persegue os homens com suas tragédias".

Ao que parece, a extração e comercialização do salitre para as fábricas de pólvora não durou muito tempo. St. Hilaire[88] atribuiu o fato ao esgotamento das jazidas, consequência dos métodos de extração:

> "Existe por todos os arredores dessa povoação de Corâção de Jesus grande número de grotas de onde se extraem terras salitradas. Os arredores da povoação de Formiga produziram também muito salitre; atualmente, porém, as jazidas dessa zona estão quase esgotadas. Censura-se, aliás, aos que tiram as terras salitradas das grotas em que se encontram, de terem eles próprios posto um fim a esse gênero de produção, não devolvendo jamais às cavernas a terra delas extraída".

Além de depósitos naturais de terras salitradas, as grutas de pedra calcárea contêm testemunhos de eras pré-históricas. Nos municípios de Januária e Montalvânia as grutas são ricas em fósseis e pinturas rupestres.

4.1.5. A Agricultura

O cultivo da terra no sertão mineiro foi uma atividade voltada predominantemente para a subsistência, fato que, no en

[87] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 222.

[88] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 311.

tanto, não impediu a intensa comercialização da produção excedente.

A agricultura, à semelhança da pecuária, era nômade: na época das cheias, o sertanejo se instalava no cerrado e, derrubando a mata, ali fazia a sua roça; na estiagem, ele se mudava para as regiões ribeirinhas, onde a vazante das águas deixava terrenos semi-alagados e ilhas (áreas extremamente férteis) e cultivava a sua plantação até que as chuvas reiniciassem, obrigando-o a retornar aos gerais. Além da agricultura da vazante e do cerrado, o sertanejo plantava também nos brejos, verdadeiros oásis que ocorrem esparsamente na região.

O lavrador da vazante, conhecido como barranqueiro, ou era agregado de algum grande proprietário ou arrendava terras pertencentes às municipalidades. Dedicado à agricultura e à pesca e mais vinculado ao meio urbano, o barranqueiro é um tipo menos apegado a terra que o agricultor do cerrado, o geralista, que acumulava as atividades de plantador e vaqueiro ou era apenas um lavrador agregado à grande propriedade.

O milho e o feijão são produtos comuns as três áreas agricultáveis. Na vazante destaca-se a produção de melões, melancias e abóboras. No cerrado predomina a mandioca, base da alimentação do sertanejo, o algodão, matéria-prima da indústria doméstica de tecidos, e a mamona, de onde se extrai óleo combustível. Nos brejos, verdadeiros oásis, a produção é mais diversificada, aparecendo o arroz, a cana-de-açúcar, o tabaco e as uvas.

Na região mineira, Januária é o município agricultor por excelência. Beneficiado pela existência de terras calcáreas, tornou-se o centro produtor e distribuidor de alimentos para todo o vale médio do rio São Francisco. Richard Burton[89] visitou

---

[89] BURTON, Richard, op. cit. p. 212.

uma fazenda em Brejo do Salgado, próximo a Porto do Salgado:

> "Fica à margem direita do Rio Salgado, que nasce em uma bela planície, a Fazenda Caraíba, e deságua no São Francisco, um pouco abaixo da fazenda à qual deu seu nome. No ponto em que estávamos, ele atravessa o Boqueirão, uma garganta na Serra do Brejo, onde adquire um gosto salobro, que faz supor a existência de salitre. (...) Em dois anos, sua água depositou, na calha de madeira que alimenta o engenho, uma camada de material calcáreo com cerca de 7,5 centímetros de espessura. Seu cálcio e seu sal dão uma maravilhosa fertilidade ao seu pequeno vale, o lugar mais rico que já havíamos visto no Rio São Francisco e, durante toda a viagem vimos poucos que a eles pudessem comparar".

A rapadura e a cachaça de Januária, produzidas a partir da *cana-de-açúcar*, tornaram-se famosas em todo o Vale; a primeira, misturada com farinha de mandioca e água, produz a jacuba, prato tradicional dos habitantes da região; a segunda, de alta qualidade, é consumida largamente e apreciada em todo o país - "Januária" ficou sendo mesmo sinônimo de boa cachaça. Os produtos desta cidade foram objeto de importante comércio:

> "A cerca de cento e trinta léguas da povoação, as duas margens do rio S.Francisco apresentam vastos terrenos impregnados de sal. Os homens dessas regiões sabem extraí-lo e dele fazem um importante objeto de comércio. Suas terras, arenosas e muito secas, não produzem quase nenhum dos gêneros de primeira necessidade; tem falta de milho, feijão, açúcar, etc.; mas carregam em barcas e canoas a substância que constitui sua riqueza; sobem o rio, deixam o sal nas povoações situadas às margens do rio São Francisco e recebem em troca os gêneros de que tem necessidade; e vão assim até a confluência do rio das Velhas. (...) O açúcar e a aguardente são os principais gêneros que Salgado oferece em troca aos mercadores de sal, e é fácil compreender que vantagens deve fluir desse comércio uma localidade que, por sua lavoura, constitui no deserto uma

espécie de oásis."[90]

O algodão, nativo na região e de boa qualidade, crescia mesmo sem cuidados, adaptando-se facilmente ao solo e ao clima. A área de maior produção concentrava-se na zona limítrofe entre o cerrado e a caatinga, especialmente nos municípios de Januária, Manga e Carinhanha. Além do aproveitamento doméstico, fiado e tecido grosseiramente em teares, o algodão foi também produto de exportação. No século XVIII, durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, ele foi exportado em ramas para a Inglaterra, via Salvador, até a regularização do comércio entre os dois países. O mesmo ocorreu quando, na América, a Guerra de Secessão dividiu o Estados do norte e do sul afetando o fornecimento do algodão para a Inglaterra.

A partir de 1872, com a fundação da primeira indústria têxtil de características fabris, em Taboleiro Grande (Paraopeba), o Vale do São Francisco passou a liderar o fornecimento de algodão e transformou-se no mercado consumidor dos tecidos fabricados pela "Cedro e Cachoeira". Entre 1872 e 1899, vinte indústrias têxteis foram instaladas em Minas Gerais, sendo que as mais importantes se localizaram na bacia do rio das Velhas, mais exatamente nos municípios de Santa Luzia, Curvelo e Sete Lagoas. A sobrevivência dessas indústrias só foi possível devido à abundância da matéria-prima sanfranciscana e de um mercado consumidor raramente alcançado pelos tecidos ingleses. O vapor "Saldanha Marinho", o primeiro a sulcar as águas do rio São Francisco, foi arrendado em 1887 pela "Cedro e Cachoeira" para fazer o percurso entre Juazeiro e Guaicuí, trazendo algodão e levando tecidos:

"Fretado pela Cia. Cedro e Cachoeira em 1887,

---

[90] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 346-7.

o "SALDANHA MARINHO", vapor pioneiro da navegação da Bacia do São Francisco, esteve vários anos a seu serviço. Recebia o tecido do Cedro no porto da Gameleira, e o da Cachoeira no da Barra do Paraúna, no Rio das Velhas. Transportava-o para o comércio ao longo do S. Francisco, descarregando em Juazeiro o destinado a outras regiões da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e, de regresso trazia algodão. Conduzia também passageiros. A sua pequena tonelagem era acrescida pela das chatas que rebocava".[91]

Em 1984 a Companhia montou em Pirapora um depósito para venda de tecidos e compra de algodão:

"... os problemas comerciais surgidos em 1888 em decorrência do alto valor da nossa moeda, que permitia a entrada no País de grande quantidade de tecidos estrangeiros a preço baixo, levaram a Companhia a adotar novas medidas destinadas a assegurar o escoamento da produção. Uma delas foi a instalação de Depósitos em vários pontos da Província.

Era excessivamente longo o prazo entre a tomada do pedido por parte do viajante e a entrega da mercadoria. Aquele remetia os pedidos por correio a cavalo, desde longínquas regiões, ou os trazia pessoalmente às fábricas para serem aviados e despachados por tropas aos compradores.

Muito tempo se passava entre a tomada do pedido e a entrega da mercadoria, e muito mais ainda para receber o seu pagamento.

Os depósitos, com estoque completo dos produtos da Companhia, providos de gerência própria e corpo de viajantes percorrendo menores distâncias, possibilitariam o encurtamento de todos aqueles excessivos prazos, e as visitas dos viajantes aos comerciantes feitas com muito mais frequência permitiriam maior dinamização das vendas e da cobrança".[92]

---

[91] MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. Centenário da Fábrica do Cedro; Histórico (1872-1972). Belo Horizonte, Cedro e Cachoeira, 1972. p. 149.

[92] Idem, Ibidem, p. 177.

Dos depósitos instalados pela Companhia, o de Pirapora foi o responsável pelo crescimento econômico da cidade, antes uma simples aldeia de pescadores. O algodão e o mercado consumidor da região sanfranciscana garantiram o crescimento da "Cedro e Cachoeira", que só assim pode fazer frente à concorrência inglesa.

4.1.6. O Comércio

Embora isolado comercialmente do litoral, excetuando-se as vendas de gado e peles, o sertão noroeste de Minas não deixou, em momento algum, de realizar intercâmbio com o interior do país. A maior parte deste comércio era feito na base de trocas, pois era quase nula a circulação de moeda. Os viajantes experimentaram na prática a escassez monetária:

> "Frequentemente, era necessário comprar mais do que era preciso porque se a quantidade exata do valor não tivesse sido mandada, o troco tinha que ser trazido em espécie devido à grande escassez de dinheiro entre os habitantes".[93]

A troca em espécie (escambo), foi a forma utilizada para suprir a falta de moeda. O comércio do sal extraído das salinas baianas, no trecho entre Cabrobó e Xique-Xique, era realizado em parte por escambo, sendo trocado por produtos agrícolas de Januária. Este sal era repassado de Januária e São Romão para outras regiões, inclusive Paracatu:

> "Parece que o valor do sal, vendido dessa maneira nas margens do rio pelos mercadores das salinas, é mais considerável que o dos objetos de

[93] WELLS, James W. Exploring and Travelling Three Thousand Miles trouhg Brazil: From Rio de Janeiro to Maranhão. London, Sampson Low, Marston, Searle e Rivington, 1887. p. 296-7.

> de permuta, e que recebem ainda dinheiro de volta. Seja como for, não é unicamente para o seu consumo que os habitantes de Salgado e São Romão compram sal; anualmente vão de Formigas, Contendas, etc. abastecer-se desse gênero nesses povoados e é lá também que se abastece grande parte da Província de Goiás".[94]

George Gardner[95] esteve em São Romão entre os anos de 1836 e 1841 e fez o mesmo comentário, acrescentando que o sal era trocado em parte por dinheiro, em parte por fumo, couro, etc.

Richard Burton,[96] em 1865, escreveu que os habitantes de Barra do Rio das Velhas obtinham muito mais artigos por troca que por dinheiro. A própria indústria têxtil, a "Cedro e Cachoeira", se utilizou do escambo:

> "... a falta de algodão era grande fator de dificuldade. Desde 1892, a Companhia destacou para o Norte compradores que percorriam os Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, estendendo, mais tarde, suas viagens até Pernambuco. (...) Conseguia com frequência pagar o algodão com o próprio tecido que, para esse fim, era posto em Juazeiro".[97]

Em outro momento, a Companhia viu-se forçada ao mesmo estratagema:

> "O comércio continuava tão difícil e a falta de numerário tão grande que a Diretoria, a 15 de abril de 1903, autorizou a venda a prazo de seis meses, ordenou ao Depósito de Pirapora o recebimento de gado em liquidação de dívidas e também

---

[94] SAINT-HILARE, Auguste de. op. cit. p. 347.

[95] GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil; principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975, p. 190.

[96] BURTON, Richard. op. cit. p. 160-1.

[97] MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. op. cit. p. 160.

a troca de tecido por gado em novos negócios"...[98]

O comércio inter-regional utilizava várias rotas, mas nenhuma excedeu em volume a da via navegável do S.Francisco, entre Guaicuí e Juazeiro. De Januária e São Romão, existiam caminhos para Formosa (Goiás), via Paracatu; estes dois povoados ligavam-se por terra a Diamantina, via Brasília de Minas, Coração de Jesus e Montes Claros; Guaicuí comunicava-se com Pitangui, Curvelo, Sabará e Santa Luzia por via terrestre e fluvial; Santa Luzia era o primeiro entroposto das mercadorias que seguiam para o Rio de Janeiro, em especial, as peles de animais selvagens. A cidade de Paracatu, além de comercializar com os povoados das margens do São Francisco, comunicava-se com São João del Rei através da estrada real; São João, por sua vez, funcionava como o segundo maior entreposto dos negócios com a Corte. Todas essas rotas, à exceção de Paracatu-São João, eram mantidas pelo comércio que se realizava pelo rio São Francisco entre Minas Gerais e a Bahia.

O intercâmbio por via fluvial era feito pelas barcas e canoas; por via terrestre pelas tropas. Os tropeiros, como eram chamados, eram comerciantes autônomos ou faziam o serviço para fazendeiros:

> "O tráfego terrestre fazia-se até bem pouco tempo (o trabalho deste autor foi publicado a primeira vez em 1936) exclusivamente sobre lombo de burros, os fardos de mercadorias dispostos sobre as cangalhas, formando os costais.
>
> O meneio dos cargueiros, chamados cargas, cabe aos arrieiros, homens afeitos a esse gênero de serviços aos quais se entregam não somente os transportes de mercadorias como também os serviços de viagens. (...) Distinguem-se os do serviço pessoal dos fazendeiros e comerciantes homens de estrita confiança, e os de serviços de cargas e fretes".[99]

---

[98] Idem, Ibidem, p. 171.

[99] RÊGO, Luis Flores de Morais. op. cit. p. 190.

As barcas apareceram no São Francisco depois da independência do Brasil, por volta de 1825. Até então o comércio fluvial era feito através de canoas e ajoujos. Como os tropeiros, os barqueiros eram autônomos ou estavam a serviço de um fazendeiro, proprietário de barca. Richard Burton[100] descreveu as características dessas barcas:

> "O formato provavelmente é copiado do Douro, mas aqui assumiu mais o estilo holandês, arredondado, para se adaptar melhor ao rio; falta-lhe, também, a imensa quilha de deriva portuguesa, embora de modo algum esteja privada de um leme grande e forte. As pranchas são das melhores madeiras da região, cedro ou vinhático, a quilha é de aroeira e as costelas ou cavernas, do mesmo modo que as peças transversais e os passadiços, são da dura e resistente rosca. O comprimento médio é de uns 15 metros por 5 de largura, calando 1,1 ou 1,6 metros quando carregada, e podendo transportar 400 arrobas, calculadas em rapaduras, cada uma de 2 quilos aproximadamente".

Geraldo Rocha,[101] fundamentado em Accioly de Cerqueira e Silva, escreveu que, em 1847, trafegavam pelo rio 54 barcas. Francisco Manoel Álvares de Araújo,[102] encarregado, em 1870, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de explorar o rio das Velhas e o S.Francisco no vapor "Saldanha Marinho", calculou em 250 a 300, o número de barcas. Esses dados mostram um aumento significativo do comércio pela via fluvial.

---

[100] BURTON, Richard. op. cit. p. 172.

[101] ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco; Factor precípuo da existência do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional. 1940. p.6.

[102] ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório da viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1): 77-155; 211-275, 1876.

As barcas eram verdadeiras casas comerciais ambulantes. Subiam o rio carregadas de broacas de sal e regressavam levando rapaduras e outros produtos agrícolas. Halfeld[103] calculou, em 1853, que as salinas do rio S. Francisco produziam anualmente cerca de 40.000 a 50.000 alqueires de sal, sendo que o povoado de Pilão Arcado era o maior produtor. Januária, com seus engenhos de cana, centralizava a produção de rapadura e aguardente. Em menor escala, os barqueiros traziam tecidos importados e querosene e levavam couros de boi e peles de animais.

Por volta de 1940 havia se reduzido a 50 o número de barcas que trafegavam no rio. A concorrência dos navios a vapor foi a causa determinante dessa diminuição, mas Geraldo Rocha,[104] a atribuiu às exigências legais que passaram a vigorar após 1930:

> "As barcas desaparecem também de circulação, enxotadas por exigências legais (...) Os remeiros são hoje matriculados e o capitão do porto em Juazeiro exige que uma viagem redonda se faça no máximo em três meses, bem como não permite que o barqueiro permaneça em um porto retalhando a sua carga. A barca perdeu assim, o seu papel de casa comercial ambulante que vai de fazenda em fazenda comprando couros e peles, plumas de aves ou sobras da pequena lavoura para ser apenas um veículo de trasnporte a longas distâncias".

Wilson Lins,[105] entretanto, destacou a continuidade

---

[103] HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio S.Francisco desde a Cachoeira de Pirapora ao Oceano Atlântico. Rio de Janeiro, Litografia Imperial de Eduardo Rensburg, 1860. p. 27.

[104] ROCHA, Geraldo. op. cit. p. 57.

[105] LINS, Wilson. O Médio São Francisco; uma sociedade de Pastores e Guerreiros. 2ª ed., Salvador, Livraria Progresso, 1960. p. 123.

do papel comercial das barcas porque elas paravam nos pequenos lugarejos onde os vapores não aportavam.

Durante o período imperial, as transações comerciais da região noroeste de Minas se faziam, predominantemente, com a Bahia. Importava-se o sal, ferragens e produtos de fabricação européia. Exportava-se o algodão, gado vacum e cavalar, couros, peles, cereais, rapadura e aguardente. Na fronteira, localizava-se o povoado de Malhada, onde eram tributadas as mercadorias. Spix e Martius,[106] os primeiros viajantes estrangeiros que visitaram o local, no século XIX, publicaram o quadro estatístico desse comércio nos anos de 1816 e 1817.

[106] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 241-48.

TABELA DE IMPORTAÇÃO

Nos seis meses secos, abril a setembro de 1816, pela Alfândega de Malhada, para a província de Minas Gerais

	OBJETOS DE FABRICAÇÃO EUROPÉIA, PRINCIPALMENTE ARTIGOS DE MODA - (Arrobas)	FERRAGENS - (Arrobas)	ESCRAVOS	VINHO EM PIPAS	SAL - (Broacas)	TABACO - (Arrobas)
	362	6	4	14	19.535	49
Valor total...	72:400$000	54$000	520$000	126$000	12:502$400	147$000
Valor de unidade.....	200$000	9$000	130$000	9$000	$640	3$000

Importação .... 85:749$400
Exportação .... 16:408$320

Mais importado .... 69:341$080

Nota - Os quatro primeiros artigos foram importados da capitania da Baia e os dois últimos de Pernambuco.

TABELA DE IMPORTAÇÃO

Nos seis meses de chuva, outubro a dezembro de 1816, e janeiro a março de 1817, pela Alfândega de Malhada, para a província de Minas Gerais

	SAL - (Sacas)	TABACO - (Arrobas)	OBJETOS DE FABRICAÇÃO EUROPÉIA - (Arrobas)	PIPAS COM LÍQUIDOS	FERRAGENS - (Arrobas)	ESCRAVOS
	5.693	42	66	6	6	2
Valor total...	3:643$520	126$000	13:200$000	54$000	18$000	30$000
Valor da unidade	$640	3$000	200$000	9$000	3$000	150$000

Importação .... 17:341$520
Exportação .... 32:084$100

Mais exportado .... 14:742$580

Nota - Sal e tabaco foram importados de Pernambuco; os demais artigos, da Baia.

Fonte: SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P von. Viagem pelo Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

TABELA DE EXPORTAÇÃO

Nos três meses de chuva, janeiro a março de 1816

PARA A PROVÍNCIA	GADO VACUM - Peças	FARINHA DE MANDIOCA - Alqueires	ALGODÃO - Arrobas		FEIJÃO - Alqueires
Da Baía	892	308	420		37
Valor total	3:568$000	985$600	1:260$000		118$400
Valor da unidade	4$000	3$200	3$000		3$200
	MILHO - Alqueires	ARROZ - Alqueires	AÇÚCAR - Arrobas		RAPADURAS - Peças
Da Baía	95	85	21		1.000
Valor total	182$400	170$000	84$000		160$000
Valor da unidade	1$920	2$000	4$000		$160
	ÓLEO DE RÍCINO - Barrilinhos	AGUARDENTE - Barrilinhos	COUROS CRÚS - Peças	MARMELADA - Arrobas	TOTAL
Da Baía	7	6	114	3	
Valor total	25$200	24$000	36$480	7$200	6:621$280
Valor da unidade	3$600	4$000	$320	2$400	

Fonte: SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. Viagem pelo Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

TABELA DE EXPORTAÇÃO

Nos meses secos, abril a setembro de 1816

PARA A *PROVÍNCIA*	GADO VACUM Peças	CAVALO Peças	ALGODÃO Arrobas	RAPADURAS Peças
Da Baía	542	353	1.352	
De *Pernambuco*	-	-	-	6.510
Valor Total..........	2:168$000	3:530$000	865$280	6:451$000
Valor de unidade	4$000	10$000	$640	$100
	AGUARDENTE Barrilhos	AÇÚCAR Arrobas	TABACO Arrobas	FARINHA DE MANDIOCA Alqueires
Da Baía	-	-	-	-
De Pernambuco........	11	120	9	651
Valor Total	33$000	480$000	18$000	1:249$920
Valo de unidade......	3$000	4$000	2$000	1$920
	MILHO Alqueires	ARROZ Alqueires	TOUCINHO Arrobas	FEIJÃO Alqueires
Da Baía	-	-	-	-
De Pernambuco	192	137	140	205
Valor Total	245$760	263$040	358$400	656$000
Valor de unidade	1$280	1$920	2$560	3$200
	TÁBOAS Dúzias	COUROS CRÚS DE BOI Peças	COUROS MEIO CURTIDOS DE BOI Peças	TOTAL
Da Baía	-	-	-	
De Pernambuco	10 1/2	95	47	
Valor Total	6$720	45$600	37$600	16:408$320
Valor de unidade	$640	$480	$800	

FONTE: SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

TABELA DE EXPORTAÇÃO

Nos seis meses de chuva, outubro a dezembro de 1816 e janeiro a março de 1817

PARA A PROVÍNCIA	GADO VACUM — Peças	CAVALO — Peças	FARINHA DE MANDIOCA Alqueires	RAPADURAS — Peças
Da Baía	2.218	1.076	782	20.975
Valor total	8:872$000	10:760$000	2:502$400	2:097$500
Valor de unidade......	4$000	10$000	3$200	$100

	FEIJÃO Alqueires	AÇÚCAR Arrobas	TOICINHO Arrobas	ARROZ Alqueires
Da Baía..............	178	102	130	30
Valor total...........	569$600	480$000	416$000	60$000
Valor de unidade	3$200	4$000	3$200	2$000

	MILHO Alqueires	COUROS DE BOI MEIO CURTIDOS (Sola) - Peças	TÁBOAS Dúzias	COUROS CRÚS DE BOIS Peças
Da Baía	126	21	40	119
Valor total...........	241$920	13$440	25$600	57$120
Valor de unidade......	1$920	$640	$640	$480

FONTE: SPIX, J.B. von & MARTIUS. C.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

TABELA DE EXPORTAÇÃO

Nos seis meses de chuva, outubro a dezembro de 1816

e janeiro a março de 1817

(Continução)

PARA A PROVÍNCIA	AGUARDENTE Barrilinhos	MARMELADA Arrobas	ALGODÃO Arrobas	COBERTORES DE ALGODÃO PARA OS ESCRAVOS Peças	TOTAL
Da Baía	14	109	1.491	1.957	
Valor total	56$000	279$040	4:473$000	1:252$480	
Valor de unidade	4$000	2$560	3$000	$640	32:084$100

FONTE: SPIX, J.B. von e MARTIUS, C.P.F. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

TABELA DE EXPORTAÇÃO

Nos seis meses secos, abril a setembro de 1817

PARA A PROVÍNCIA	GADO VACUM Peças	CAVALOS Peças	FARINHA DE MANDIOCA Alqueires	FEIJÃO Alqueires	MILHO Alqueires
Da Baía	673	163			
De Pernambubo ..			1.550	33 1/4	271
Valor total	2:692$000	1:630$000	2:976$000	106$400	520$320
Valor de unidade.	4$000	10$000	1$920	3$200	1$920

PARA A PROVÍNCIA	RAPADURAS Peças	AÇÚCAR Arrobas	TOICINHO Arrobas	COUROS CRÚS DE BOI Peças	TÁBOAS Peças
Da Baía					
De Pernambuco....	19.795	67	177	6	17
Valor total	1:979$500	214$400	556$400	3$840	6$800
Valor de unidade.	$100	$320	3$200	$640	$400

PARA A PROVÍNCIA	ARROZ Arrobas	AGUARDENTE Barrilinhos	MARMELADA Arrobas	TOTAL
Da Baía				
De Pernambuco ...	51	2	12	
Valor total	102$000	8$000	30$720	10:826$380
Valor de unidade.	2$000	4$000	2$560	

FONTE: SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.P.F. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

Através desses quadros constata-se que o valor das importações era maior que o das exportações devido ao alto preço das mercadorias de origem européia. Vê-se que, além da Bahia, comercializava-se também com Pernambuco que, até 1824, estendia os seus limites territoriais por toda a margem esquerda do rio São Francisco, até o rio Carinhanha. A desvantagem da província de Minas Gerais no saldo comercial manteve-se durante todo o período imperial. Nos anos de 1852-54, de acordo com Halfeld,[107] as importações alcançaram 345:845$000 e as exportações 212:779$860. Richard Burton,[108] em 1865, confirmou a diferença em favor das importações e anotou o valor dos impostos cobrados em Malhada:

> "O Tenente Loureiro deu-me um papel impresso, datado de 19 de outubro de 1860, e mostrou-me que as diversas "recebedorias" arrecadavam um total correspondendo a £600 a £800 por ano. Tanto as importações como as exportações são tributadas, e apenas o sal que vai para o rio acima está isento de imposto. São cobrados 3% sobre o algodão, gêneros alimentícios secundários, fumo beneficiado (inclusive o pixuá, preparado para mascar), panos, louças, canoas e madeiras para marcenaria, redes, chicotes, selas, etc. O café paga 3 1/2% e 6% são cobrados de cereais, gêneros alimentícios em bruto, inclusive aves domésticas, que é a melhor coisa naquele lugar, couros, ipecacuanha, quinino e pedras preciosas, com excessão do diamante. O cavalo, que vale o equivalente a £5, é tributado em 3$160; a mula nativa em 4$960; a mula de São Paulo em 5$000 e uma rês 0$600. Esses animais são levados para a Bahia através de uma péssima estrada, aberta por seus próprios cascos, que atravessa serras escarpadas e não tem pontes ou qualquer obra de arte e cuja extensão é de 130 léguas".

---

[107] HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. op. cit. p. 14.

[108] BURTON, Richard. op. cit. p. 224.

Francisco Manoel Álvares de Araújo,[109] em 1870, deu o valor das importações e exportações por município:

MUNICÍPIO	VALOR DAS EXPORTAÇÕES	VALOR DAS IMPORTAÇÕES
Guaicuí	124:500$000	48:000$000
São Romão	86:400$000	63:000$000
São Francisco	62:750$000	51:000$000
Januária	144:500$000	265:000$000
Carinhanha	68:500$000	80:000$000
TOTAL	386:650$000	507:000$000

Fonte: ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório de viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1): 77-155; 211-275, 1876.

Através desta tabela vê-se que os municípios de Guaicuí, São Romão e São Francisco apresentavam um saldo positivo nas exportações enquanto os de Januária e Carinhanha, ao qual pertencia Malhada, apresentavam um saldo negativo.

Deve-se levar em conta que Guaicuí e São Romão, além de travarem relações comerciais com as localidades ao longo do rio São Francisco, faziam também intercâmbio com Paracatu, Diamantina, Pitangui e com o Rio de Janeiro, através de Curvelo e Santa Luzia. Por isso, essas localidades concentravam as mercadorias dos outros municípios ribeirinhos.

Embora também apresentasse um saldo negativo na sua balança, Januária registrava no volume de comércio, os mais altos índices de exportação e importação. Álvares de Araújo[110] especificou os produtos comercializados com seus respectivos valores:

[109] ARAÚJO, Francisco Maonel Álvares de. op. cit. p. 94-117.

[110] Idem, Ibidem, p. 94-117.

GUAICUÍ

EXPORTA	Valor p/Unidade	Valor Total
3.000 cabeças de gado vacum	20$	60:000$000
500 cabeças de gado cavalar	30$	15:000$000
6.000 meios de sola	3$	18:000$000
500 couros secos		1:500$000
Peixe seco salgado		20:000$000
Gêneros alimentares		8:000$000
Diamantes		2:000$000
T O T A L		124:500$000

IMPORTA	Valor Total
Fazendas secas	20:000$000
Molhados	5:000$000
Ferragens	2:000$000
Sal	16:000$000
T O T A L	48:000$000
SALDO (A favor da exportação)	76:500$000

Fonte: ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório de Viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1): 77-155; 211-275, 1876.

SÃO ROMÃO

EXPORTA	VALOR P/UNID.	VALOR TOTAL
2 000 cabeças de gado vacum	16$000	32:000$000
500 ditas de dito cavalar	30$000	15:000$000
1 000 couros secos	2$100	2:200$000
3 000 meios de sola	2$400	7:200$000
Gêneros alimentares		10:000$000
Diamantes		20:000$000
TOTAL	Rs.	86:400$000
IMPORTA		VALOR TOTAL
Fazendas secas.............		40:000$000
Molhados		8:000$000
Ferragens		5:000$000
Sal		6:000$000
Diferentes artigos		4:000$000
TOTAL		63:000$000
Saldo a favor da exportação	Rs.	23:400$000

SÃO FRANCISCO

EXPORTA	VALOR P/UNID.	VALOR TOTAL
1 000 cabeças de gado vacum..	25$000	25:000$000
500 ditas de dito cavalar..	35$000	17:500$000
2 500 couros secos	2$500	6:250$000
Gêneros alimentares		14:000$000
TOTAL	Rs.	62:750$000
IMPORTA		VALOR TOTAL
Fazendas secas		30:000$000
Molhados		8:000$000
Ferragens		5:000$000
Sal		6:000$000
Diversos gêneros		2:000$000
TOTAL		51:000$000
Saldo em favor da exportação.......	Rs.	11:750$000

Fonte: ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório de Viagem ...

Pela análise dos quadros, nota-se que todos os municípios exportavam gado vacum, cavalar e couros. Guaicuí e São Romão exportavam também diamentes e meios de sola; Januária, uma expressiva quantidade de gêneros alimentícios, sendo o único município no qual esses produtos ultrapassam o valor da exportação do gado vacum; e Carinhanha tinha no algodão em rama um produto específico de comercialização. Todos os municípios importavam as mesmas mercadorias: fazendas secas, molhados, ferragens e sal.

4.1.7. As Cidades

Todas as cidades da região tinham, na época, aspecto e função semelhantes. A praça central era quadriforme sendo que um dos lados era ocupado pela Igreja; os outros três pelas repartições públicas, as casas das famílias mais abastadas e as lojas comerciais. Nos seus arredores, em ruas mal alinhadas, ficavam as casas de pau-a-pique, de pessoas mais pobres. As de melhor porte eram de fazendeiros que passavam a maior parte do ano em suas fazendas, só vindo à cidade aos domingos, nas festas religiosas e nas eleições. A maioria das casas comerciais também pertenciam aos fazendeiros que mantinham nelas empregados:[111]

> "A duas léguas da fazenda de S. Elói, encontrei o pequeno povoado de Bom Fim, que se compõe de uma igreja e uma quarentena de casas dispostas quase sem nenhuma ordem. Com exceção de uma delas, que pertencia ao Sr. Versiani (hospedeiro do autor), todas estavam fechadas, e presumo que tivessem por proprietários agricultores que, certamente a elas só vinham aos domingos. Na sua casa do Bom Fim, o Sr. Verciani

[111] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 325.

> mantinha uma loja em que se encontravam quinquilharias, artigos de mercearia e fazendas; um empregado era encarregado de vender essas mercadorias por conta do dono. Grande número de lavradores ricos seguem esse exemplo. Permanecem em suas fazendas, e tem nas povoações vizinhas casas de negócios em que mantém agentes".

Além de ser núcleo comercial e centro religioso, as cidades exerciam importante função política. Nelas estavam os juízes, promotores, advogados, a cadeia e a Câmara Municipal. Numa região em que a burocracia pública, exercida pelo poder estadual e mesmo nacional teve pequeno ou nenhum alcance, a Câmara fez valer, na prática, o poder político. Wilson Lins,[112] referindo-se a Carinhanha, comentou a importância política do município na vida do sertanejo:

> "Ali, no começo do século, tudo era privado, não havendo ainda, o que aliás era muito natural, uma consciência do bem público. (...) O sertanejo está inteiramente absorvido pela idéia do município. O Estado para ele é uma abstração".

Maria Isaura de Queiroz[113] associou a estrutura política e social do sertão ao formato das cidades:

> "Estavam, pois, as vilas e pequenas cidades dominadas por um ou mais grupos de parentelas, cuja estrutura se inscrevia na própria disposição das casas através do espaço: no centro a Matriz, cujas proporções espelhavam a fortuna do grupo dominante, rodeada, no Largo e nas ruas adjacentes, pelas casas amplas e confortáveis das famílias gradas, vizinhas dos edifícios públicos; caminhando-se para a periferia, as casas se tornavam mais modestas e, finalmen

---

112 LINS, Wilson. op. cit. p. 110

113 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. op. cit. p. 180.

> mente, na periferia exterior, se localizavam famílias e indivíduos pertencentes a camadas inferiores da parentela".

Cada cidade era dominada por um ou mais chefes políticos, grandes proprietários que com a patente de Coronel da Guarda Nacional se revezavam no poder e distribuíam os cargos públicos a seus clientes e apaniguados. Como se verá no capítulo seguinte, a luta pelo mando político do município chegou a provocar verdadeiras guerras e, por vezes, a debandada completa dos habitantes da cidade.

Através de dados fornecidos pelos viajantes estrangeiros e por técnicos que percorreram a região, pode-se calcular a evolução populacional de algumas cidades do sertão noroeste de Minas no decorrer do século XIX e início do século XX (ver quadro).

Os dados fornecidos pelo quadro são em sua maioria estimativos, mas deles se pode extrair algumas conclusões. É nítido o crescimento de Januária e Pirapora. A primeira era o empório comercial da região e perdeu o posto para a segunda a partir de 1911, quando a Estrada de Ferro Central do Brasil ali chegou. O mesmo aconteceu com Guaicuí, próximo a Pirapora, que perdeu para a vizinha, a condição de entreposto comercial da barra do rio das Velhas. São Romão, até onde os dados permitem deduzir, permaneceu estagnada, e São Francisco apresentou um crescimento razoável. Morrinhos e Maria da Cruz, dois importante povoados do século XVIII, pouco mudaram.

Em geral, todas as cidades eram pequenas, reflexo da organização econômica regional, predominantemente rural.

Cidades	Autores	St. Hilaire 1819	Halfeld 1852-54	R. Burton 1865	Álvares de Araújo 1870-72	Anuário 1909	Anuário 1918
Guaicuí	População				675		
	Nº de casas		80	57	135		
Pirapora	População				350	600	4.500
	Nº de casas		30 a 35		70	130	1.150
São Romão	População		800	450	1.100		
	Nº de casas		220	200	210		
São Francisco	População		500	500	1.250		2.000
	Nº de casas	20	95	95	250		
Morrinhos	População		320		550		
	Nº de casas		86	21	110		
Maria da Cruz	População		200		300		
	Nº de casas	12	35		60		
Januária	População		3.200	5.000	3.810	8.000	15.000
	Nº de casas	80	482	700	776	1.585	1.800
Manga	População		400		280		
	Nº de casas		75		55		
Malhada	População		250		750		
	Nº de casas		50		150		

OBSERVAÇÕES: 1) A população e o número de casas de Guaicuí foram obtidos com a soma dos dados dos arraiais de Porteira e Manga, que constituíam o povoado.

2) A população e o número de casas de Januária (até 1872) foram obtidas com a soma dos dados dos arraiais de Porto do Salgado e Brejo do Salgado, que constituíam o povoado.

3) Os dados do Anuário de 1909 referem-se ao ano de 1907.

Fonte: Ver bibliografia, nºs. 50, 21, 10, 5 e 51.

4.1.8. Miséria, Pobreza e "Preguiça"

O isolamento do sertanejo dos centros litorâneos mais desenvolvidos do país, gerou a crença de que aquelas regiões afastadas eram habitadas por uma população miserável e sem recursos. Lá não se encontravam as comodidades e o luxo vividos na Corte, no entanto, a miséria era praticamente inexistente e a desigualdade social, pouco acentuada.

Teodoro Sampaio,[114] viajando em 1879 na comissão de Milnor Roberts, encarregada de analisar as condições de navegabilidade do rio S. Francisco, observou:

> "A natureza pródiga não deixa haver a verdadeira pobreza que force a trabalhar e que obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver. Não há aqui, tão pouco, estímulos para capitalizar. Vive-se bem, vive-se ao natural, sem cuidados pelo futuro, por que a pobreza aqui não aterra ninguém".

James Wells,[115] o engenheiro inglês que viajou pela região em 1875, para estudar a implantação de ferrovias, constatou a impossibilidade de existir miséria absoluta no lugar, dada a prodigalidade da natureza, mas encontrou no caminho de Januária uma família extremamente pobre:

> "Se Londres tem suas cenas de horrível miséria, também as tem o sertão do Brasil, mas na primeira é relativamente inevitável; no último, não há a menor desculpa para sua existência".

A inexistência de mentalidade capitalista e a fartura de recursos naturais conduziam a população a trabalhar apenas

---

[114] SAMPAIO, Teodoro. O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Salvador, Livraria Progresso, 1955. p. 112.

[115] WELLS, James. op. cit. p. 402.

o bastante para a sua subsistência. Os viajantes europeus, habituados ao regime capitalista, observavam com estranheza a folga dos sertanejos e alguns atribuíam a vagabundagem ao excesso de preguiça. Outros, como Wells,[116] compreenderam aquele hábito:

> "Passando por essas casas sem portas pode-se ver os homens e muitas mulheres balançando em suas redes; porque eles desperdiçam os seus dias dormindo e suas noites em orgias de cachaça, canções selvagens e danças. Pouco trabalho basta para suprir suas necessidades muito simples. Eles não querem mais que isso e estão provavelmente bem satisfeitos e consequentemente felizes a sua maneira".

Entretanto, não era somente por falta de necessidade que o sertanejo pouco trabalhava. É preciso considerar também a incipiência do mercado consumidor local, a precariedade dos transportes e a distância dos centros consumidores. O mesmo autor,[117] a caminho de Coração de Jesus, ouviu as palavras de um proprietário cujo gado se multiplicava:

> "... Lá está toda minha riqueza em espécie e é difícil conseguir um justo valor por ela; eu não posso vender mais que um número limitado na vila mais próxima; mesmo em Diamantina ou Ouro Preto eu não poderia vender um grande número pelo que eu consideraria um preço lucrativo". É a mesma estória em todo interior do Brasil. Não há mercado para nenhuma produção que exceda as demandas locais a não ser através de uma viagem longa e cansativa".

Finalmente, deve-se levar em conta a estrutura fundiária e a organização social que predominava na região:

---

[116] Idem, ibidem, p. 338.

[117] Idem, ibidem, p. 370.

> "Socialmente há duas classes no sertão: os proprietários e os moradores ou agregados. Estes constituem talvez 80% da população do interior. (...) O agregado vive em terra de empréstimo onde faz a tôsca moradia. Os que vêem na pobreza e selvagem rusticidade das habitações sertanejas uma manifestação de indolência nativa deveriam refletir que ninguém promove construção sólida em terra alheia. Ora, nos sertões, 80% das moradias estão nestas condições".[118]

De resto, as teorias sobre a preguiça no sertão, em confronto com a realidade, não têm sustentação. O barqueiro do São Francisco, tipo característico da região, trabalhava cerca de 12 horas por dia, e nem por isso perdia seu bom humor ou deixava de se divertir com música, cachaça e mulheres. Halfeld, Burton, Wilson Lins e Geraldo Rocha escreveram sobre o pesado serviço dos barqueiros, homens facilmente identificáveis, pois carregavam um enorme calo no peito, resultado da prática de impulsionar as barcas com varas. Burton fez um interessante comentário:[119]

> "O barqueiro de verdade é um tipo como o barqueiro dos velhos dias na Inglaterra; é também um homem que nasceu livre, poucos viajantes gostam de empregar escravos. Mais industrioso que os nossos marinheiros, como o africano, ele está inteiramente familiarizado com todas as pequenas atividades necessárias ao seu bem-estar; é capaz de construir sua casa ou seu abrigo e de fazer telhas ou sua roupa - artes que, entre os civilizados, exigem divisão de trabalho".

Se a miséria praticamente inexistia e a pobreza era relativa, tão pouco havia o luxo e a ostentação. Muitos viajan

---

[118] PROENÇA, Cavalcanti M. Ribeira do São Francisco. Rio de Janeiro, Laenumert, 1944. p. 184-5

[119] BURTON, Richard. op. cit. p. 173.

tes estranhavam as vestimentas simples dos proprietários de terra, e as casas modestas em que viviam. Em Januária, lugar mais abastado da região, Saint-Hilaire, hospedado na melhor casa da povoação, comentou:[120]

> "A abastança é entre nós acompanhada de gozos multiplicados, e manifesta-se por uma imensidade de demonstrações exteriores; não sucede o mesmo, porém, com essas regiões longínquas, onde a falta de indústrias e a dificuldade das comunicações impediram o luxo de penetrar; e a casa de um proprietário rico do deserto de Minas, transportada para a França, seria aqui tomada pela morada de um homem da mais medíocre condição".

Pobre ou ricos, os moradores do sertão mineiro eram excelentes hospedeiros. Em diversas ocasiões os viajantes estrangeiros viram recusada a paga que ofereciam pela hospedagem. Depois de deixar o povoado de Pedras dos Angicos (São Francisco), St. Hilaire parou numa pequena fazenda do Lograador:[121]

> "Os habitantes do Lógrador ofereceram-me jantar; fizeram-me também almoçar antes de partir, e, não obstante serem de reduzidas posses, nada quiseram de mim. O que torna mais meritória a hospitalidade, que se encontra nesse país, entre a gente mais pobre, é que ela é sempre acompanhada de um ar de satisfação que deixa completamente à vontade o viajante, e este último é quase levado a crer que é ele quem obsequia os seus anfitriões".

Finalmente, vale a pena registrar a opinião dos estrangeiros sobre o caráter do sertanejo, espelhado na vida simples que levava. Martius, depois de louvar a serenidade proporcionada pela vida em contato com a natureza, escreveu:[122]

---

[120] SAINT-HILAIRE, Auguste de. op. cit. p. 347.

[121] Idem, Ibidem, p. 355-6

[122] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 220.

"As poucas habitações de sertanejos, nas quais pousamos, mantiveram igualmente esse estado de alma pela simplicidade e cordialidade do trato, com que fomos nelas recebidos. Os moradores são pobres, porém não indigentes, de costumes rudes, porém de natural bondade".

4.2. A Província do São Francisco

Devido a fatores históricos e geográficos, o rio São Francisco é considerado na literatura científica brasileira, como o rio da "unidade nacional". João Ribeiro,[123] na sua "História do Brasil" (1900), escreveu que "excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o grande caminho da civilização brasileira é o rio S. Francisco" por ter sido o cenário das atividades mineradora e pecuária, os dois grandes fatores de povoamento do Brasil. Seguindo o mesmo caminho, Euclides da Cunha,[124] autor de "Os Sertões", afirmou que a sociedade gerada no vale "constituía o cerne vigoroso da nossa nacionalidade". Ali se reuniram as correntes de povoamento que partiram do norte e do sul do país, estabelecendo "a continuidade territorial que faltava ainda em parte na costa". Vicente Licínio de Cardoso[125] foi mais longe, afirmando que o rio São Francisco estabeleceu a "base física da unidade brasileira" e que, sem ele, não teria sido possível manter a integridade do Império após a independência:

"Compreendamos, pois, que o milagre da unidade, obtido pela força centrípeta da realeza teria sido diluído pelos imperativos cósmicos,

---

[123] RIBEIRO, João. op. cit. p. 137-8.

[124] CUNHA, Euclides da. op. cit. p. 81

[125] CARDOSO, Vicente Licínio. A Margem da História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1933. p. 48-50

> diferenciadores do litoral de norte a sul, se pelo centro da terra imensa, percorrendo os gerais dos planaltos e ligando as terras altas interiores de Minas aos sertões semi-áridos do nordeste, não tivesse o S. Francisco fixado a base física da unidade empolgante do Império; constituindo aquele grande tablado geográfico em que populações de missionarios, bandeirante e vaqueiros realizaram, com o vigor próprio das coisas anônimas, o embasamento do Império e fixaram o cerne da unidade politica indestrutível".

O rio S. Francisco teria mantido, na visão desse autor, a ligação entre o centro do sul (Rio, São Paulo e Minas) e o centro do norte (Bahia e Pernambuco), que eram "até o século XIX, os grandes núcleos exclusivos quase, de nossa civilização incipiente".

Do ponto de vista geográfico, não há dúvida que o Vale do São Francisco, que compreende oito por cento do território brasileiro, exerceu um importante papel na ligação entre o norte e o sul do país, mas seria exagerado supor que essa base física teria, por si só, garantido a unidade política brasileira.

Na sua formação histórica, o Vale apresentou diferenciações significativas. Euclides da Cunha[126] mostrou, numa síntese admirável, as motivações específicas do povoamento do Vale:

> "... o São Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e na região média, a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia. (...) Bateram-lhe, por igual as margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro".

Do ponto de vista antropológico, as idéias de Moraes Rêgo, Wilson Lins e Geraldo Rocha sugerem a existência de um

tipo humano único em todo o Vale. Lins assim se expressou:[127]

> "... os baianos do São Francisco são muito pouco baianos, o mesmo acontecendo com os pernambucanos, mineiros, sergipanos e alagoanos das margens do grande rio, tão afastados das Capitais dos seus respectivos Estados, que terminam esquecidos"...

Geraldo Rocha se referiu à unidade étnica entre o sanfranciscano e o habitante de outros sertões do Brasil:[128]

> "Existe, assim, maior afinidade e homogeneidade étnica entre um habitante das margens do Itapicurú, do Mearim, do Jaguaribe, dos sertões do Seridó, do Paraíba ou do Tocantins, com os ribeirinhos da bacia do São Francisco, desde a Serra da Canastra até Paulo Afonso, do que com os filhos da capital ou do recôncavo baiano".

Moraes Rêgo insistiu na identidade política entre os sanfranciscanos, além das fronteiras estaduais:[129]

> "Não será muito dizer que a idéia estadual não é grandemente desenvolvida no sertão: o espírito baiano mais peculiar a mata do recôncavo, como o sergipano a do Cotinguiba e o pernambucano e o alagoano às regiões costeiras respectivas. Em Minas, descendo para o eixo do Vale do São Francisco, o homem gradualmente se vai tornando menos mineiro para ser mais sertanejo, pertencente a comunidade interestadual que domina o grande centro do Brasil".

Essas idéias sobre a unidade geográfica, histórica e antropológica do Vale do São Francisco, apesar de estimulantes, devem ser encaradas com reservas. Elas se adaptam, no máximo,

---

[127] LINS, Wilson. op. cit. p. 110.

[128] ROCHA, Geraldo. op. cit. p. 20.

[129] RÊGO, L.F.M. op. cit. p. 196.

à seção média do Vale, que é dominada pela pecuária extensiva, escassamente povoada pelo tipo sertanejo e interligada pelo setor navegável entre as cachoeiras de Pirapora e Paulo Afonso. As seções inferior e superior da bacia tiveram uma formação histórica diferente, em especial o baixo São Francisco, "sede essencial da agitação mineira".

Falar em *unidade política nacional* traz ainda maiores complicações. Wilson Lins,[130] num trecho já citado, afirmou que para o sertanejo a idéia de Estado é uma abstração, por estarem os habitantes do sertão por demais absorvidos pelo município. Proença Cavalcanti[131] ressaltou, em 1944, o desconhecimento da geografia da nação entre os *sanfranciscanos*. O São Francisco era para eles, dizia o autor, "uma unidade maior, uma espécie de pátria nacional".

A história da tentativa de criar, na Câmara e no Senado do Império, uma "Província do São Francisco", traz novos elementos para o debate dessa questão polêmica. Por três vezes foi tentada a criação da nova província. Em 1830, o deputado pernambucano Luis Cavalcanti apresentou um projeto de lei com esse intuito. Apesar do parecer favorável da Comissão de Estatística, o projeto não chegou a entrar em discussão.

Em 1850, a bancada baiana, com o apoio da de Pernambuco e do Piauí apresentou outro projeto. Nessa época, ainda estava nítido na memória dos parlamentares a terrível luta que, em Pilão Arcado, envolveu duas famílias, os França Antunes e os Guerreiros, que terminou com o desaparecimento completo da segunda. A criação da Província visava levar até aquelas longínquoas regiões, a ação do poder público. O projeto contudo

---

[130] LINS, Wilson. op. cit. p. 110.

[131] PROENÇA, Cavalcanti M. op. cit. p. 138.

não passou da segunda discussão.

Em 1873, a bancada baiana apresentou um terceiro projeto. Desta vez, sugerido pela Fala do Trono, que abriu as sessões, o assunto foi objeto de acirrada discussão.

Nos termos do projeto, a nova Província compreenderia territórios de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, adjacentes ao rio S. Francisco, tendo por capital a Vila da Barra (BA). A nova Província daria dois senadores e quatro deputados, e a Assembléia Provincial seria composta de vinte e quatro membros. Sugeria também a criação de um bispado, em comum acordo com a Santa Sé.

Seguindo as vias regimentais, o projeto passou pela Comissão de Estatística. Essa comissão deu parecer favorável sustentando-se nos relatórios que o ministro do Império, Corrêa de Oliveira, havia apresentado à assembléia geral nos meses de maio e dezembro de 1872. Neles o ministro defendia uma redivisão completa das províncias do Império:[132]

> "Releve entretanto, ponderar, diz S. Exª à pág. 4 do 2º dos citados relatórios, que a irregularidade da nossa divisão de províncias, estabelecendo considerável desigualdade entre elas, já quanto à extensão de seu território, já quanto à sua população e riqueza, traz sérios embaraços a aplicação de qualquer sistema de organização administrativa provincial. (...) Chamo, pois, a vossa atenção para a necessidade de dividirem-se algumas províncias e alterarem-se os limites de outras, corrigindo-se quanto for possível, os defeitos das atuais circunscrições".

---

[132] BRASIL. Câmara dos Deputados. Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1973. t.5, p. 7.

A comissão de estatística, fundada nesses relatórios, julgou vantajosa a criação da Província do São Francisco e argumentou: 1) que a nova Província faria a administração pública chegar a regiões afastadas de suas respectivas capitais; 2) que exerceria influência positiva sobre a prosperidade, segurança e integridade do Império; 3) que levaria a civilização a uma extensa, afastada, porém rica região, com cerca de 240.000 habitantes.

Na Câmara dos Deputados, a primeira discussão do projeto revelou seus defensores e opositores. De um lado, o mineiro do Partido Liberal, Martinho Campos, se opunha; do outro, o também mineiro, Deputado Cruz Machado, era favorável.

Na primeira discussão, Martinho Campos fez as seguintes considerações: 1) que a sorte da nova Província seria a mesma daquelas que, pelos escassos recursos de que dispunham, não se desenvolviam, como Piauí e Goiás; 2) que a criação acarretaria despesas ao erário público que seriam melhor aproveitadas em garantias de juros e subvenções para a construção de ferrovias e incremento da navegação a vapor; 3) que um foco de civilização é criado não com uma nova administração, mas com o desenvolvimento do comércio e da indústria; 4) que faltavam dados estatísticos confiáveis sobre a população, e as rendas com que contaria a nova Província; 5) que o projeto não tinha outro fim senão o de criar mais alguns empregos; 6) que a Província de Minas não queria ser dividida e afastada ainda mais do litoral; 7) que o projeto só deveria ser discutido após serem tomadas medidas mais urgentes de caráter geral, como a reforma eleitoral, e o recenseamento do Império.

O deputado Cruz Machado, num discurso repleto de "apoiados", rebateu com os seguinte argumentos: 1) que a criação da nova Província do S. Francisco era de manifesta utilidade e

urgente necessidade em atenção ao futuro da região, a vida e a segurança individual de mais de 200.000 brasileiros; 2) que a população não tinha assistência religiosa e muitos adultos não tinham sido batizados; 3) que a distância daquelas regiões das capitais dos Estados dificultava a sua administração; 4) que pelo mesmo motivo, em 1830 e 1850, cogitara-se a criação da província, o que comprovava sua necessidade; 5) que a Vila da Barra, indicada como capital, estava no centro da região, em vantajosa posição topográfica e tinha importância comercial e histórica; que se a legislatura de 1850 tivesse criado a nova Província, melhoramentos como a navegação a vapor e as estradas de ferro já teriam sido implantados; 7) que a criação seria um passo inicial para um amplo projeto de redivisão administrativa do Império; 8) que as despesas com a criação seriam pequenas, não chegando para construir-se uns poucos quilômetros de estrada de ferro; 9) que a administração é um elemento de civilização porque traça planos e reúne recursos para o desenvolvimento material e moral de um povo; 10) que os dados estatísticos, embora defeituosos, eram suficientes para deduzir a necessidade de se criar uma nova Província.

Aprovado na primeira, o projeto entrou em segunda discussão. O deputado cearense, Alencar Alaripe, tomou a palavra para fazer a sua defesa. Sugeriu que o nome a ser dado deveria ser outro para que não houvesse confusão entre o rio e a Província, e para evitar que a denominação dos habitantes - franciscanos - fosse uma expressão de mau agouro, ou voto de pobreza para aqueles aos quais só se queria dar grandeza e prosperidade. Insistiu na necessidade de colocar aquelas regiões ao alcance da força governativa e afirmou que o território tinha população suficiente e elementos para se tornar uma Província. De original, o deputado colocava apenas um argumento: a presença

da máquina estatal garantindo a segurança de vida e da propriedade, incentivaria a imigração. Imaginava também o deputado cearense que a criação da nova Província poderia dar novo alento ao gigantesco projeto pensado durante o governo de D. João VI, de canalizar o rio S. Francisco até o Ceará. Após outro discurso de apoio, do deputado Corrêia, em nome da unidade e integridade do Império, o projeto foi aprovado.

A terceira discussão foi mais longa e reveladora. Martinho Campos reafirmou a sua posição e replicou o discurso de Cruz Machado com a seguinte argumentação: 1) que se aquela região era isolada, não seria uma nova administração que a tiraria dessa situação e que, o novo administrador sucumbiria também ao isolamento, privado de comunicações e condenado ao embrutecimento e ao atraso; 2) que se a tentativa de criar a nova Província era antiga e não tinha sido aprovada, era por não ser conveniente; 3) que esta criação deveria ser como nos Estados Unidos: não uma atitude oficial, mas uma iniciativa das populações locais que formavam seu próprio governo, para depois obter a aprovação do Congresso; 4) que antes de tomar qualquer decisão, o Congresso deveria esperar a concretização do prolongamento da estrada de ferro de Salvador a Juazeiro.

Nessa altura, a discussão girava em torno do seguinte problema: se uma nova administração geraria o progresso e a civilização, ou se, ao contrário, o desenvolvimento econômico é que tornaria natural a necessidade de um governo próprio.

Não era essa, no entanto, a questão crucial. Ao final da terceira discussão, já desesperançado, o deputado Martinho Campos revelou a sua verdadeira preocupação: a parte mineira que iria compor a nova Província era um distrito eleitoral dominado pelos liberais. A nova jurisdição seria composta em sua maior parte por territórios baianos e, portanto, seria assimi

lada pelos conservadores, majoritários naquele Estado. Mais grave ainda era uma emenda ao projeto, que incluía nos novos limites não apenas a comarca de Itapirissaba (Januária), mas também os municípios de Guaicuí, São Romão e Paracatu, territórios do 7º Distrito eleitoral de Minas.

O Sr. Martinho Campos assim se manifestou:[133]

> "A Câmara delibera sobre a inteligência e acordo ou conchavo entre as deputações das duas grandes províncias, a de Pernambuco e da Bahia. (...) A Câmara vê que ainda ontem tivemos uma nova emenda arrebatando uma grande massa de população mineira, para constituir o apanágio da nova comarca, que deverá acrescentar a preponderância da Bahia e Pernambuco neste Parlamento. (...) O projeto, creio que não foi esta a sua intenção converte essa casa em assembléia provincial para estastística eleitoral, quer purificar o 7º distrito eleitoral da província de Minas, distrito de liberais. (...) Em um distrito eleitoral, o 7º de Minas, em que atualmente os partidos quase se equilibram, o nobre deputado arrebata um terreno no qual dois terços ou três quartas partes da população é liberal. (...) arrebata-se do seu seio, de relações habituais de sua vida constante e permanente um grupo respeitável de mineiros para inutilizá-los. (...) vai autorizar a separação violenta de liberais distintos deste distrito para dar ao partido conservador uma preponderância que dificilmente há de conservar, apesar desta proteção, porque sejam quais forem as reformas eleitorais ou há de prevalecer a liberdade de eleição, ou há de acabar-se com a monarquia constitucional, não há meio termo: ou eleição livre e popular, ou então um futuro que só a Deus pertence mas que inevitavelmente será a condenação desta onipotência corruptora com que o governo esmaga o voto da nação".

---

133 Idem, Ibidem, p. 199-204.

Foram inúteis os esforços dos deputados liberais. O projeto foi aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado.

Nessa casa legislativa, o andamento da matéria não se deu com a mesma rapidez que na anterior. Julgando os senadores que a redação do projeto não estabelecia com precisão os limites da nova Província, mandaram um requerimento ao governo pedindo maiores informações. Este, através do ministro do Império, remeteu um ofício onde enumerava as diversas leis que criavam as comarcas que deveriam compor a nova Província. Os senadores não se deram por satisfeitos. O Visconde de Jaguari e Silveira Lobo, ambos mineiros, eram contrários ao projeto; o Barão de Cotegipe, baiano de Vila da Barra, era favorável. O Visconde argumentava que o território mineiro que seria incorporado à nova Província não via lucro algum nisso: por um lado, nas relações comerciais com a Bahia, as importações eram maiores que as exportações e, por outro lado, a região estabeleceria vínculos mais proveitosos com o Rio de Janeiro, assim que fosse concluído o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Lamentava, com o apoio de Silveira Lobo, que as divisas tivessem sido intencionalmente calculadas para se tirar de Minas toda a parte navegável do rio S. Francisco.

Cansanção de Sinimbú, senador por Alagoas, considerava importante a discussão da matéria, mas julgava que as informações disponíveis eram insuficientes para se tomar qualquer decisão. Além da falta de definição quanto aos limites, não se tinham dados estatísticos precisos sobre a população da região nem sobre as rendas com que os municípios concorriam para o tesouro geral, provincial e municipal. Achava imprescindível também consultar as Câmaras Municipais já que não havia chegado a Assembléia Geral nenhuma representação dos habitantes daquelas regiões solicitando tal criação.

Para alcançar tais objetivos, o senador alagoano apresentou, apoiado pelo cearense T. Pompeu, o seguinte requerimento ao Governo, para ser discutido em plenário:[134]

> "Requeiro que se peçam ao governo as seguintes informações:
> 1º Qual a linha precisa de limites que deve extremar a nova província do S. Francisco daquelas de que é desmembrada, com suas dimensões e superfície.
> 2º Qual a despesa provável, geral e provincial, com o novo funcionamento legislativo, administrativo, judiciário e eclesiástico.
> 3º Quantos e quais os municípios e freguesias são separados de cada província limítrofe: com declaração de sua população livre e escrava, qualificação de votantes, eleitores e deputados gerais e provinciais (se formam algum distrito) ou de que distritos fazem parte.
> 4º Qual a quota com que cada um desses municípios ou freguesias concorre para o tesouro geral, provincial e municipal.
> 5º Que sejam ouvidas as respectivas câmaras municipais sobre a conveniência dessa medida, bem como sobre o comércio e indústria do município, quanto a seu objeto e valor. - Cansanção de Sinimbú - T. Pompeu".

O Barão de Cotegipe foi contra o requerimento dizendo que sua aprovação equivaleria a um adiamento indefinido da discussão do projeto pois aquelas informações levariam pelo menos um ano para serem obtidas: a demarcação dos limites exigiria a nomeação de uma ou mais comissões de engenheiros para o levantamento da planta dos terrenos e a realização das observações astronômicas necessárias.

---

[134] BRASIL. Senado do Império. <u>Annaes do Senado do Império do Brasil</u>. Rio de Janeiro, Tipografia do Diario do Rio de Janeiro. 1973, t.3, p. 193.

Mas foi o discurso do Senador Saraiva que colocou um ponto final na questão. Insistiu que sem informações detalhadas o Senado não poderia decidir. Argumentou que o mais importante para aquela região era o prolongamento da estrada de ferro de Salvador até o rio S. Francisco e que essa estrada alteraria os termos do projeto, pois certamente Juazeiro, ao ser ligada a Salvador, não concordaria em ser incluída na nova província. Frisou que a região não precisava de um centro político e administrativo, mas das duas estradas de ferro e da navegação a vapor. Saraiva lembrou também que para sustentação econômica da nova administração, seria necessária a cobrança de impostos para as despesas do funcionalismo e que esse ônus viria da pecuária, o que agravaria a situação econômica regional. Aproveitou para fazer uma dura crítica à política clientilista:[135]

> "A nossa política está reduzida a proporções bem mesquinhas. Os nossos governos, não podendo contar com o apoio do país, porque o país, não pode dar apoio a governos, nos quais não intervem absolutamente, os nossos governos, repito, vêem-se enfraquecidos, procuram ter o apoio e o maior número de adesões individuais, e o das pessoas que figuram nas cenas administrativa e política. Daí a necessidade de se estar sempre desenvolvendo o funcionalismo, para que os ministérios possam mais ou menos organizar um partido que chamarei oficial. É uma necessidade dos tempos que correm. Quando os grandes partidos, como disse o meu nobre amigo que se senta a meu lado, dissolvem-se; quando o governo não conta com o apoio forte de um deles, tem necessidade de viver a custa de clientela enorme, que é feita com projetos dessa ordem".

[135] Idem, Ibidem, p. 807.

O senador pela Bahia terminou o discurso reafirmando a necessidade de consulta às populações locais:[136]

> "Mas, Sr. presidente, o motivo principal pelo qual voto pelo requerimento e votaria por um adiamento absoluto, isto é, até que as circunstâncias do país se modificassem, e se devesse tratar de uma divisão geral do Império, o motivo preponderante é em primeiro lugar a necessidade de serem concluídas algumas vias-férreas, para que se possa saber onde se deve criar uma nova província no interior do Império. Em segundo lugar, o que me faz votar pelo requerimento do adiamento e defendê-lo com a maior convicção, é que os povos que são anexados não pediram nada, e não é possível decretar-se uma província nova, sem que sejam ouvidas as populações, que são reunidas a um novo centro administrativo".

Na sessão seguinte, o ministro da guerra, Sr. Junqueira, defendeu, em nome do governo, a instalação da nova província dizendo que ela era premissa infalível do prolongamento das estradas de ferro e que a região do S. Francisco, por sua riqueza inexplorada, merecia uma administração própria. Foi em vão. Além dos argumentos contrários ao projeto, e favoráveis ao requerimento, os senadores reclamavam a discussão de matérias mais urgentes, como a reforma eleitoral e da Guarda Nacional e uma nova lei de recrutamento. Estavam em curso também as questões religiosas que dividiram Estado e Igreja, e que tornava delicadíssima a criação de um novo bispado.

O requerimento, entretanto, não chegou a ser votado em 1873 devido ao encerramento das sessões daquele ano. No intervalo entre as sessões o governo providenciou uma consulta

136 Idem, Ibidem, p. 197.

às câmaras dos municípios envolvidos no projeto. Os mineiros (inclusive a Assembléia Provincial), posicionaram-se contra; já os baianos e pernambucanos foram favoráveis.

Em 1874, Sinimbú, diante das novas informações, desistiu do seu requerimento e propôs, em aditamento, que o projeto fosse devolvido à comissão de estatística para ser reexaminado a luz dos novos documentos. A comissão entendeu que deveria reformular o projeto e apresentou uma nova redação na qual eram excluídos dos limites da província a ser criada os territórios mineiros. Sinimbú saudou a nova redação como uma vitória da oposição e felicitou a província de Minas por terem sido atendidas suas reivindicações.

As discussões, contudo, não terminaram. Desta vez coube aos liberais baianos, especialmente o senador Saraiva, a firme oposição ao projeto. Os argumentos não mudaram essencialmente. Os senadores governistas defendiam a criação da província como meio de promover o desenvolvimento e a segurança individual no vale do São Francisco. Os liberais contestavam afirmando que o progresso da região dependia das estradas de ferro e da navegação a vapor e não do estabelecimento de uma burocracia que só iria causar mais gastos e aumento de impostos.

No calor das discussões transpareceram os verdadeiros motivos dos dois partidos em disputa. Os conservadores desejavam aumentar sua força na Câmara e no Senado pois o projeto previa que a nova província daria dois senadores e quatro deputados, sem prejuízo do número de representantes da Bahia e de Pernambuco. Os liberais, por seu turno, tudo faziam para retardar a aprovação do projeto atacando-o em seus detalhes .

O Barão de Cotegipe, árduo defensor da medida, chegou a dizer que se fosse acrescentada uma emenda determinando que

não se fizessem eleições na nova província, o projeto seria aprovado. Saraiva replicou com um discurso no qual demonstrou que as rendas dos municípios não seriam suficientes sequer para sustentar a nova administração e acrescentou que a oposição votaria sempre contra o projeto porque ele não exprimia um interesse público e pouco importava que entrassem no Senado "mais alguns protegidos da atualidade".

Chegaram ao fim as sessões de 1874 sem que houvesse uma decisão. O governo parecia já ter desistido da pretensão embora o projeto tivesse partido do próprio Imperador. De acordo com Saraiva o governo apenas fingia interesse pela matéria porque só a levava à ordem do dia em fins de sessão. Além de tudo, fora desmascarada a manobra política do Gabinete Conservador.

Em 1875 o Senado ficaria ocupado com problemas mais urgentes e o projeto da nova província acabou sepultado nos arquivos do parlamento.

Este debate refletiu contradições já detetadas sobre a política partidária do Império e colocou questões novas sobre a importância do Vale para a "unidade nacional".

O Partido Liberal, ideologicamente era favorável à descentralização administrativa; o Partido Conservador propugnava a centralização. No desenrolar da discussão, os dois assumiram posições contrárias a seus princípios, o que demonstra a indefinição ideológica e a discordância entre a teoria e a prática dos partidos do Império.

A discussão demonstrou também a preponderância dos interesses partidários sobre a questão nacional. Sem entrar no mérito do projeto, o que se viu foram as propostas degenerarem na simples disputa de currais eleitorais. Por outro lado, a posição do Senado, reclamando a consulta às comunidades locais,

revelou existência de uma tendência democrática. Os parlamentares estavam habituados a receberam representações populares pedindo a redivisão de províncias (como no caso do sul de Minas, cuja população pretendia se tornar autônoma); sem o reclame dos habitantes do Vale do São Francisco, os senadores julgaram-se incapazes de votar a matéria.

Do ponto de vista partidário, a posição das Câmaras municipais revela a ausência de unidade política entre as duas grandes províncias do Vale: os mineiros com tendências liberais se opuseram, e os baianos conchavados com a política conservadora, concordaram com a criação dos novos limites.

No aspecto econômico, seria mais vantajoso para a seção mineira estabelecer vínculos comerciais com o Rio de Janeiro, através da estrada de ferro "D. Pedro II". O mesmo pode-se dizer das seções baiana e pernambucana que aguardavam a complementação das ligações ferroviárias com as suas respectivas capitais.

A integração do Vale do São Francisco, como forma de garantir a unidade do Império, só seria possível através de uma política de transportes, e não com novas divisões administrativas.

5. O PERÍODO REPUBLICANO

5. O PERÍODO REPUBLICANO

5.1. *A Nova Capital e o Norte de Minas*

No final do século XIX, Minas Gerais estava ameaçada de ser desintegrada territorialmente. Além da tentativa de criação da Província do S. Francisco, o sul de Minas reinvidica a sua independência. Durante todo o século, os municípios do sul realizaram gestões junto ao governo imperial neste sentido, sendo que o projeto de uma nova província chegou a ser discutido e aprovado em primeira discussão na Câmara dos Deputados. Com o advento da República, os sul-mineiros tentaram, à força das armas, realizar a sua autonomia.

Desde o final do século XVIII, Ouro Preto, a capital de Minas, perdera a condição de centro aglutinador das diversas regiões do Estado. A arrecadação não bastava sequer para o município arcar com as suas despesas. No entanto, o sistema federativo implantado pela República valorizou o papel dos Estados membros e, consequentemente, de suas capitais.

Na iminência de perder territórios ao sul e ao norte e diante de uma capital que não cumpria sua função, Minas Gerais não teve outra saída senão construir uma nova sede administrativa que unisse o Estado tanto política quanto economicamente. Em 1891, Augusto de Lima preconizou esta necessidade qualificando a nova capital de "um centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio à integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade". Sugeriu a localização da nova cidade no pequeno arraial do Curral del Rei e justificou:[137]

---

[137] Ver LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1905.

> "... ficará atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e quase a margem do Rio das Velhas, tributário do São Francisco, circunstancia esta que reunirá o Norte ao Sul do Estado. (...) que além de ser um ponto mais ou menos central, Belo Horizonte está destinada a ser o ponto de convergência das ferrovias que partirem do vizinho Estado do Espírito Santo e das regiões do oeste de Minas Gerais".

Localizado no Vale do Rio das Velhas, via natural de ligação entre o centro e o norte, o pequeno Curral del Rei traçava uma linha divisória que distingüia a região mineradora da zona agro-pastoril. Construir ali a nova capital traduzia o objetivo de polarizar o norte de Minas, integrando-o econômica e politicamente ao resto do Estado. A Estrada de Ferro D. Pedro II funcionaria como mecanismo de atração.

Há de se ressaltar que as relações comerciais da região noroeste eram feitas predominantemente com a Bahia através da via navegável do rio S. Francisco. Essa tendência foi reforçada pela conclusão da estrada de ferro que ligava Juazeiro a Salvador e pela implantação da navegação a vapor, toda ela controlada pela Empresa Viação do Brasil, arrematada em 1888 pelo governo baiano. Em 1909 trafegavam onze vapores baianos pelo rio S. Francisco.

Com a instalação da "Central do Brasil" houve uma reversão na direção do comércio. As trocas passaram a ser feitas, na sua maioria, com Belo Horizonte e Rio de Janeiro através do novo meio de transporte que colocou estes centros em posição privilegiada em relação a Juazeiro e Salvador.

O comércio de tecidos, empreendido pela "Cedro e Cachoeira", exemplifica bem a reversão. Os depósitos localizados ao norte do Estado (Pirapora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Curvelo, Tremedal e Araçuaí) foram extintos e os produtos têxteis

passaram a ser comercializados com Belo Horizonte e Rio.

O depósito de Pirapora, instalado nesta cidade devido à insalubridade de Barra do Rio das Velhas, operou uma verdadeira transformação naquela pequena povoação de pescadores:

> "Concluídas as construções, entrou o Depósito em funcionamento, (...) e, por interferência da Companhia, os vapores passaram a estender suas viagens até Pirapora. Os tecidos seguiam em tropas das fábricas de Cachoeira e do Cedro, acumulando-se em Pirapora um estoque suficientemente amplo e variado para atender fartamente a toda a região franciscana, de onde os vapores traziam o algodão comprado pelos viajantes e que era remetido para as fábricas na volta das tropas.
>
> (...) A povoação crescia. Muita gente afluía a Pirapora e lá se fixava à sombra das atividades do Depósito, cujo volume de negócios ao longo do São Francisco chegava a absorver a produção de mais de uma das fábricas da Companhia".[138]

Com a chegada dos trilhos da "Central do Brasil" a Pirapora, o depósito foi extinto e a Companhia deu início a um novo sistema de comercialização dos seus produtos: procurava comerciantes de maior porte, geralmente do Rio, em detrimento dos negociantes varejistas espalhados pelas pequenas cidades. Por volta de 1917, a "Cedro e Cachoeira" já havia conquistado o mercado fluminense com a fabricação e venda do tecido de chita e, em 1927, a sede da Companhia foi transferida para Belo Horizonte.

Outro exemplo da polarização exercida pela Capital de Minas é o comércio da borracha de maniçoba e mangabeira. Explorada intensamente entre 1890 e 1915, e tendo Januária como principal porto exportador de Minas Gerais, a borracha, a princípio,

---

[138] MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. op. cit. p. 180.

era mandada para Salvador, via Juazeiro e passou a ser, a partir de 1911, enviada para o porto do Rio de Janeiro, como veremos no item seguinte.

5.2. O Ciclo da Borracha

Assim como na Amazônia, onde a exploração da seringueira provocou um surto migratório sem precedentes, no vale do São Francisco, entre Januária e Remanso, a extração do látex da mangabeira e da maniçoba inscreveu uma história em tudo semelhante: pequena duração do ciclo econômico, extração predatória e exploração da mão-de-obra nordestina.

Já em 1817, Spix e Martius,[139] viajando pelo vale do Carinhanha em direção à fronteira de Minas com Goiás, apontaram a utilidade da resina da mangabeira:

> "A mangabeira apresentava-se daqui em diante, cada vez em maior número, nas regiões quentes e secas do sertão, e é cultivada, não raro, como nas províncias da Baía, Pernambuco e Ceará, da mesma forma que a goiabeira e o ananás. Contém suco leitoso, pegadiço, rico de resina, que, endurecida, talvez pudesse ser utilizada como a goma elástica comum. Com os frutos, costuma a gente do lugar preparar um refresco agradável e nutritivo"...

A primeira referência à exploração da mangabeira no sertão mineiro com o objetivo de comercializar a borracha, encontra-se na obra de James Wells, "Três mil milhas através do Brasil". Em nota de pé de página,[140] o autor indicou o ano de 1885 como marco inicial da exportação do produto através da

---

[139] SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. op. cit. p. 225.

[140] WELLS, James. op. cit. p. 254.

Bahia. A partir dessa época, com a introdução do pneumático e a ampla difusão do automóvel, o Brasil passou a ser um dos principais exportadores mundiais de borracha.

O Anuário de Minas Gerais, de 1918, organizado por Nelson de Senna, traz informações valiosas sobre o ciclo da borracha em Minas. O autor[141] publicou entrevistas com comerciantes de Januária, extraídas do jornal "A Luz", que fornecem dados sobre a produção e a comercialização do látex. Theodomiro Pimenta, negociante, informou que Januária exportou, entre 1902 e 1907, cerca de 300.000 quilos de borracha sendo que apenas 8% deste total tinha sido produzida no município. Januária comercializava a produção de Goiás e dos municípios mineiros de Paracatu, Rio Pardo, Montes Claros, Tremedal, Brasília de Minas e São Francisco.

A partir de 1907, a exploração da maniçoba fez subir para 30% a participação do município de Januária nas exportações. O ápice desta produção se deu entre os anos de 1909 a 1912 sendo que neste último, a exportação brasileira - 42.000 toneladas - foi a maior registrada e jamais superada. Em 1911, Januária exportou 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 toneladas para a Bahia, ou seja, 12.000 toneladas, sendo a maior parte procedente do Estado de Goiás. Se os dados fornecidos pelo comerciante estão corretos, Januária chegou a comercializar cerca de 1/4 da produção brasileira.

Até 1909, o comércio era feito com a Bahia, via Juazeiro; a partir de 1911 passou a ser feito predominantemente com o Rio de Janeiro, via Pirapora.

---

141 SENNA, Nelson de. op. cit. p. 806-13.

A demanda do produto nesses anos estimulou os fazendeiros locais a plantarem a maniçoba, pois até então só a planta nativa era explorada. Entretanto, os plantadores e comerciantes veriam suas iniciativas frustradas por causa da concorrência da produção oriental (Ceilão e Malásia) que, organizada metodicamente, superou a borracha brasileira em quantidade e qualidade. O comerciante Luis de Castro respondeu ao jornal "A Luz" a respeito da sua desilusão com a cultura da maniçoba:

> "Pela falta de confiança do seu futuro, visto como os nossos governos até agora se tem revelado incapazes de enfrentar com vantagem a concorrência estrangeira, que, como é sabido, marcha anualmente a passos de gigante e assim sendo reputo melindrosíssimo o futuro dessa indústria, condenada a desaparecer dentro em breve, graças a incúria dos governos".[142]

Questionado em seu pessimismo, o negociante respondeu:

> "Otimismo é privilégio das comissões organizadas. Estão no seu direito. Defendem o seu interesse pessoal. Sou comerciante ligado ao gênero. Quando compro a 10$ e todas as probabilidades são para obter-se o preço de 15$, vendo a 6$. Quando compro a 6$ e são de 3$ as declinações prováveis, vendo a 8$ e assisto impassível, pouco depois, o gênero dar 15$, 18$ e 20$000. Comércio não é literatura, nem poesia, de que é profissional a maioria dos pretensos advogados da borracha".[143]

O comerciante acusava o governo pelas oscilações no preço da borracha mas as causas reais estavam na dependência da produção brasileira ao mercado externo, controlado pelas indústrias automobilísticas americanas e européias, e na ausência de métodos racionais de exploração.

---

142 Idem, Ibidem, p. 807.

143 Idem, Ibidem, p. 810.

O sr. Luis de Castro tinha, entretanto, alguma razão. Apesar de vários decretos governamentais objetivando a defesa e a valorização do produto, os resultados foram nulos. As medidas oficiais redundaram, no máximo, em órgãos e agências especializadas que nada realizaram de prático. Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Rolim Capelato[144] sugerem que é preciso buscar as causas internas da queda da borracha brasileira e arriscam uma hipótese:

> "Apesar das queixas, quando a borracha deixou de alcançar altos preços no mercado internacional e surgiram as primeiras dificuldades na exploração da goma, não se despenderam esforços para uma tentativa de salvá-la, pois o café, nesse período, representava o núcleo da economia brasileira e atraía para si todas as atenções; aos representantes dos Estados cafeeiros era fácil fazer com que os favores da União para eles convergissem, deixando de lado as necessidades dos distantes e inexpressivos Estados do norte".

A produção da borracha de maniçoba e da mangabeira no vale do S. Francisco provocou o êxodo nordestino para área. Como relata Moraes Rêgo,[145] esses imigrantes sofreram as mesmas penúrias que seus irmãos na Amazônia:

> "Nos distritos em que vegeta a maniçoba, houve, na época das altas cotações da borracha, invasão de imigrantes para extrair o látex, <u>sertanejos</u> atraídos pela ilusão do lucro fácil. Trabalhavam individualmente, feitos adiantados de recursos por empreiteiros, <u>patrões</u>. Infelizmente verificaram-se os maiores abusos e até

---

[144] PRADO, M.L.C. & CAPELATO, M.H.R. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, B. <u>História Geral da Civilização Brasileira</u>. São Paulo, DIFEL, 1977. t.3, v. 1, p. 305.

[145] RÊGO, L.F.M. op. cit. p. 193-4.

> atrocidades. Os preços desproporcionados dos gêneros impediam qualquer lucro na venda da borracha. Ficavam os infelizes submetidos aos patrões obrigados a trabalhar para saldar dívidas injustas. Aos que tentavam a evasão cominavam a morte"...

Trabalhadores explorados, comerciantes desiludidos e plantadores frustrados foi o saldo da fugaz febre da borracha. Minas Gerais, embora em escala menor, também participou deste ciclo.

Esse curto período de exploração correspondeu no tempo ao declínio da cidade de Januária, antes o grande empório comercial do sertão noroeste de Minas. O comerciante Theodomiro Pimenta, ao ser inquirido das causas desse declínio, respondeu:

> "Embora seja Januária uma cidade feita e que poderá viver, independentemente, dada a importância do seu comércio e lavoura, sofreu contudo um corte de 60% aproximadamente, em seu movimento geral, de 1890 a 1910. A causa essencial do retrocesso é devida ao desenvolvimento dos municípios adjacentes e ao prolongamento da E. de F. Central até o porto de Pirapora".[146]

A partir de 1911, Pirapora, através do desenvolvimento do comércio e da indústria, tomou definitivamente o lugar de Januária como cidade pólo da região noroeste de Minas.

5.3. O Crescimento de Pirapora

Por volta de 1875, James Wells passou por Pirapora e vislumbrou um pequeno conjunto de 36 casinhas cobertas de palha de buriti e em ruínas. Teve do lugar uma impressão pior do

[146] SENNA, Nelson de. op. cit. p. 505.

que a do seu conterrâneo, o inglês Richard Burton que ali es tivera dez anos antes. Julgou o povoado mais decadente que antes, pois não viu, como seu antecessor, nem diamantes, nem tropas, nem peixes secando ao sol. Naquela época, Guaicuí funcionava como entreposto comercial das mercadorias que vinham do norte em direção ao centro de Minas e ao porto do Rio de Janeiro. Também as mercadorias provenientes da Corte eram ali comercializadas. Wells notou, na pequena cidade, duas lojas comerciais onde se encontravam tecidos estampados de Manchester, vinhos portugueses, cerveja inglesa, gim holandês, fósforos suecos, além de produtos locais como carne seca, feijão, farinha, etc. Em 1894, a Companhia "Cedro e Cachoeira" decidiu instalar um depósito de algodão e tecidos naquela região e optou pelo pequeno povoado de Pirapora, apesar de ser Guaicuí o centro comercial:

> "Barra do Guiacuí (nome indígena do Rio das Velhas) seria o porto naturalmente indicado para a sua instalação. Povoado erguido no século dezoito pelos baianos desbravadores do S. Francisco, contava com algum comércio, residências que ofereciam regular conforto e era terminal sul da navegação. Mas a sua fama de lugar insalubre se confirmava pela intensidade da maleita, que ali se apresentava frequentemente sob a sua pior forma, a terça maligna. Cercada de alagadiços e sujeita a inundações, Guaicuí nunca pode se desenvolver. Essas razões levaram a Diretoria a escolher Pirapora ("salto do peixe" ou "onde o peixe salta"), cuja cachoeira separa o alto do médio S. Francisco, muito mais saudável do que Guaicuí e onde a malária grassava mais brandamente. (...) Os diretores (...) decidiram-se por Pirapora, não só pelas suas favoráveis condições para aquela finalidade, como porque nenhum outro lugar havia nas barrancas do S. Francisco melhor do que aquele para receber a ponta dos trilhos da Central do Brasil, que ainda se encontrava em Sabará".[147]

---

[147] MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. op. cit. p. 178.

Praticamente todos os viajantes que passaram por Guaicuí se referiram às febres que grassavam na vila entre os meses de janeiro e junho e que todos os anos dizimavam parte da população. A instalação do depósito da "Cedro e Cachoeira" em Pirapora deu início ao crescimento desse vilarejo que, mais tarde, como previram os diretores da Companhia, seria o local escolhido como ponto terminal da "Central do Brasil" na junção com o rio S. Francisco. Quando a estrada de ferro chegou, a localidade já era uma cidade próspera, com ruas traçadas a régua e compasso, a exemplo de Belo Horizonte, de acordo com uma planta encomendada pela "Cedro e Cachoeira" e que previa uma população de 10.000 habitantes.

Nelson de Senna publicou no Anuário de 1918 um artigo do "Minas Gerais", escrito por A. Ramos César, datado de outubro de 1910, que se refere a Pirapora:

> "A população ali aumenta numa proporção notável. Diariamente chegam famílias imigrantes, atraídas pela riqueza da região.
> Não se encontra uma única casa vaga, existindo inúmeros prédios em construção na margem direita, onde a população é mais densa e onde o movimento comercial já é grande, existindo duas fábricas de bebidas, padaria, casa de bilhares, duas farmácias, restaurantes, hóteis, etc.
> Pelo porto são despachadas, mensalmente, para mais de 1.000 toneladas de mercadorias.
> Há um depósito de sal e uma agência filial do srs. Durish & Companhia, para compras e exportação de couros e artigos congêneres, regulando comprar, mensalmente, 2.000 couros verdes de rezes."[148]

Portanto, o desenvolvimento de Pirapora foi anterior à chegada dos trilhos. Em 1911, quando foi inaugurada a estação férrea, Pirapora passou a centralizar o comércio de todo o

[148] SENNA, Nelson de. op. cit. p. 1152.

sertão noroeste de Minas e logo transformou-se no maior centro industrial da região. Em 1912 foi criada pela empresa de navegação baiana, a linha de Januária a Pirapora e foi elevada para quatro o número de viagens entre Juazeiro e a nova cidade. Em 1918, rompendo um monopólio exercido desde 1888 pela empresa baiana, formou-se a Companhia Indústria e Viação de Pirapora que, além da navegação, atuava em outros ramos de negócios. Por ocasião da visita de Mello Viana, Presidente do Estado de Minas Gerais, ao sertão do S. Francisco (1925), a Companhia já atuava em várias frentes. Segundo informações de Victor da Silveira,[149] ela possuía dois descaroçadores e prensa de fardos de algodão com ligação férrea até a estação da Central; uma fábrica de óleos vegetais de algodão, coco de babaçu e mamona com aproveitamento do bagaço da semente do algodão na fabricação de farinha para o gado leiteiro; uma fábrica de sabão, com equipamentos franceses, para aproveitamento dos óleos vegetais; dupla instalação elétrica, térmica e hidráulica, que fornecia energia para a fábrica e toda a cidade; e serviço de abastecimento d'água, com carneiros hidráulicos importados dos E.U.A., que servia também à população urbana. Noraldino Lima,[150] que acompanhou a comitiva de Mello Viana como repórter, escreveu sobre a Cia. Indústria e Viação de Pirapora:

> "Dessa visita tivemos todos a melhor impressão, já pelo aperfeiçoamento dos métodos por que é tratado ali o algodão, que atravessa descaroçadores possantes e outras máquinas modernas, já pela beleza e resistência da fibra, tendo aquele ilustre profissional (Astúrio Lobo)

---

149 SILVEIRA, Victor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

150 LIMA, Noraldino. op. cit. p. 97-8.

> nos informado ser do próprio vale, parte do mineiro, parte do baiano, todo o produto armazenado".

A ligação ferroviária com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, além de transformar Pirapora em centro comercial e industrial, alterou os tradicionais vínculos da região noroeste de Minas com a Bahia. As mercadorias provenientes do Rio e da capital mineira passaram a entrar com maior velocidade e quantidade, utilizando a estrada de ferro e a navegação a vapor:

> "Pirapora, que é a sede sul da navegação do São Francisco, está se tornando, assim, o centro irradiador da economia do rio. De lá partem, carregados de objetos manufaturados, os vapores de várias companhias. Com pesar, eu vi toneladas de caldeirões e panelas de ferro sabarense enchendo os porões e matando irremediavelmente a cerâmica ribeirinha tão original. Os tecidos mineiros e cariocas, a cerveja paulista, tudo isso sai de Pirapora para Minas, Goiás, (por Januária), Bahia, Piauí (pelo porto de Remanso) e Pernambuco, por Petrolina. Pirapora fornece o sertão do S. Francisco, dele recebendo quase tudo, exceto as peles, que tem seu mercado tradicional em Juazeiro. Só a Mineira transporta uma média de 25.000 quilos de produtos manufaturados para o sertão".[151]

5.4. A Navegação a Vapor

Os esforços para implantar a navegação a vapor na bacia do rio São Francisco datam do Império. A primeira experiência foi feita no rio das Velhas:

---

[151] CARVALHO, Orlando. O Rio da Unidade Nacional; o São Francisco. São Paulo, Nacional, 1937. p. 79.

> "Diante da grande casa branca da fazenda e da destilaria, agora pertencentes ao Tenente-Coronel Luís Nogueira Barbosa da Silva, estavam os destroços do primeiro vapor aparecido nestas águas, ou, mais que isso, em qualquer das vias de comunicação fluvial do interior do Brasil. M. William Kopke, que veio como intérprete da "Cocaes Gold Mining Company" e que obtivera uma concessão para a navegação a vapor no rio São Francisco, teve a iniciativa e a energia de construir o vapor em Sabará, em 1833-34. (...) foi obrigado a construir ele próprio, a maior parte da máquina e, às vezes, a empregar madeira onde era necessário metal. A experiência foi bem sucedida até ali, mas não para diante; o vapor tendo batido em um tronco submerso, afundou".[152]

A segunda experiência, também no rio das Velhas, se realizaria em 1869, quando o vapor "Saldanha Marinho", sob o comando do engenheiro Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, viajou, entre Sabará e a fazenda Jaguara, sofrendo vários encalhes. O vapor, importado de Bordéus, foi construído em 1867, por um contrato realizado entre o engenheiro e o governo de Minas. Experiência idêntica acontecia na Bahia, com a colocação em atividade do vapor "Conselheiro Dantas" mandado construir no Rio de Janeiro pelo então Presidente da Província, Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas. A navegação a vapor desenvolveu-se regularmente na seção inferior do rio S. Francisco, ligando Piranhas a Penedo, próximo do litoral. A navegação do trecho médio, entretanto, só seria efetivada com o advento da República.

A preocupação maior do governo imperial era a ligação com o litoral através da combinação entre o transporte fluvial e o ferroviário. Várias possibilidades foram aventadas, o que proporcionou sucessivas viagens de reconhecimento pelo rio e

---

152 BURTON, Richard. op. cit. p. 28.

seus afluentes, feitas por engenheiros contratados. A primeira delas foi empreendida pelo alemão, Halfeld, entre 1851-54. Além de fazer uma planta detalhada, ele deveria estudar a possibilidade de ligar as seções média e inferior do rio através de um canal que margearia o trecho encachoeirado que impedia a livre navegação. A obra foi considerada impraticável; a construção das estradas de ferro de Recife e Salvador até Juazeiro foi a alternativa encontrada pelo governo. Ao mesmo tempo foi feito o reconhecimento das possibilidades de navegação do rio das Velhas e do alto S. Francisco sendo o engenheiro francês Emmanuel Liais incumbido dessa função. Entre a desobstrução do alto S. Francisco até a cachoeira de Pirapora e a do rio das Velhas, o engenheiro francês aconselhou a segunda opção, tendo ele mesmo obtido concessão do governo imperial para a realização das obras. Muito trabalho e muito dinheiro eram necessários, e o engenheiro, não conseguindo arrancar do Ministério da Agricultura condições contratuais favoráveis, *abandonou* a empresa.

Retardada durante muitos anos a construção das vias férreas de Salvador e Recife até o S. Francisco, devido "a insuficiência de recursos das empresas que se organizaram para esse fim", na opinião de Elpídio Mesquita,[153] o governo imperial decidiu retomar a idéia da desobstrução do trecho encachoeirado. Para tal, contratou, em 1868, o engenheiro hidráulico Carlos Krauss:

> "Carlos Krauss procedeu ao reconhecimento geral do rio, no trecho de navegação embaraçada, ou duvidosa, de Piranhas a Sobradinho; contestando a opinião de Halfeld, declarou ao governo, em relatório, não ter dúvida alguma sobre

---

[153] MESQUITA, Elpídio de. História do Rio São Francisco. Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, s/d, p. 307.

> a desobstrução do canal até Vargem Redonda, estando também convencido das vantagens de estender-se a navegação do Alto São Francisco até Jatobá, não havendo, neste ponto, dificuldade em estabelecer-se uma linha férrea até o porto de Piranhas, na extensão de 15 1/2 léguas. Foi essa a gênese da atual estrada de ferro de Paulo Afonso. A sua história é simples e curta; custou, na construção 6.200 000$ e, desde que se inaugurou, até hoje tem dado déficits permanentes".[154]

Enquanto Krauss estudava a ligação entre o trecho inferior e o médio, Francisco Manoel Álvares de Araújo, em 1870, realizou novo reconhecimento das seções média e superior navegando no "Saldanha Marinho" pelos rios das Velhas e S. Francisco. Foi encarregado também de avaliar as condições dos rios Paracatu e Grande. Como se não bastassem tantas viagens exploratórias, outra comissão hidráulica, chefiada pelo engenheiro Milnor Roberts, foi contratada pelo gabinete Sinimbú em 1879. Nesse ano, entretanto, a navegação do São Francisco já estava comprometida pela chegada dos trilhos da Baía-S.Francisco até o porto de Juazeiro. Por influência política do Conselheiro Fernandes da Cunha a estrada foi dar em Juazeiro, forçando a navegação fluvial a enfrentar um trecho difícil entre Sento Sé e aquela cidade:

> "Não fosse a imposição do influente Conselheiro juazeirense, a atual Leste Brasileiro podia ter obedecido a outro traçado, rumando para o médio superior, livrando a navegação dos bancos e corredeiras que entulham o rio de Sento Sé até Juazeiro. Tendo de buscar, forçosamente, Juazeiro, que é o terminal da Leste, os vapores do São Francisco têm de ser os mais rasos possíveis, perdendo assim sua condição de veículo de transporte de cargas. Com pouco calado

[154] Idem, Ibidem, p. 307.

> e tendo de vencer perigosos trechos encachoeirados, os vapôres do São Francisco não proporcionam às mercadorias do Vale um transporte seguro e barato".[155]

Geraldo Rocha[156] sustentou posição idêntica, defendendo ainda que o trecho a ser utilizado pela navegação a vapor deveria ter sido menor:

> "Houve, no encarar o problema do São Francisco, erros capitais. Em 1500 quilômetros de navegação, cara pela diminuta profundiade do rio, projetou-se o escoamento para o mar nas duas extremidades do percurso, em Juazeiro e Pirapora. Assim, a mercadoria ficou sujeita ao longo trajeto fluvial, que poderia ser dispensável se fôssem preferidas como pontos de escoamento localidades próximas à foz do Rio Grande ou do Carinhanha. Se a Viação da Bahia, em vez de procurar Juazeiro, se dirigisse pela Central da Bahia em busca de Xique-Xique ou Barra, e se a Central do Brasil se encaminhasse por Montes Claros em direção às margens do São Francisco, na fronteira baiana, prestariam mais assinalados serviços à região do que se desenvolvendo nos areais de Pirapora ou Juazeiro".

Todas essas idas e vindas, incertezas e enganos da navegação do S. Francisco refletiam a ausência de uma política cientificamente aplicada às necessidades econômica do país:

> "O Brasil é, sem dúvida alguma, a terra dos grandes rios, mas ainda "não melhorados". Adquiriram, contudo má fama, e as vias fluviais foram deploravelmente negligenciadas, como na Índia Britânica. Com os capitais para financiamento das estradas de ferro obtidos na Inglaterra, mediante pesados juros, os vários modos de comunicação foram concretizados no sentido inverso de seu mérito. As comunicações pela água, vasto

---

[155] LINS, Wilson, op. cit. p. 209.

[156] ROCHA, Geraldo, op. cit. p. 9.

> e econômico recurso, que deveriam ter sido empreendidas em primeiro lugar, ficarão para o último; as estradas limitam-se ao uso da mula ou do carro-de-boi; e o Império está ameaçado com um sistema ferroviário de incrível inépcia".[157]

A fama de que os rios brasileiros, a exceção do Amazonas, não se prestavam a navegação a vapor, havia se espalhado. Burton[158] contestou:

> "A observação <u>in loco</u>, todavia, mostrou-me que os cursos inferiores de muitos rios podem ser ligados, por meio de estradas de ferro de pequena extensão, aos cursos superiores, que deveriam ser aproveitados para comunicações fluviais e tem sido completamente desprezados".

O mesmo autor criticava a inclinação dos governos brasileiros aos projetos monumentais e defendia uma política de transportes que levasse em conta a comunicação entre as localidades através de pequenas obras.

O governo Imperial, entretanto, além de dar prioridade às grandes obras, beneficiava o transporte ferroviário, concedendo provilégios a particulares, como a garantia de juros.

O deputado mineiro João da Mata Machado, entusiasta da navegação a vapor, lutou na Câmara do Império pela concessão de juros às companhias de navegação:

> "Já o governo-geral tem concedido garantias de juros sobre capital de 100.000:000$000 a empresas de estradas de ferro. Ainda ao orçamento da agricultura foi apresentada uma emenda da comissão, aprovada pela Casa, autorizando o governo a garantir mais juros até 20.000:000$ a empresas de estrada de ferro; as províncias têm

---

[157] BURTON, Richard. op. cit. p. 182-3

[158] Idem, Ibidem, p. 192.

> largamente favorecido a construção de vias-férreas; eu peço agora à câmara dos srs. deputados que aceite a emenda que proponho, isto é, que autorize o governo a garantir também juros às companhias que se encarregarem da desobstrução e navegação dos nossos rios".[159]

Em 1883, o deputado alcançou seu objetivo. Ele próprio se beneficiou da garantia de juros, formando a companhia "Viação do São Francisco". Antes porém de colocar um vapor no rio, sua empresa foi colhida pelas malhas do encilhamento e veio à falência. O acervo da empresa, que incluía o vapor Saldanha Marinho, foi arrematado pelo governo baiano. A Empresa Viação Central do Brasil, depois Empresa Viação do São Francisco, gozou de 1888 a 1917, pelo Decreto Imperial nº 9.964, de subvenção federal e monopólio da navegação no rio. Em 1917, a Empresa possuía onze vapôres em tráfego, a saber: "Pirapora", "Saldanha Marinho", "Rio Branco", "Severino Vieira", "Engenheiro Halfeld", "Juazeiro", "Antônio Olinto", "Mata Machado", "Carinhanha", "Alves Linhares" e "Prudente de Morais".

A abolição do monopólio baiano estimulou a criação de outras companhias, como a Companhia Indústria e Viação de Pirapora que, embora de domínio particular, possuía concessão do governo federal. Em 1925, o Decreto 16.562 transferiu o contrato dessa empresa ao Estado de Minas Gerais, que constituiu a Companhia Mineira de Navegação. No mesmo ano, o Presidente do Estado, Fernando de Mello Viana, realizou uma excursão ao rio S. Francisco para tomar as providências necessárias ao funcionamento da nova empresa. Desde 1920, na gestão de Raul Soares, que o governo mineiro estava interessado em melhorar a navegação do rio, dando-lhe um cunho de serviço público porque, segundo

[159] LIMA, Mário. Coletânea de Autores Mineiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.

Mello Viana, "o afã de lucro dos interesses particulares dava lugar a abusos e queixas". O Presidente mineiro concebeu um vasto plano de incremento da economia da região noroeste de Minas associado ao transporte fluvial. O plano centrou-se no desenvolvimento das lavouras de algodão e mamona e no aparelhamento da indústria madeireira e da pesca. A navegação a vapor no rio S. Francisco e seus alfuentes, o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha e o Verde Grande, seria complementada por estradas de rodagem que ligariam os portos às cidades interiores. Assim foram planejadas as estradas que ligavam Januária ao porto de Cajueiro, no Carinhanha; de Matias Cardoso a Espinosa, no Rio Verde; de São Francisco a Brasília de Minas; de Extrema de Montes Claros a Inconfidência; e de São Romão a Formosa. Em sua maioria, essas rotas já existiam, eram as estradas boiadeiras, caminhos estreitos e sem conservação.

O plano previa ainda a construção de portos (especialmente em Pirapora), a instalação de colônias à margem do rio e de um campo de sementes para seleção e distribuição à população local. Este plano foi realizado apenas em parte e não surtiu o resultado esperado de integrar o "vale do São Francisco na comunhão brasileira".[160] A navegação no São Francisco e seus afluentes dependia da desobstrução e da regularização dos seus leitos, obras difíceis e dispendiosas.

Em condições naturais, o rio S. Francisco oferecia muitos obstáculos à navegação. Nas cheias, ele não atingia a profundidade necessária porque espraiava-se pelas margens; nas secas, tornava-se raso demais. Por este motivo, tanto os vapores mineiros quanto os baianos sofriam diversos encalhes nas viagens. Alguns deles, mal planejados, ofereciam condições de

---

[160] LIMA, Noraldino. op. cit. p. 209.

tráfego durante apenas seis meses do ano. Orlando de Carvalho,[161] que escreveu uma reportagem sobre sua viagem em 1936, comentou:

> "Os navios de horário - 3 por mês - descem com manufaturas, principalmente para a zona baiana e alguns com um pouco de sal e de lá trazem algodão e mamona, que tomaram em lugar de peles e manufaturas deixadas em Juazeiro.
>
> No momento a frota mineira está dando conta do recado. Convém, entretanto assinalar a sua inadequação ao rio. Os maiores vapores - "Halfeld" e "Raul Soares" só navegam 4 a 5 meses no ano, por excesso de calado, e os pequenos, comprados um pouco a esmo, nem todos estão dentro da medida do rio".

As dificuldades naturais de navegação, a necessidade de vapores com porões rasos e a inadequação de alguns às dimensões do rio, impediram que os vapores cumprissem a sua principal função econômica, provocando um aumento exorbitante no preço dos fretes. Carlos Lacerda,[162] numa reportagem de 1937, anotou os altos preços do transporte de mercadorias e a incapacidade dos vapores para atender a demanda do mercado:

> "O preço do frete é exorbitante...
>
> Por toda a parte, em tempo de exportar, vêm-se fardos de algodão, fumo, couro, expostos ao tempo, a espera de lugar a bordo.
>
> (...) Na maior parte das cidades, não há portos estáveis; em nenhuma existem serviços de carga, descarga e armazenagem.
>
> Se ancorarem dez navios grandes no porto de Januária, saem carregados, diziam-nos um antigo morador da cidade".

Atualmente, dos mais de vinte vapores que sulcaram o rio restam dois, que servem de atração turística. A decadência

---

[161] CARVALHO, Orlando. op. cit. p. 77-8.

[162] LACERDA, Carlos. op. cit. p. 119-20.

da navegação a vapor e o descaso dos governos pelo seu desenvolvimento é um reflexo da dependência histórica do país à economia de exportação. O desenvolvimento do mercado interno através do estímulo às trocas pelo interior foi sempre relegado a segundo plano.

Apesar da necessidade de obras caras de engenharia, a navegação é o meio de transporte mais econômico porque a manutenção é extremamente barata. Com quase mil e quinhentos quilômetros livres, afora os afluentes, o rio São Francisco continua inexplorado em suas potencialidades.

5.5. Coronéis e Jagunços: violência política e banditismo social

A luta pelo poder local, muitas vezes sangrenta, marcou a história política da região sanfranciscana. "Potentados" na Colônia, "régulos de aldeia" e "coronéis" no Império e na República, são designações para uma só figura típica: o chefe político local. Na Colônia eles tiveram o poder absoluto da região e eram raramente questionados, como no caso da Sedição de 1736. No Império e na Primeira República, sustentaram o mando mas com o aval dos poderes centrais. Afastados dos centros de decisão política, os chefes locais, amparados por seus "parentes" (incluindo os agregados), eram os responsáveis pela manutenção da ordem e da justiça. A solução encontrada pelo Império para incorporar esses "chefes" ao controle do poder central foi a criação da Guarda Nacional, que deu aos potentados patentes militares que os legitimavam como membros da política oficial.

Na primeira República, com o fortalecimento da federação e do município e com a ampliação do voto, o fenômeno do

coronelismo se institucionalizou. Os grupos políticos interessados no controle estadual buscavam apoio eleitoral nos coronéis em troca de benefícios para os chefes locais e seus municípios. Facções se degladiavam em torno do poder, mas eram governistas para todos os assuntos exteriores ao município. Apoiavam o mesmo governador para evitar que depois das eleições fossem nomeadas autoridades policiais, fiscais, educacionais e sanitárias destinadas a fortalecer o grupo adversário.

Maria Isaura de Queiroz, analisando o coronelismo do ponto de vista sociológico, afirmou que no Vale do São Francisco, durante as primeiras décadas do século XX, "parecia existir a estrutra coronelística em sua forma mais exacerbada"...[163] De acordo com a autora, o poder do coronel se fundava em três elementos: a riqueza, a parentela e as qualidades pessoais de mando:

> "Pode-se dizer, pois, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder colocando-o em situação de fazer favores; a existência da parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes, o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era sempre um "primus inter pares".[164]

O poder econômico do coronel, como especifica a autora, não se baseava somente na propriedade da terra mas também na casa de comércio. Além disso, mais importante que o tamanho dos latifúndios era o número de agregados que neles trabalhavam. Em tempo de guerra, estes últimos e os vaqueiros constituíam

---

[163] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. op. cit. p. 174

[164] Idem, Ibidem, p. 178

o exército de jagunços do coronel.

Wilson Lins, ao contar a história de seu pai, Franklin Lins de Albuquerque, chefe político de Pilão Arcado, buscou explicações para o fenômeno do coronelismo nas contradições internas das classes dominantes e relacionou-o com a valorização da borracha no começo do século XX. O autor analisou as lutas pelo poder como resultado do choque entre as "velhas oligarquias rurais fundadas no absolutismo feudal" e "as forças novas da burguesia comercial".[165]

Proprietário de maniçobais e de uma casa comercial, o coronel Franklin foi convertendo os lucros em propriedades rurais. Com a queda da borracha dedicou-se à indústria de beneficiamento de algodão e da cera de carnaúba, terminando seus dias em Salvador, transformado em "arguto movimentador de capitais, dirigindo uma firma exportadora influente no mercado internacional de ceras vegetais".[166] Para chegar ao poder, o coronel Franklin teve de lutar contra a parentela de José Corrêia de Lacerda que, segundo Lins, "eram figuras apagadas, pequenos comerciantes retalhistas, parasitas do povoado, sem ligação com o campo".[167] A vitória do coronel Franklin só foi possível graças ao apoio das antigas famílias rurais da região que "se uniram a Franklin Lins de Albuquerque e aos comerciantes da vila, contra os pequenos-burgueses burocratas e policialescos da família Corrêia".[168]

> "Como era natural, as antigas famílias ligadas à pecuária não podiam aceitar a dominação da

---

[165] LINS, Wilson. op. cit. p. 75.

[166] Idem, Ibidem, p. 87.

[167] Idem, Ibidem, p. 78.

[168] Idem, Ibidem, p. 82.

> gente burguesa dos povoados, de espírito mercantilistas, sem interesses na gleba. Preferiam a Franklin, descendente de uma velha família agrária do Nordeste, que, desde que chegou a Pilão Arcado, foi convertendo os lucros de sua casa comercial em propriedades rurais.
>
> (...) As contradições internas naturais nas classes dominantes, fizeram com que Franklin, que (juntamente com João duque, Rodrigo de Magalhães, Horário de Matos; etc) representava, no sertão, as forças nascentes do novo regime, fosse levado ao poder em Pilão Arcado, com a ajuda das velhas famílias feudais".[169]

A teoria sustentada por Wilson Lins pretende explicar o coronelismo como resultado do conflito entre as oligarquias rurais contra a nova burguesia comercial, o que ficou desmentido pela própria história que narrou, pois o coronel Franklin chegou ao poder com o auxílio das antigas famílias locais. Interpretar as lutas como choques entre grupos de parentela, ligados à terra e ao comércio, contra os pequenos comerciantes urbanos é pouco convincente. Quando o comércio das cidades não era dominado pelos fazendeiros, eram os comerciantes que se transformavam em grandes proprietários rurais, como no caso do coronel Franklin.

O autor termina por enovelar-se em sua própria teoria:

> "Foi uma luta encarniçada, igual a tantas outras que ensaguentaram o vale naquela mesma época, época de transição, em que um novo caudilhismo nascia para sustentar as conquistas de uma nova classe social que surgia nas barrancas do grande rio. A burguesia comercial dos pequenos centros urbanos da ribeira, <u>depois de derrubar o feudalismo dos fazendeiros</u>, lutava entre si". (grifo nosso)[170]

---

[169] Idem, ibidem, p. 83.

[170] Idem, Ibidem, p. 82.

Na verdade, não é possível fazer uma distinção social ou ideológica entre as facções que disputavam o poder. Embora sempre se configurasse uma "situação" e uma "oposição", ambas eram constituídas por coronéis, chefes de uma clientela, que lutavam pelo poder político municipal e, consequentemente, pela ampliação e manutenção do poder econômico e do "status" social. Onde existiam duas parentelas poderosas, as disputas normalmente descambavam em violência. Quando eram três ou mais famílias, havia uma tendência à composição política; e houve casos em que apenas um coronel e seus parentes comandaram o município durante anos.

Diante das lutas, a atitude dos governos estaduais foi quase sempre omissa:

> "Casos há em que o Governo Estadual, agastado por qualquer motivo com a situação dominante em um município, vê com boa sombra a sublevação do partido contrário. Considera o fato como prova da falta de prestígio do partido dominante, e nele se baseia para transferir seu apoio.
> (...) Declarada a luta armada, raramente tomam os governos estaduais providências enérgicas. Registram-se casos em que se mantiveram como que neutros diante da luta, para apoiar o vencedor. Comumente preferem tratar com os partidos, examinar a questão e oferecer-lhes solução suasória. Resultam verdadeiros tratados de paz que dividem as posições e que chegam até a criar novos municípios".[171]

No sertão noroeste mineiro, todos os municípios (a exceção de São Romão, onde o Coronel Saint Clair Valadares se manteve sempre no poder), assistiram a lutas deste tipo. Em Pirapora disputavam os "Ramos" e os "Nascimentos", em São Francis

---

[171] REGO, L.F.M. op. cit. p. 195-6.

co os "gaviões" contra os "morcegos"; em Januária "luzeiros" e "escureiros"; em Paracatu os "merendinhas" e os "cataventos". Januária, São Francisco e Carinhanha se destacaram pelo nível de violência ali verificado. Tornou-se famosa na região a resposta dada por João Duque, chefe político de Carinhanha, quando perguntado se já tinha assassinado muitos homens: — "Meu filho, em política não há assassinatos: há remoção de obstáculos".[172]

Em 1879, Theodoro Sampaio, viajando junto com a comissão de Milnor Roberts, presenciou em Januária o conflito provocado por um conservador, conhecido por Neco, que chefiava cerca de 400 jagunços. Esse "exército", aquartelado em Jacaré, próximo a Manga, atacou Januária, pôs a correr as autoridades e tomou o poder na cidade. Ao chegar em Manga, a comissão encontrou as ruas desertas e as casas fechadas. A população supôs que chegava a Força Pública para reprimir os revoltosos:

> "Contaram-nos os mais animosos que se tinham deixado ficar, que, por uma questão política, a gente da Januária entrou em luta encarniçada, uma parcialidade contra outra, valendo-se de ódio velho e de muita intriga como só acontece nesses sertões apartados. O grupo ou parcialidade que não tinha por si as autoridades retirou-se rio abaixo e veio fazer seu quartel general no lugar Jacaré, onde o Neco, seu chefe, reunia um verdadeiro exército de jagunços com o qual pretendia tomar desforço, e reentrar triunfante na cidade donde fora expelido com os seus amigos, e cruelmente maltratado. Era um verdadeiro estado de guerra.
>
> Do Jacaré não saía barca. O bloqueio do rio era completo. Ninguém ali passaria sem o placet do Neco".[173]

---

[172] LINS, Wilson. op. cit. p. 111.

[173] SAMPAIO, Theodoro. op. cit. p. 117.

Apesar de presente aos acontecimentos, Theodoro Sampaio não conseguiu explicá-los satisfatoriamente. O álbum comemorativo do primeiro centenário de Januária,[174] consultado na biblioteca local, é mais esclarecedor. Januária era dominada pelo partido liberal. Um dos membros do partido foi envolvido numa questão judicial sendo chamado um advogado da Bahia para acusá-lo. Os liberais o expulsaram da cidade e Neco, interessado na questão, organizou seu exército para fazer justiça com seus próprios meios. Tomou Januária e de lá só saiu após a intervenção do governo central.

Brasiliano Brás,[175] historiador e político da cidade de São Francisco, narrou fatos semelhantes ocorridos naquela cidade no ano de 1896. Ali os conservadores e liberais tinham a alcunha de "gaviões" e "morcegos", respectivamente. Os conservadores estavam no poder. Em represália ao assassinato de um liberal pelo guarda-costas do chefe do partido adversário, os "morcegos", dando vazão a uma antiga rixa, ocuparam a cidade com um grupo de 40 jagunços e assassinaram o chefe "gavião", o juiz Antero, e seus aliados. Os liberais permaneceram no poder até que, um mês depois, as tropas de Ouro Preto chegaram ao local e os desalojaram do governo, prendendo-os e processando-os. Entre os revoltosos estavam o chefe liberal, Antônio Joaquim Nunes Brasileiro; um fazendeiro abastado, Rodrigo Ribeiro de Moura, o "Rodrigão"; um grande comerciante, Euzébio da Silva Pereira e um padre, João Martins de Abreu. Conforme Brasiliano Brás, as tropas da Força Pública praticaram atrocidades provocando pânico na cidade e o êxodo de parte da população.

---

174 PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA. Álbum Comemorativo do Primeiro Centenário. Januária, Prefeitura Municipal, 1962.

175 BRÁS, Brasiliano. São Francisco nos Caminhos da História. São Francisco, Lemi, 1977. p. 85-102.

As histórias de Januária e São Francisco se parecem. A violência era a prática mais comum adotada pela política local. As diferenças sociais e ideológicas entre as facções não eram significativas. Comerciantes e fazendeiros compunham a elite dos dois grupos. Quando em luta, essa elite mobilizava seus agregados, que se transformavam em jagunços. A disputa tinha por objetivo o mando político e o consequente usufruto dos benefícios (verbas e nomeações) advindos do governo estadual. A Força Pública, instrumento de repressão da administração central, não raro cometia abusos.

A violência, entretanto, não foi um recurso utilizado somente pelas elites locais e pela Força Pública. Pequenos proprietários espoliados e homens sem terra também a utilizaram, como prova a história de Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, figura representativa do banditismo social em Minas Gerais.

Originário de Pilão Arcado, na Bahia, Antônio Dó veio para Minas junto com a família fixando-se inicialmente no rio Claro, vale do Urucuia e depois no latifúndio Boa Vista, próximo à cidade de São Francisco, como pequeno proprietário.

De acordo com Brasiliano Brás,[176] Dó "tornara-se estimado e gozava de excelente conceito na cidade, onde possuía casas nas ruas principais". Na fazenda, ele dedicava-se à criação de gado e à plantação de cana e feijão.

> "A fazenda Boa Vista naquele tempo era um latifúndio ainda em estado de comunhão. Cada condômino, respeitado o direito de terceiros, podia cercar a porção de terras que lhe conviesse, tendo em vista a força de títulos de domínio".[177]

---

[176] Idem, Ibidem, p. 378.

[177] Idem, Ibidem, p. 379.

O vizinho de Antônio Dó, Manoel Porto, vulgo Chico Peba, morador mais antigo, havia cercado um "olho d'água" para uso de seu gado e Antônio, baseado no precedente, intentou cercar outro manancial, entrando em conflito com o vizinho que dizia ser aquela água fonte comum de servidão pública. Chico Peba era um dos membros da política situacionista de São Francisco, na época dominada pelos "gaviões" sendo que Antônio Dó havia se filiado aos "morcegos". Utilizando sua influência política, Chico Peba conseguiu que a Câmara Municipal despachasse para Boa Vista um fiscal, acompanhado de escolta policial. A cerca de Antônio Dó foi destruída mas o insistente sitiante a reconstruiu. A Câmara considerou aquilo um desacato e passou o caso para a polícia. Intimado a depor, Antônio Dó não suportou a humilhante forma de tratamento que recebeu do capitão Américo e o agrediu. Brasiliano Braz e Saul Martins[178] contam que Antônio, irritado, derrubou o capitão e montado sobre ele o obrigou a andar de quatro em plena delegacia. Ficou preso trinta dias, foi processado e depois absolvido pelo juiz da Comarca de Januária.

Antes de sua prisão, um outro acontecimento deixara Antônio Dó revoltado com a justiça local: seu irmão Honório havia sido assassinado pelo seu cunhado, Marcelino, e o crime não fora apurado. O cunhado, protegido dos "gaviões", vinha roubando o gado de Honório e vendendo a carne aos açougues da cidade. Descoberto e temendo vingança, Marcelino matou Honório. O delegado, major Anacleto José dos Santos, que já tinha uma rixa com Antônio Dó por uma questão de comércio de rapaduras (o major desistiu de uma compra já combinada, causando prejuízo a Antônio) não investigou o assassinato, nem puniu o culpado.

---

[178] MARTINS, Saul. Antônio Dó; o jagunço mais famoso do sertão. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1967.

Como se não bastasse, durante o período em que esteve preso, Antônio teve sua pequena propriedade saqueada pelo cunhado.

Ao sair da prisão, sentindo-se humilhado e perseguido, Antônio foi para a localidade de Olhos d'água, a nove léguas de Januária, onde reuniu um grupo de jagunços e partiu para a desforra. A 31 de maio de 1913, ele entrou na cidade de São Francisco, entrincheirou-se com seu bando no mercado municipal e exigiu uma indenização pelos prejuízos causados a ele e a seu irmão Honório. A negociação entre o bando e as autoridade, mediada por um farmacêutico, não surtiu resultado imediato, devido a resistência do juiz. Dó concordou em esperar e rumou para sua fazenda em Boa Vista. No dia 1º de junho, a Força Pública, auxiliada por uma tropa vinda de Belo Horizonte, atacou Antônio Dó e foi derrotada pelo bando. Nesse combate morreu afogado o alferes João Baptista de Almeida, comandante da tropa, quando tentou atravessar o rio Pardo, em fuga. A morte do oficial repercutiu em Belo Horizonte e a partir disso Antônio Dó foi tenazmente perseguido.

Na primeira semana de junho, partiu da Capital uma coluna militar, depois reforçada por destacamentos de Diamantina e municípios vizinhos, para eliminar os jagunços. Divididos em colunas de captura, cerca de 200 soldados não conseguiram entrar em combate frontal com o bando. Segundo Saul Martins,[179] "Familiarizado com a região e protegido por fazendeiros, Antônio Dó enveredou-se pelo sertão adentro, a toda brida, fugindo dos valentes milicianos (...) com destino a aldeiazinha de Várzea Bonita, onde morava seu irmão Herculano Antunes de França Dó". Uma coluna formada por dois pelotões de guerra, num total de oitenta homens, era comandada pelo alferes Félix Silva,

---

[179] Idem, Ibidem, p. 39-40.

o Felão. Na madrugada de 16 para 17 de junho, ela atacou a aldeia e entrou em combate com o bando. O Anuário de 1918[180] publicou notícia do jornal "A Luz", semanário de Januária, em cuja redação estiveram os habitantes sobreviventes do combate de Várzea Bonita, e que relataram o ocorrido:

> "Na Várzea Bonita, povoado deste município e sito em campo aberto, com cerca de 30 casas e 1 capelinha, a 16 léguas do rio Pardo e a 30 léguas da cidade de S. Francisco, deu-se sinistra hecatombe, na madrugada de 16 para 17 de junho de 1913, caindo aí varados por balas da polícia mineira, em combate com o bando de Antonio Antunes de França (vulgo Antônio Dó), os pacíficos habitantes desse lugarejo, que pertence ao município de Januária. Eram agricultores os moradores da Várzea Bonita, cujos fundadores, o velho Ludgero e sua mulher, foram também vitimas do tiroteio. A força do Estado, com 80 praças, sob o comando dos tenentes Félix Rodrigues da Silva e Raymundo de Mello Franco, sitiou o arraialete e, depois de cerrada fuzilaria, incendiou todos os casebres, exceto a Capela.
>
> (...) Queixaram-se ter sido a Capela, única edificação sobreexistente a fúnebre luta, destinada a servir de cozinha, cadeia e de estrebaria para animais cavalares, havendo desaparecido duas imagens.
>
> Acrescentaram ter morrido doze inocentes e dois jagunços, havendo Antônio Dó se retirado do campo da peleja, com os demais do seu bando, às 7 horas da manhã.
>
> As casas ou choças incendiadas foram 28. Pela força pública foram sepultados os mortos; mas com os vivos cometera ela violências escusadas".

Saul Martins, embora tenha pertencido à Força Pública, não perdoou seu companheiro de armas, o Felão, e narrou as atrocidades cometidas pela polícia. Passando três dias numa fazenda próxima a Várzea Bonita, o alferes, sabendo que a população

---

[180] SENNA, Nelson de. op. cit. p. 800-1.

do lugar costumava cantar uma "décima" com o seu nome, pois ele era conhecido na região por ali ter sido delegado, mandou reunir o povo para cantar os versos:

> "Em pouco estava formada a roda, engrossada com pessoas da redondeza, para esse fim requisitadas. Todos nus, homens e mulheres, alternadamente, fechado o círculo, cada um dos quais teve que enfiar o dedo médio esquerdo no seu próprio reto e a mão direita apoiada no ombro do vizinho. Assim dispostos e estimulados por uma taca de couro cru iam cantando as mulheres e assobiando os homens, enquanto a roda andava e desandava ao ritmo de pancadas no assento de uma cadeira de tampo de sola, à guisa de tambor, marcado por um dos soldados que se colocara no centor:
>
> "Felão vei?
> Num vei, não!
> Pru que num vei?
> Num sei, não!
> Felão, Felão, Felão
> O Alfere da mardição!"
>
> Em torno, os soldados bebiam pinga e faziam algazarra. E o batuque prosseguiu até à noitinha, quando se retiraram, deixando o oficial a mais hedionda marca de sua malvadez e um nome tristemente célebre".[181]

Antônio Dó, apesar das notícias que circularam sobre sua morte, sobreviveu ao combate de Várzea Bonita. Fugiu com 17 jagunços para o município de Côcos, na Bahia, e depois para Sítio D'Abadia, em Goiás, onde recebeu proteção do latifundiário Coronel Joaquim Gomes Ornellas.

Em 1914, a Força Pública organizou nova investida contra o bandoleiro. Desta vez sob o comando do alferes Otávio Campos do Amaral à frente de vinte e dois homens. Mais dois

---

[181] MARTINS, Saul. op. cit. p. 50-1.

combates foram travados nas fronteiras entre Minas, Bahia e Goiás. O bandoleiro, apesar de perder alguns homens, novamente escapou ileso, o mesmo não acontecendo ao comandante da Força que, ferido em combate, foi forçado a um longo tempo de recuperação em terras do coronel Ornellas. Ainda debilitado, o alferes foi intimado pelo coronel a se retirar, desistindo de dar novo combate aos jagunços:

> "O Alferes Amaral, mesmo fraco, muito pálido, resolveu arriscar-se pelos sertões, em retirada. Sabia que era debalde qualquer investida contra o bando, que adotava a técnica de guerrilhas. E o Alferes sabia que não há defesa contra esse sistema de guerra, porque a luta é desigual e os objetivos são diferentes. Enquanto os milicianos procuravam engajar-se em combate leal, os bandidos fugiam e só apanhavam a tropa no lugar previsto e, mesmo assim, não se demoravam na luta. Davam umas três descargas e corriam dispersos, prontos a se reorganizarem adiante, em local combinado.
>
> Era impossível, com os meios de que dispunham, vencer inimigo dessa natureza, tão esquivo e inconstante, volúvel como a fumaça".[182]

Além do aspecto militar, que diminuía as chances dos soldados, havia também a questão política dessa perseguição, pois Antônio Dó se achava sobre a proteção do coronel Ornellas e uma derrota da Força Pública podia "influir negativamente sobre a autoridade do governo".[183]

A partir de 1914, a milícia deixou de perseguir o bando. Antônio Dó se transformou então numa espécie de juiz popular da região, sendo chamado para arbitrar conflitos de terras e questões de vinganças. A intervenção de Dó nos conflitos se deu sempre a favor dos mais pobres e, na hora da partilha, o

---

[182] Idem, Ibidem, p. 76-7.

[183] Idem, Ibidem, p. 77.

famoso bandido ficava com uma percentagem para si.

Saul Martins[184] contou três casos em que Antônio participou como árbitro. No primeiro deles, tomou o partido de um posseiro que havia ocupado terras férteis mas abandonadas, de um farmacêutico, na região do Urucuia.

No segundo, defendeu os interesses de cinco irmãos negros, agregados de uma fazenda próxima ao rio Acari, propriedade de uma viúva que se negou a pagar os criados. Antônio Dó repartiu os bens da viúva entre os negros, separando para si noventa e duas cabeças de criação.

No terceiro caso, ele se colocou ao lado de lavradores pobres, prejudicados por uma divisão de terras feita por um agrimensor, a serviço de um coronel, nos gerais de São Felipe. Desta vez Dó foi chamado por um padre, Joaquim Nery Gangana, que lhe prometeu uma recompensa em dinheiro caso ele forçasse o agrimensor a retificar as medições feitas, dando a cada um o que era seu. O bandoleiro sequestrou o agrimensor e obrigou-o a indenizar os lavradores prejudicados.

O agrimensor era genro do Coronel Andrade, o interessado na demarcação. Segundo Brasiliano Brás, esse coronel era Agente Executivo de Brasília de Minas e comandava um grande número de agregados. Dois deles foram contratados para se infiltrarem no bando de Antônio Dó e assassiná-lo. Em novembro de 1929, Antônio Dó foi morto à traição. O jornal "Estado de Minas" noticiou o fato:[185]

> "Felizmente Antônio Dó morreu. - Podem, agora, repousar tranquilas as inúmeras localidades

---

[184] Idem, Ibidem. p. 81 a 91.

[185] Idem, Ibidem. p. 122.

> que ele aterrorizou por tanto tempo, notadamente a cidade de S. Francisco o alvo predileto de sua vandálica cobiça".

Sobre o destino do bando de Antônio Dó, os autores divergem. Brasiliano Brás afirma que o grupo debandou ao primeiro contato com a polícia. Saul Martins dá notícia de investidas do destacamento comandado pelo major Getúlio Manso da Fonseca contra remanescentes do bando que ainda assim conseguiram escapar. Só mais tarde o comandante da polícia de Januária, Gregório de Souza Santos, conseguiria localizá-los e fazer alguns prisioneiros. Os que escaparam foram mortos meses depois. Manuel Ambrósio,[186] historiador de Januária, narrou de forma diferente a morte do bandoleiro. Segundo ele, antes da morte do líder, o bando se subdividira em vários grupos, delimitando zonas de atuação. Um dos chefes, Félix, teria assassinado Antônio Dó,para roubá-lo.

As divergências entre os autores situam-se em questões de menor importância. Concordam, entretanto, nos aspectos principais: os motivos de Antônio Dó para entrar no banditimo os choques com a Força Pública e as questões nas quais se envolveu até a sua morte, após dezessete anos de luta nos sertões de Minas (Brasília, São João da Ponte, Lontra, Santo Antônio, Serra das Araras, São Romão, Januária, São Francisco, Paracatu), da Bahia (Carinhanha e Côcos) e de Goiás (Sítio d'Abadia, Posse e Riachão).

A história de Antônio Dó adequa-se às colocações de E.J.Hobsbawn a respeito do banditismo social. Considerando-o como um dos fenômenos mais comuns da história universal, o autor localizou a gênese do banditismo:

---

[186] AMBRÓSIO, Manoel. Antônio Dó; o bandoleiro das barrancas. Januária, Prefeitura Municipal, 1976.

> "Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se si tuam entre a fase evolucionária da organização tribal e de clã, e a moderna sociedade capita lista e industrial, incluindo porém as fases da sociedade consaguínea em desintegração e a tran sição para o capitalismo agrário".[187]

O sertão noroeste de Minas situa-se no segundo caso. Ao narrar o conflito de Antônio Dó com seu vizinho Chico Peba, no *latifúndio Boa Vista, Manoel Ambrósio*[188] escreveu:

> "Estava no auge da ganância a divisão terri torial (...) brotavam na terra "agrônomos" des caradamente improvisados, retalhando latifún- dios desvalorizados por preços abusivos. (...) Muita gente ficou sem suas propriedades. Ora, quase que acontecia o mesmo com Dó, reduzida sua fazenda a bem estreitas condições, com o seu ga do sem ter a liberdade de passagem para o rio".

O cercamento de terras, fato que motivou a entrada de Antônio Dó para o banditismo, é um dos sinais da substituição do sistema pré-capitalista, por um regime de capitalismo agrá rio. Hobsbawn acrescenta:

> "De outra parte, o banditismo social consti tui fenômeno universal, que ocorre sempre que as sociedades se baseiam na agricultura (inclu sive as economias pastoris), e mobiliza princi palmente camponeses e trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por senhores, burgos, governos, advogados, ou até mesmo ban cos".[189]

Não resta dúvida que Antônio Dó foi vítima dos confli tos políticos da cidade de São Francisco. A perseguição aos simpatizantes das facções alijadas do poder era uma prática

---

[187] HOBSBAWN, E. J. Bandidos. Rio de Janeiro, Forense-Univer sitária, 1975. p. 12.

[188] AMBRÓSIO, Manoel. op. cit. p. 22.

[189] HOBSBAWN, E. J. op. cit. p. 13.

comum nessa época. A justiça, a polícia e a câmara municipal existiam apenas para aqueles que compunham o partido majoritá rio e eram o tormento dos oposicionistas.

Também nos aspectos menores, a história de Dó vai de encontro às considerações de Hobsbawn: o surgimento do banditismo em áreas remotas; o apoio dado aos bandidos pela população camponesa (considerando-os heróis e paladinos da justiça); o número médio de combatentes destes bandos, que em todos os Continentes somavam dez a vinte homens; a ascensão social do bandido através da acumulação de riqueza e poder; a ausência de ideologia revolucionária e de organização política entre os bandidos. Sobre este último aspecto, o autor comenta:

> "Se os bandidos têm realmente um "programa", será tal programa a defesa ou a restauração da ordem de coisas tradicionais "como devem ser" (o que nas sociedades tradicionais significa a maneira como se acredita que tenham sido em algum passado real ou mítico). Os bandidos corrigem os erros, desagravam as injustiças e ao assim proceder aplicam um critério mais geral de relações justas e equitativas entre os homens em geral, em particular entre os ricos e os pobres, os fortes e os fracos. Trata-se de um objetivo modesto, que permite aos ricos continuarem a explorar os pobres (mas não além daquilo que tradicionalmente se aceita como "justo"), aos fortes oprimirem os fracos (mas dentro dos limites do aceitável, e tendo-se em mente seus deveres sociais e morais); (...) Nesse sentido os bandidos sociais são reformadores, e não revolucionários".[190]

O apoio dado aos bandos por fazendeiros também é tratado por E.J.Hobsbawn. Os jagunços precisam dos proprietários de terra para negociar o fruto dos saques, hospedar os bandos e estocar armas e munições; os fazendeiros, por seu lado, preferem

[190] Idem, Ibidem, p. 19-20.

fazer negócio com os bandidos a terem que invocar a proteção de autoridades. De acordo com o autor, "tal apelo quase certamente provocará o envio de uma força expedicionária armada, que arrasará a economia da aldeia ainda mais que os bandidos". Além disso as autoridades policiais tendem a crer que a população local protege os bandoleiros não distinguindo os camponeses pobres dos fazendeiros.

Entretanto as relações entre esses dois grupos podem ser entendidas num contexto mais amplo, onde o coronelismo e o banditismo surgem como faces inter-dependentes de uma mesma sociedade:

> "Nas áreas governadas por proprietários de terras pré-capitalistas, o jogo político lança mão das rivalidades e relações das principais famílias e de seus respectivos seguidores e clientes. Em última análise, o poder e a influência do chefe de tal família repousa no número de homens que ele tem a seu serviço, oferecendo proteção e recebendo, em troca, aquela lealdade e aquela dependência que são a medida de seu prestígio e, consequentemente, de sua capacidade de estabelecer alianças: comanda assim lutas armadas, as eleições ou o que mais determina o poder local.
>
> (...) Esta é a situação ideal para o florescimento do banditismo. Ela proporciona uma necessidade natural e um papel político para os bandidos, um reservatório local de homens armados e descomprometidos que, caso possam ser induzidos a aceitarem a proteção de algum aristocrata ou rico proprietário, aumentará enormemente o prestígio deste e poderão, no momento azado, lutarem por ele ou atuarem como cabos eleitorais (além disso, as redes de servidores mantidas pelos nobres proporcionam emprego conveniente para bandidos isolados, reais ou em potencial). Um sensato chefe de salteadores cuidará de se aliar apenas à facção dominante, capaz de lhe garantir proteção efetiva, mas mesmo que não aceitar tutela, pode estar bastante seguro de que os figurões locais o tratarão como um aliado

> em potencial e, consequentemente, como um homem com quem se devem manter boas relações. (...) Seja como fôr, onde as famílias que possuem terras brigam e contendem, formam e desfazem alianças, disputam heranças e armas, as mais fortes acumulando riqueza e influência sob os cadáveres das mais fracas, é naturalmente muito amplo o raio de ação de bandos de bandoleiros chefiados por homens que já não têm o que perder.
>
> Por conseguinte, a estrutura política rural nas condições que produz o banditismo exerce dois efeitos. Por um lado, ela gera, protege e multiplica os bandidos; por outro, integra-os no sistema político".[191]

A longa sobrevivência de Antônio Dó no banditismo pode ser explicada, em parte, pelo apoio recebido de coronéis. Devem ser considerados ainda: a distância e a dificuldade de comunicações com a capital; o uso da técnica de guerrilha aliada ao conhecimento do terreno; a operação em área de fronteira com outros Estados, o que na Primeira República significava a possibilidade de variar de jurisdição e, finalmente, o apoio do campesinato que via no bandoleiro uma esperança de libertação.

O coronelismo e o banditismo social, fenômenos de uma sociedade pré-capitalista, irão desaparecer gradativamente a partir de 1930 quando a centralização política e a unificação do mercado interno transformaram o quadro geral do país. A urbanização e a industrialização, como apontou Maria Isaura de Queiroz,[192] substituíram as relações pessoais e afetivas por relações impessoais e de indiferença; incrementaram a solidariedade horizontal e enfraqueceram a solidariedade vertical. Por outro lado, medidas jurídicas de cunho político diminuíram

---

[191] Idem, Ibidem, p. 89-90.

[192] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. op. cit. p. 180-5.

o poder das Câmaras Municipais, reduto institucional do coronelismo. A lei eleitoral de 1916 retirou das câmaras o alistamento e a apuração eleitoral passando-as para o poder judiciário. A regulamentação do cargo de prefeito reduziu ao mínimo as funções administrativas das câmaras, que também perderam para a polícia o poder de repressão. Finalmente, o desarmamento do sertão empreendido depois de 30, aliado a uma campanha rigorosa dos governos estaduais no combate à violência, resultaram no enfraquecimento do coronelismo e no desaparecimento do banditismo social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final dessa dissertação, creio que ainda há muito a pesquisar sobre a história do sertão noroeste de Minas Gerais até 1930. O aprofundamento dos diversos temas tratados esbarrou na proposta de realização de uma síntese. Além disso, o tripé economia, política e sociedade revelou-se insuficiente, como instrumento metodológico, para abarcar o processo histórico como um todo.

A ciência da História, até o século XVIII, ocupou-se basicamente dos fatos político-administrativos; no século XIX incorporou a análise sócio-econômica, hoje, ressente-se de um enfoque antropológico-cultural.

No período colonial, temas como a divisão da propriedade dá terra, a escravidão negra e indígena e as relações de poder merecem melhor tratamento; no século XIX e XX, a estrutura do coronelismo, a história da navegação é das tropas e os movimentos de população, necessitam aprofundamento. O que dizer então dos aspectos não abordados, mas fundamentais para uma visão global da região, como o espaço ecológico, os hábitos cotidianos, os mitos e as crenças, a música, a poesia, a dança e a fala?

O tratamento de todos esses assuntos comporia um quadro histórico-antropológico que, penso, seria a única maneira de compreender a fundo a história do sertão. Hoje, essa tarefa exigiria a participação de muitos especialistas e a combinação da pesquisa documental com a pesquisa de campo. Ao historiador caberia realizar a síntese de estudos específicos.

Para tal, a lição deixada pelos viajantes estrangeiros que nos visitaram no século XIX deve ser bem aproveitada.

Intelectuais completos, St. Hilaire, Martius, R. Burton e J. Wells discorriam com a mesma habilidade sobre a natureza e os hábitos humanos. Além disso, emitiam suas idéias conjugando os estudos literários ao contato direto com a realidade.

Será a união das ciências naturais com as ciências humanas, tendo a antropologia como elo de ligação, que permitirá a História avançar na compreensão do mundo e dos seres humanos.

O estudo da história do vale do S. Francisco sugere interessantes reflexões sobre o modo pelo que se deve planejar a região. Euclides da Cunha, na *magistral obra* "Os Sertões", afirmou que a sociedade sertaneja, gerada no vale do S. Francisco, "era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade". Ali se reuniram as correntes de povoamento que partiram do norte e do sul do país, da costa para o interior. Antes dele, João Ribeiro escreveu que "o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco", por ter sido o teatro das atividades mineradora e pecuária, os dois grandes fatores de povoamento do Brasil.

Sintomaticamente, todas as vezes que, na história do Brasil, a questão do São Francisco veio à baila, o país vivia momentos de busca de unidade, integridade e identidade nacional.

Nas décadas de 1850 a 1890, quando firmou-se a estrutura do Estado brasileiro independente, o Império promoveu viagens e expedições científicas ao vale a fim de estudar sua ligação com o litoral através da combinação dos transportes ferroviário e fluvial. As viagens de Halfeld (1852-54), Liais (1865), Krauss (1868), Álvares de Araújo (1870) e Milnor Roberts (1879) tiveram essa preocupação.

Nos períodos pós-guerras mundiais, o mesmo fenômeno se repetiu. O afloramento da consciência nacionalista conduziu os

governos e as elites intelectuais do país a pensar a questão do S. Francisco, todos clamando pela necessidade de desenvolver os potenciais do vale através de sua modernização e integração com o litoral.

Na Segunda Guerra, a questão adquiriu maiores dimensões porque o vale do S. Francisco e o Nordeste passaram a desempenhar uma importante função estratégica na defesa das Américas. Estando a costa brasileira vigiada por submarinos alemães e sendo necessária a locação de tropas no Nordeste para a defesa do Atlântico, a via navegável do S. Francisco foi o recurso utilizado pelo Exército para transportar armas e soldados para o norte. Daí em diante medidas de planejamento governamental foram constantes no vale.

Desde o Império à política econômica dos governos tem tido uma única meta: integrar o vale do São Francisco às economias desenvolvidas do país, para unificar o mercado interno e garantir a integridade nacional. Esse conceito "integracionista" supõe que a nação brasileira está locada nas regiões desenvolvidas e que essa mesma nação se verá fortalecida quando for o vale do São Francisco integrado a ela.

Ora, se Euclides da Cunha e João Ribeiro têm razão, se o sertão brasileiro é, realmente, o cerne da nossa nacionalidade, as medidas, planos e projetos deveriam então ter um enfoque inverso, ou seja, buscar a integração das regiões desenvolvidas ao vale do São Francisco.

Se investigamos a história do vale, especialmente da seção média entre Pirapora e Juazeiro, verificamos que a região viveu praticamente dos seus próprios recursos, de 1750 a 1947. Os habitantes se alimentavam da carne bovina, da mandioca e dos cereais que plantavam, da rapadura que produziam e do óleo que

extraiam das plantas; dos frutos, animais e mel silvestres; do peixe abundante nos rios e lagoas. Do barro construiam suas casas cobertas de palha de buriti; do couro de animais e do algodão por eles cultivado confeccionavam suas roupas; de couro eram também os móveis e utensílios. Do salitre fabricavam a pólvora com a qual caçavam e se defendiam; se faziam transportar em cavalos que criavam ou em canoas, ajoujos, balsas e barcas que fabricavam com as melhores madeiras de lei; se inebriavam com a famosa cachaça de Januária e com o vinho da polpa do buriti; se divertiam com as cantigas improvisadas, os versos satíricos e as pilhérias dos remeiros do rio; faziam seu artesanato, sua música, suas festas religiosas e profanas.

O setor médio inferior da bacia, de solo semi-árido pouco propício ao plantio, produzia o sal da terra que era trocado, no porto de Januária, por produtos agrícolas das terras mais férteis dos vales dos rios Urucuia, Paracatu e das Velhas.

Exportavam, para outras regiões do país e para o exterior, gado, peles, algodão em rama, ervas medicinais e o látex extraído da maniçoba e da mangabeira. Importavam ferragens e produtos supérfluos.

Eram vítimas das febres malignas mas, em compensação, possuíam inúmeras plantas medicinais que, segundo Martius, mereciam "a máxima consideração dos médicos, e muitas das quais deveriam, no futuro, enriquecer a farmacopéia da Europa".

Padeciam a catástrofe das enchentes, mas eram elas mesmas que, na vazante, deixavam terrenos fertilizados pelo húmus.

Eram explorados pelos latifundiários, mas a instituição do compadrio amenizava as desigualdades sociais e estabelecia relações pessoais de fidelidade entre fazendeiros, vaqueiros, camaradas e agregados.

Sofriam a violência política dos coronéis e jagunços, mas tinham no município uma entidade forte e que estimulava a participação política pela proximidade que estabelecia entre os cidadãos e o poder.

Eram pobres sim, mas a miséria praticamente inexistia.

Temos muito a aprender com o sertanejo: a produção agro-peucária destinada ao auto-consumo e ao abastecimento interno, a auto-suficiência fundada na utilização dos recursos naturais, a vida política centrada no município.

Não se quer dizer com isso que o vale não teve ou não tenha distorções, ou que deveríamos regredir a uma sociedade primitiva. Problemas como o latifúndio, as secas e enchentes, o saneamento, a educação, a navegação fluvial e as comunicações em geral devem ser resolvidos. A modernização da agricultura, a utilização científica dos recursos naturais, a instalação de agro-indústrias, a irrigação das terras, a dinamização das administrações municipais são também urgentes. Os governos, os órgãos de planejamento devem, entretanto, inverter o enfoque que até então tiveram.

Uma análise histórica do planejamento da bacia do S. Francisco, a partir de 1947, e especialmente nos últimos vinte anos, mostrará que a política econômica tem beneficiado mais ao governo e às empresas privadas, nacionais e estrangeiras, do que à população mesma do lugar. Nos órgãos de governo, empresas estatais e agências de planejamento, políticos e tecnocratas se locupletaram com o dinheiro público. O capital de empresas do centro-sul e de grupos multinacionais explora a mão-de-obra barata do sertanejo e o expulsa de suas terras. Na região só foram beneficiadas as elites locais e, mesmo essas, perderam muito do campo de manobra política que tinham no passado.

Aos pobres restou o êxodo, a vida miserável nas favelas e periferias dos grandes e médios centros urbanos, a condição de "bóais-frias", a irreversível mutilação dos hábitos e crenças.

Apesar disso, e por causa disso, os problemas das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador podem, hoje, ser considerados mais graves do que aqueles vividos pela população sanfranciscana. A urbanização desorientada, a poluição ambiental, a violência e a pobreza urbanas, a carestia, os problemas de transporte, abastecimento, educação e saúde atingem milhões de habitantes das grandes cidades.

Ao contrário de ver no vale do São Francisco uma região problemática, seria mais produtivo analisar aquilo de positivo que lá deve ser mantido e aquilo que precisa ser introduzido para beneficiar os habitantes do lugar. Em vez de ditar "soluções" para o vale, produzidas nos frios laboratórios da tecnocracia, estimulemos a participação da população. Acostumados a sobreviver em condições rudes, os habitantes do vale sabem melhor que nós do que necessitam.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

2. AMBRÓSIO, Manoel. Antônio Dó: o Bandoleiro das Barrancas. Januária, Prefeitura Municipal, 1976.

3. ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. Belo Horizonte, 1983, mimeo. (Tese mestr. Dep. Ciência Política, FAFICH, UFMG).

4. ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Rio de Janeiro, IBGE, 1963.

5. ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório da viagem de exploração dos rios das Velhas e S.Francisco. Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Garnier, 39 (1): 77-155; 211-275, 1876.

6. BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Promoção-da-Família, 1971.

7. BRASIL. Câmara dos Deputados. Annaes do Parlamento Brasisileiro. Rio de Janeiro, J. Villeneuve, 1973.

8. BRASIL. Senado do Império. Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Diario do Rio de Janeiro, 1973.

9. BRAZ, Brasiliano. São Francisco nos Caminhos da História. São Francisco, Lemi, 1977.

10. BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1977.

11. CARDOSO, Vicente Licínio de. À Margem da História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1933.

12. CARVALHO, Orlando. O Rio da Unidade Nacional: o São Francisco. São Paulo, Nacional, 1937.

13. COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 10 (1-2): 55-166, jan/jun 1904.

14. CREAÇÃO DE VILAS no Período Colonial. Paracatu. Cópia authentica de todos os autos que se fizeram no estabelecimento da Villa do Paracatu do Príncipe, extrahida dos livros competentes da Câmara da mesma villa. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 1 (2): 347-372, abr/jun, 1896.

15. CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

16. ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwing von. Pluto Brasiliensis. São Paulo, Nacional, 1944.

17. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2º Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro. Belo Horizonte, SEPLAN, RURALMINAS, CETEC, 1977.

18. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

19. GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil; principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamente durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1975.

20. GOLGHER, Isaías. Guerra dos Emboabas. 2ª ed., Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura, 1982.

21. HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio S. Francisco desde a Cachoeira de Pirapora ao Oceano Atlântico. Rio de Janeiro, Eduardo Rensburg, 1860.

22. HOBSBAWN, E. J. Bandidos. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.

23. IGLÉSIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). Rio de Janeiro, INL, 1958.

24. INFORMAÇÕES sobre as minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 57: 159-186, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

25. LACERDA, Carlos. Desafio e Promessa: o Rio São Francisco. Rio de Janeiro, Record, 1964.

26. LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação; o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo, Símbolo, 1979.

27. LIMA, Mário. Coletânea de Autores Mineiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.

28. LIMA, Noraldino. No Valle das Maravilhas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1925.

29. LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1905.

30. LINS, Wilson. O Médio São Francisco; uma sociedade de pastores e guerreiros. 2ª ed., Salvador, Livraria Progresso, 1960.

31. MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: Tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, FIPE, 13 (1), jan/abr, 1983.

32. MARTINS, Saul. Antônio Dó; o jagunço mais famoso do sertão. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1967.

33. MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. Centenário da Fábrica do dro; Histórico (1872-1972). Belo Horizonte, Cedro e Cachoeira, 1972.

34. MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. Um Estadista da República. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955.

35. MELLO, Oliveira. Paracatu Perante a História. Patos de Minas, Folha Diocesana, 1964.

36. MESQUITA, Elpidio de. História do Rio São Francisco. Rio de Janeiro, Livraria J. Leite, s/d.

37. MOTINS DO SERTÃO e outras ocorrências em Minas Gerais durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, conforme correspondência deste com o governo da metrópole. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 1 (4): 649-672.

38. MOTINS promovidos por Manoel Nunes Vianna no sertão do Rio da Velhas. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (1-2): 211-220, jan/jun, 1900.

39. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Sao Paulo, Hucitec, 1979.

40. POHL, Johan Emanuel. Viagem no Interior do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1976.

41. PRADO, M.L.C. & CAPELATO, M.H.R. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1977, t.3, v.1.

42. PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA. Álbum Comemorativo do Primeiro Centenário. Januária, Prefeitura Municipal, 1960.

43. PROENÇA, Cavalcanti M. Ribeira do São Francisco. Rio de Janeiro, Laenumert, 1944.

44. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1977, t.3, v.1.

45. RÊGO, Luís Flores de Morais. O Vale do São Francisco; Ensaio de monografia geográfica. Sao Paulo, Renascença, 1945.

46. RIBEIRO, João. História do Brasil. 15ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1954.

47. ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco; factor precípuo da existência do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional, 1940.

48. ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 10ª ed., Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976.

49. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz. Sao Paulo, Nacional, 1937.

50. ———. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia; Sao Paulo, USP, 1975.

51. SAMPAIO, Theodoro. O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Salvador, Livraria Progresso, 1955.

52. SENNA, Nelson de. Annuário de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918.

53. SILVEIRA, Vítor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

54. SODRE, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.

55. SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, t.5.

56. TAUNAY, Affonso de E. História Geral das Bandeiras Paulistas. São paulo, Imprensa Oficial, 1948, t. 9.

57. VASCONCELOS, Diogo L.A.P. História Média de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

58. WELLS, James. Exploring and Travelling Three Thousand Miles 'trough Brazil: from Rio de Janeiro to Maranhao. London, Sampson Low, Marston, Searle e Rivington, 1887.

59. WIRTH, John D. O Fiel da Balança; Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

60. ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP. 1951.